

Revista **Socialismo e Liberdade** n°32 | 2021

Ivan Valente

O PSOL se tornou grande, mesmo sendo pequeno

Christian Dunker

Ansiedade, desemprego e incerteza: a depressão gerada pelo negacionismo

Juca Kfourri

Por que o mundo do esporte e seus atletas são tão conservadores?

Dez anos de ajuste fiscal ininterrupto e pandemia devastadora geram nova década perdida

A grande queda



Marikoni

Presidente
Francisvaldo Mendes de Souza

Diretor Técnico
Frederico de Oliveira Henriques

Diretor Administrativo-financeiro
Rodrigo da Silva Pereira

Conselho de Curadores
Presidente: Luiz Arnaldo Dias Campos;
Membros efetivos: Carolina de Paula Peters,
Honório Luiz de Oliveira Rego, Ewerson
Cláudio de Azevedo, José Carlos Miranda,
Rosa Maria Marques, Haroldo Freitas Pires
de Saboia; Membros suplentes do Conselho de
Curadores: Rodolfo Vianna Baldocchi, Breno
de Souza Rocha e José Luis Oca.

Membros do Conselho Fiscal
Presidente: Alexandre Varela; Membros
efetivos: Leandro Tavares Fontes Coutinho e
Miguel Tadeu Carvalho; Membros suplentes
do Conselho Fiscal: Luciana Gomes de Araújo,
Eliane da Silva.

Conselho Editorial
Áurea Carolina
Chico Alencar
Cid Benjamin
Denise Gentil
Edmilson Rodrigues
Gilmar Mauro
Glauber Braga
Guilherme Boulos
Haroldo Saboia
Ivan Valente
Jean Wyllys
José Paulo Neto
Luciana Araújo
Luciana Genro
Luiz Araújo
Luiza Erundina
Marcelo Freixo
Maria Rita Kehl
Michael Löwy
Milton Temer
Valerio Arcary

A Revista Socialismo e Liberdade é uma publicação da Fundação Lauro Campos e Marielle Franco. Os artigos assinados não representam necessariamente a opinião do veículo. As ideias contidas neles são de responsabilidade de seus autores. Editor-chefe: **Gilberto Maringoni**. Comitê Executivo: **Denise Simeão, Edson Carneiro Índio, Fernando Antônio Pinto da Silva, Luiz Arnaldo Dias Campos, Luíza Coppieters, Mário Azeredo, Odilon Guedes, Rodolfo Vianna, Rosa Maria Marques, Valerio Arcary**. Produtor editorial: **André Trindade**. Revisão: **Maritza Waleska Arruda**. Editoração Eletrônica: **Alternativa Mídia e Gestão**.

Endereço para correspondências: Rua Barão de Limeira, 1400 - Campos Elíseos, São Paulo/SP - Brasil - CEP: 01202-002. Fones (55 11) 2985.6173 - 2985.5876. Site: www.laurocampos.org.br fundacao@laurocampos.org.br - [facebook.com/laurocampos](https://www.facebook.com/laurocampos)
Tiragem: 10 mil exemplares.

S U M Á R I O

EDITORIAL _____	3
Francisvaldo Mendes de Souza	
QUAL É O LUGAR DO PSOL NA CRISE NACIONAL? _____	4
José Correa Leite	
O PSOL QUE SAI DAS URNAS _____	14
Cris Duarte	
UMA NOVA “DÉCADA PERDIDA” (E ALÉM): CRISE, AUSTERIDADE E O NOVO TEMPO DO CAPITALISMO NO BRASIL _____	20
Edemilson Paraná	
A PANDEMIA DA COVID-19 E A LUTA SOCIALISTA _____	28
B. Boris Vargaftig	
A DUPLA TRAGÉDIA SANITÁRIA E HUMANITÁRIA EM MANAUS DURANTE A PANDEMIA: DO DESCASO GENERALIZADO AO EPISÓDIO DAS MORTES POR ASFDIA _____	34
Jesem Orellana	
ENTREVISTA IVAN VALENTE: O PSOL SE TORNOU GRANDE, MESMO SENDO PEQUENO _____	40
Gilberto Maringoni	
DEPRESSÃO SOLIDÁRIA _____	46
Christian Ingo Lenz Dunker	
UMA PERGUNTA PARA JUCA KFOURI POR QUE OS ATLETAS E O MUNDO DO ESPORTE SÃO TÃO CONSERVADORES? _____	54
Gilberto Maringoni	
100 ANOS DA NEP: QUANDO A REALIDADE SE REBELA CONTRA OS ESQUEMAS _____	58
Robério Paulino	
NAS RUAS DA COLÔMBIA, AMÉRICA LATINA ENFRENTA SEUS DILEMAS _____	63
Ana Carvalhaes e Israel Dutra	
QUINHO, LIRISMO E PORRADA _____	67

Capa: Ilustração Gilberto Maringoni



E D I T O R I A L

A revista *SOCIALISMO E LIBERDADE* tem desempenhado um papel fundamental no aprofundamento dos debates políticos entre os filiados do PSOL e entre entrevistas dos movimentos sociais. Com análises, formulações políticas e inspirações artísticas, chegamos a mais uma edição de número 32. A capa já diz muito, pois a necropolítica que nos é imposta já nos era forçada nos ajustes fiscais e se ampliaram com a política de morte, compulsória para a maioria, e que foi ampliada quando iniciou a pandemia.

Os “donos do poder” conduzem, por meio da força, da ideologia das mentiras e falsidades, das imposições desavergonhadas, a falsa defesa da democracia. É imposto, para a maioria das pessoas, uma ditadura por meio das leis de exceção que segrega a sociedade em alguns privilegiados em detrimento da maioria de explorados.

Se não bastasse o descalabro político que nos é imposto, ainda somos empurrados para uma natureza destruída em nome do lucro. Porém, não devemos desistir de preservá-la, haja vista que se ela for destruída, inclusive nós, seres humanos, que somos parte desse grande universo natural, cairemos em extinção, pois várias formas de vírus surgirão com a falta da própria natureza para controlá-los.

A relação destrutiva com o ambiente, afeta o sistema por inteiro e a chamada “crise ecológica” é, na verdade, mais uma face da crise estrutural do capitalismo. E persistindo essa lógica de crescimento infinito da destruição, em um planeta finito, rumaremos ao colapso. A intensa destruição da terra por meio da exploração de seus elementos é percebida pelos extremos climáticos, pandemias e o processo de morte coletiva, consequências do capitalismo que massacrava a maioria de pessoas.

Neste contexto, não podemos escorregar nas ilusões das eleições. Há o desafio de apresentar um projeto político de transformação social e de construção afirmativa de uma nação sustentada para a vida com dignidade. A transformação social, por meio de lutas cotidianas contra a opressão, a exploração, os rompantes fascistas, demanda construir um projeto de bem viver, e nossas contribuições, com repertórios históricos e políticos, como apresentamos

na revista é um importante passo à frente.

Quando Ivan Valente, em entrevista afirma que o PSOL se tornou grande, mesmo sendo pequeno, demonstra que em cada pensamento, ação, sentimento de um partido comprometido com as pessoas que vivem da venda da força de trabalho, mercadoria única disponível, pode fazer avançar o lugar no ambiente de sujeitos em favor da dignidade humana. Assim, o PSOL apresenta-se como estratégico na grande onda para a ampliação da vida.

Em sintonia sentimos para além do Brasil. Apresentar a América Latina, por meio do texto de Ana Carvalhaes e Israel Dutra, é uma abordagem que demonstra as veias abertas, mas não necrosadas, porque não a deixamos morrer. Avançamos mostrando em cada letra, desenho e abordagem um laço de solidariedade e compromisso com a liberdade. Assim como tratar da Nova Política Econômica, que continua nova, pois, nem nesse patamar sequer experimentamos, somos assertivos ao desembaralhar as asfixias que foram impostas na tragédia humanitária e sanitária que sofreram as pessoas de Manaus.

Há colaborações neste número que contribuem para ampliar nossa capacidade de ação e acumular forças para superar o capitalismo. No caso do Brasil, não há dúvidas que acabar com o atual governo federal é passo fundamental para superar a jornada de enfrentamento do sistema que predomina no mundo. Nosso país vive uma enxurrada de destruições, fabricação de medos e imposições de mortes. Superar essa situação é sim um abraço internacional para a destruição do capitalismo e construção de uma sociedade socialista e com liberdade. Assim, não haverá mais décadas perdidas e vamos viver, como sujeitos que conquistam, mais e melhor. E há muito estímulo em nossa revista que é uma grande fonte de colaboração para superar a exploração, o controle e das opressões e, unificadamente, construir *SOCIALISMO E LIBERDADE*.

Francisvaldo Mendes de Souza
Diretor-presidente da Fundação
Lauro Campos e Marielle Franco

Qual é o lugar do PSOL na crise nacional?

ILUSTRAÇÃO: ANDRÉ RONSIS

A palavra “crise” é tão repetida que tende a se tornar banal. Ela funciona como sinônimo de retrocesso e desconstrução sistemáticos ou recorrentes. Há uma particularidade no Brasil atual. Tudo indica que rumamos para mudanças de qualidade diferente, de acúmulo explosivo de conflitos e de indeterminação. Seria um tempo que os gregos - em contraposição a *chronos* - chamavam de *kairós*. Ou seja, um tempo qualitativo, das oportunidades, no qual se pode tragar rapidamente o que foi pacientemente construído. Mas ele também abre oportunidades de novos começos

José Correa Leite

Estamos em meio à mais grave crise da história do Brasil. É possível que terminemos 2021 com 800 mil ou mesmo um milhão de mortos pela Covid-19. As estatísticas demográficas já registravam, em maio, não apenas os 400 mil mortos oficiais, porém 600 mil mortos a mais do que se esperaria sem a pandemia. A miséria cresce de maneira galopante e a fome ressurge no país. A expectativa de vida média da população já regrediu em dois anos. A floresta Amazônica está no limiar de um colapso que pode impactar toda a humanidade. Jair Bolsonaro, um extremado expoente da direita neofascista, promove a destruição da vida como política.

O quadro de decadência e crise do Brasil já vem de longe, assim como o mal-estar que ele gera, que permitiu a eleição do atual presidente. Seu marco é global: a civilização capitalista, financeirizada, produz bens supérfluos e deixa de produzir os essenciais, comprometendo os processos de reprodução social. Essa civilização agrava as desigualdades sociais - de classe, gênero, raça -, regionais e internacionais; aprofunda por toda parte o autoritarismo político; e continua a nos conduzir para uma hecatombe climática, com uma sexta extinção em massa da vida no planeta. Não parece haver dúvidas que vivemos, nos dias que correm, deslocamentos tectônicos, mudanças de alcance secular, só análogos aos que ocorreram nas grandes guerras da primeira metade do século XX. O caso do Brasil é, de qualquer forma, extremo e a luta para derrotar Bolsonaro organiza, hoje, a disputa política no país.

Crise é um termo tão repetido que parece se tornar banal, sinônimo de retrocesso e desconstrução sistemáticos ou recorrentes. Mas tudo indica que estamos sendo conduzidos, ao menos em nosso país, a um tempo de qualidade diferente, de acúmulo explosivo de conflitos, indeterminação e escolhas, um tempo que os gregos - em contraposição a *chronos* - chamavam de *kairós*. Um tempo que, se pode tragar com rapidez o que foi pacientemente construído, também abre oportunidades de novos começos.

A pergunta da qual não podemos escapar é: o que é e será do PSOL em meio a tudo isso? Criado há 15 anos como ferramenta de resistência, mas também com

O ex-capitão chegou ao Palácio do Planalto como catalisador de uma vasta coalizão de interesses, prometendo uma rota de fuga ultraliberal para uma crise nacional. Essa crítica “antissistema” da extrema direita ao globalismo cosmopolita neoliberal esteve, desde o início, animada por Trump e prosperou em sua esteira depois. Ela agora se enfraquece com a derrota diante de Joe Biden

grandes ambições estratégicas, ele parece, hoje, deixar-se levar pelas ondas de uma grande tempestade. Tocar uma política rotineira, mesmo com as justificativas mais sensatas, é, numa situação muito extraordinária, uma insensatez.

DECADÊNCIA, CRISE NACIONAL E MAL-ESTAR

Grande parte das esquerdas críticas no Brasil compartilham de um diagnóstico: Bolsonaro e o bolsonarismo expressam determinações mais profundas dos processos em curso, nacionais e internacionais. O ex-capitão chegou ao Palácio do Planalto como catalisador de uma vasta coalizão de interesses, prometendo uma rota de fuga ultraliberal para uma crise nacional. Fez isso como parte de um projeto global - uma resposta nacionalista de setores burgueses de muitas partes à nova era de estagnação da acumulação produtiva e reorganização geopolítica do mercado mundial, cujo centro de gravidade se deslocou, depois de 2008, para o Pacífico. Essa crítica “antissistema” da extrema direita ao globalismo cosmopolita neoliberal esteve, desde o início, animada por Trump, prosperou na sua esteira depois de 2016 e, agora, enfraquece-se com a derrota frente a Biden. Foi a incapacidade de responder à pandemia que rapidamente golpeou a popularidade de Trump e acentuou as fragilidades e contradições do projeto e do bloco que o sustentava.

Todavia, o Brasil, à diferença dos EUA, vive uma crise muito mais profunda e aguda, que se tornou patente para todos, pelo menos, desde 2013. Então, a percepção do longo processo de decadência de suas estruturas produtivas, desarticulação da capacidade de ação do Estado, escalada da precariedade e insegurança sociais, falta de sentido para a participação em projetos coletivos e crise ambiental, manifestou-se como mal-estar de amplos setores frente à ausência de perspectivas e projetos de todas as forças políticas em cena.

O marco constitutivo dessa crise nacional é extenso. O Brasil foi capaz de transformar-se, na segunda metade do século XX, em um país urbano-industrial, com a produção manufatureira (excluindo mineração e construção civil) atingindo, em 1985, 21,6% do PIB. A indústria brasileira era então uma das mais modernas do mundo.

Quinto país com maior território e po-

O país avançou na globalização neoliberal, depois de 1990, com a abertura da economia por Collor, mantendo forte dominação oligárquica. Desprovidas de um projeto nacional, essas camadas priorizaram suas raízes fundiárias, extrativistas, predadoras, primário-exportadoras e autoritárias, representadas pelo Centrão e defendidas em políticas executadas tanto pelos governos do PSDB como do PT



QUENTINIX / WIREIMAGE / GRATE DE BANKS

pulação do mundo, o Brasil parecia estar destinado a se transformar em um grande pólo capitalista e reestruturou suas esquerdas a partir das lutas da classe operária fordista. Mas o país avançou na globalização neoliberal, depois de 1990, com a abertura da economia por Fernando Collor de Mello, mantendo uma forte dominação oligárquica. Desprovidas de um projeto nacional, essas camadas priorizaram suas raízes fundiárias, extrativistas, predadoras, primário-exportadoras e autoritárias, representadas pelo Centrão e defendidas em políticas executadas tanto pelos governos do PSDB quanto do PT.

Dessa maneira, a inserção do país na ponta da divisão internacional do trabalho refluuiu e a economia se reprimarizou: em 2004 a participação da indústria era de 17,9% do PIB; e em 2015 havia caído para apenas 9% - um ônus colossal da aposta dos governos petistas no *boom* das *commodities*. O Brasil passou de sétima para a 12ª economia do mundo e voltou a ser um país agroexportador, com poucas ilhas de excelência industrial e tecnológica. Dos anos 1990 em diante, o país entregou passivamente os setores digital e farmacêutico - para mencionar só dois - para as corporações norte-americanas, em um

momento em que todas as “potências intermediárias” procuravam dominar essas tecnologias. O agronegócio, a mineração e a extração petroleira se tornaram bem mais capital-intensivos, mas em uma sociedade que 85% da população é urbana e o setor de serviços somente se sofisticou associado à inovação tecno-científica. Em paralelo e em decorrência dessa decadência, a estrutura social voltou a se simplificar e os horizontes de mobilidade social se fecharam.

Essas mudanças regressivas não são somente reflexo da reorganização global do capitalismo ou da dominação imperialista (embora também o sejam), mas resultado

de escolhas feitas pelos atores políticos. Elas advieram internamente, de um lado, do “presidencialismo de coalizão”, consagrado com a Constituição de 1988 e uma nova “política de governadores”.

De outro lado, da política econômica neoliberal, mantida intacta nos oito anos de governo do PSDB sob FHC e nos quase 14 anos de governos do PT, sob Lula e Dilma: a manutenção do tripé macroeconômico neoliberal de taxa de câmbio flutuante, metas de inflação e austeridade fiscal.

Celso Furtado falava, em 1992, *da construção interrompida do Brasil*. Isso não era uma fórmula retórica, mas um diagnóstico arguto do que se passava; essa construção jamais foi retomada, porque isso exigiria uma política “re-industrializante”. E todos esses governos compartilharam também do extrativismo e da predação do meio ambiente, que derivam do lugar do país na nova divisão internacional do trabalho - que hoje coloca o Brasil no epicentro da crise climática.

O resultado da transformação da população brasileira em consumidora sem cidadania ativa foi a neoliberalização da sociedade como um todo, a “destruição das estruturas coletivas capazes de barrar a lógica do mercado puro” (a definição de Bourdieu do neoliberalismo).

Evidentemente, os governos Temer e Bolsonaro levaram as tendências regressivas a um ponto suicidário - o que não é desprezível - mas elas já vinham sendo ativamente construídas por FHC, Lula e Dilma com a “inserção pelo consumo”. O mal-estar incontido, crescendo há duas décadas, manifestou-se em 2013, sob Dilma, quando ficou evidente que o Brasil estava “perdendo o bonde da história”. O Brasil aparece para o povo como um país sem futuro nas correntes da História que vem se impondo no século XXI.

Essa regressão e falta de perspectiva criada pelas políticas neoliberais atingem todo o tecido social. A precarização da vida nas últimas décadas não está ligada apenas às heranças do passado (do escravismo, do autoritarismo...), nem somente às idas e vindas da formalização das relações trabalhistas - que avançou sob os governos do PT, para depois retroceder. Elas se vinculam principalmente à natureza das atividades exercidas após o esgotamento da industrialização fordista, quando a geração de empregos urbanos

A precarização da vida nas últimas décadas não está ligada apenas às heranças do passado (do escravismo ao autoritarismo), nem somente às idas e vindas da formalização das relações trabalhistas. Elas se vinculam principalmente à natureza das atividades exercidas após o esgotamento da industrialização fordista

passou a se dar em um crescente, amorfo e pauperizado setor terciário.

Foi a mercantilização generalizada da vida que resultou numa sociedade em desagregação, de indivíduos desamparados, “empreendedores” jogados no mercado sem freios, que se tornou neopentecostal (na sequência da destruição da Teologia da Libertação por João Paulo II), acolheu Bolsonaro e elogia o darwinismo social, porque ele expressa suas condições de vida. Bolsonaro, como outros dirigentes neofascistas, não discute políticas sociais, defende - contra o liberalismo cosmopolita - uma concepção de mundo orgânica a essa nova realidade do capitalismo ultraliberal. Nenhuma outra esteve à altura de se contrapor a ela!

A economia brasileira percorreu, nos últimos trinta anos, um caminho inverso ao que tinha seguido entre 1930 a 1990, e também ao de muitos países do Leste Asiático. A tessitura da sociedade brasileira é, hoje, quase irreconhecível em comparação a dos anos 1980, que formou a última grande geração política da esquerda no país - esta que não conseguiu apresentar uma saída do Brasil do neoliberalismo e terminou criando as condições nas quais viceja uma extrema direita reciclada. Essa é a raiz, para qualquer análise estrutural e materialista, do profundo mal-estar que acomete todas as classes populares no Brasil, que as colocam contra o que, de conjunto, percebem como sendo o “sistema” e a política nele institucionalizada. É para essa crise que a esquerda ainda precisa apresentar, ao menos, um horizonte de saída.

BOLSONARO APROFUNDA A CRISE DE PERSPECTIVAS

O governo Bolsonaro, prometendo uma saída para a crise nacional, agudizou, acelerando o desmanche e o isolamento do país. A combinação de ultraliberalismo com neofascismo não atingiu apenas as camadas populares, mas contribuiu também para deteriorar o ambiente de negócios para o grande capital nas condições do capitalismo global. O que viceja, sob seu império, é uma lumpen-burguesia incapaz de estabelecer sua hegemonia no seio da classe dominante, mas cujos dirigentes ambicionam acaudilhar uma mobilização permanente da revolta popular.

Na coalizão instalada no Planalto em janeiro de 2019, todo mundo vigiava todo

A habilitação dos direitos políticos de Lula pelo STF redefiniu o quadro político, que vem se tornando crítico para a grande burguesia. O que move o andar de cima não é uma identidade com Lula, mas uma tentativa de constranger Bolsonaro, embaralhar o jogo e tentar cavar um espaço que viabilize uma candidatura da direita tradicional

mundo. Com a saída de Sérgio Moro do governo, em abril de 2020, foi Rodrigo Maia que passou, desde a presidência da Câmara, a cumprir o papel de limitar os danos que o presidente e seu círculo promoviam aos negócios da grande burguesia globalizada. Porém, buscando se livrar da tute-

la de Maia, Bolsonaro se aliou e teve que entregar grande parte do seu governo ao Centrão - vitorioso nas eleições deste ano para as presidências da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Um mês depois, em março de 2021, o ex-presidente Lula teve as condenações contra ele retiradas pelo ministro Edson Fachin, até então um dos ativos defensores da *lawfare* encabeçada por Moro. A volta de Lula à cena foi uma admissão de derrota do centro neoliberal, de sua incapacidade de lidar sozinho com a extrema direita.

A habilitação dos direitos políticos do ex-presidente pelo STF - o mesmo que chancelou sua condenação em 2018 - redefiniu o quadro político, que vem se tornando crítico para a grande burguesia. Essa iniciativa busca canalizar as energias da oposição a Bolsonaro para o processo eleitoral de 2022. O que move o andar de cima não é uma identidade com Lula, mas uma tentativa de constranger Bolsonaro, embaralhar o jogo e tentar cavar um espaço que viabilize uma candidatura da direita tradicional. É uma iniciativa para organizar o jogo político, focando também as aspirações populares para a institucionalidade eleitoral.

A DISPUTA DE 2022

Agora, toda a política institucional está se posicionando para a disputa eleitoral de 2022, trabalhando para “sangrar Bolsonaro”. Os cálculos pragmáticos começam a imperar entre as lideranças que se consideram com densidade eleitoral. Na esquerda, tudo parece girar ao redor da candidatura presidencial de Lula, que emerge fortalecida do reconhecimento da parcialidade de sua condenação. Mas a instabilidade vai se agudizar e não arrefecer, como já percebemos com a dinâmica da CPI no Senado sobre a Covid e o agravamento da pandemia. A própria presença de Bolsonaro na presidência é, depois da tentativa de golpe de Trump nos EUA, um convite à aventura. Dar o processo institucional por garantido é uma temeridade.

A pergunta-chave para decifrar o atual emaranhado político é: o Brasil poderá continuar mais 18 meses nesta situação? Em todo o continente, com os mesmos problemas da pandemia que o Brasil, a resposta está sendo a impaciência das massas que saem às ruas.

A pandemia produz um trauma inédito em nossa história

Sem desprezar a importância da luta pelas vacinas, essenciais para combater de forma duradoura a Covid-19, a realidade que vemos pelo mundo é que ainda não há no horizonte soluções duradouras para as atuais crises sanitárias

Seja no dimensionamento da crise e na luta social, seja na luta contra Bolsonaro, seja na articulação institucional, o tema da pandemia é chave, condicionando os demais. E ela tem uma urgência e um impacto definidor, análogo ao de uma guerra civil de grandes dimensões pelo número de mortos.

Sem desprezar para nada a importância da luta pelas vacinas, essenciais para combater de forma duradoura a Covid-19, a realidade que vemos pelo mundo é que ainda não há no horizonte soluções duradouras para as atuais crises sanitárias. Elas parecem cada vez mais complexas, com variantes do vírus e escassez de imunizantes, divisões sociais deletérias e desespero dos pequenos negócios, nacionalismo de vacinas e luta pela suspensão de patentes, disputas geopolíticas e sinais de uma agressiva transição produtiva conduzida por Washington. Além disso, somam-se os problemas da novidade da doença: temos indicações que uma parcela daqueles que contraem a enfermidade ficam com sequelas significativas. A doença atinge cada vez mais jovens e reinfecções são possíveis. O caso do Chile mostra que a vacina reduz o número de mortos, mas é bem menos eficaz para barrar a transmissão do vírus.

As esquerdas precisam romper com o senso comum (que a mídia e os governantes inoculam) de que a imunização seria o bastante para conter a pandemia e “voltar

à normalidade”. O Brasil não é uma ilha (como a Inglaterra ou a Austrália), ou uma sociedade de vigilância total (como Israel ou a China).

A pandemia é, em nosso país, radicalmente agravada pelo *apartheid* social e pelas desigualdades amplificadas por quarenta anos de neoliberalismo. Ela estabelece uma sinergia perversa com a crise econômica e social e com uma política deliberada de genocídio.

Não há como o país conter as ondas de contágio que se sucederão no abre e fecha

dos negócios e a sequela de mortos. Necessitaríamos uma combinação de vacinas com políticas nacionalmente articuladas de distanciamento social - que se revela impossível sob o governo Bolsonaro. A probabilidade de que a pandemia se encerre no Brasil em 2021 é zero. Quantos mortos teremos em outubro de 2022 se Bolsonaro seguir no palácio do Planalto? Quantos milhões carregarão as cicatrizes da enfermidade pelo resto de suas vidas? Por isso, também, a tática de deixar Bolsonaro “sangrar” até as eleições de 2022 é um equívoco profundo.

A doença é radicalmente agravada em nosso país pelo *apartheid* social e pelas desigualdades amplificadas por quarenta anos de neoliberalismo. Ela estabelece uma sinergia perversa com a crise econômica e social e com uma política deliberada de genocídio. Quantos mortos teremos em outubro de 2022 se Bolsonaro seguir no palácio do Planalto?

O partido, um projeto rebelde e suas fragilidades

Em 2022 o Brasil completará 200 anos de existência como Estado formalmente independente, com a construção da nação soberana ainda por ser empreendida. O lugar do PSOL na política brasileira será definido pelo que ele tiver a dizer sobre isso, pela capacidade de intervir no tempo crítico que nos toca viver



O PSOL surgiu para acolher as esquerdas socialistas que se rebelavam contra o enquadramento do governo Lula pela ordem neoliberal. Foi um pequeno, mas importante espaço de resistência das ideias e práticas socialistas quando grande parte das esquerdas se deslocavam para um pragmático reformismo social-liberal. Isso não se passou somente com o PT e o campo democrático e popular no Brasil, mas com o progressismo latino-americano, embora a corrente bolivariana desdobrasse mais contradições com a ordem geopolítica vigente.

O PSOL foi, com o Bloco de Esquerda em

Portugal, uma referência de partido socialista amplo e pluralista, capaz de fazer convergir o essencial do que a imprensa costuma chamar de extrema esquerda para processos sinérgicos de construção comum. E foi capaz, como o Bloco e diferente de outras experiências (como o Syriza na Grécia e o Podemos na Espanha), de resistir à tentação de projetos reformistas de governo. Pelo menos até agora.

O lugar do PSOL - como o partido das esquerdas rebeldes na cena brasileira - ficou mais nítido no contexto global de sublevações populares contra as políticas de

austeridade depois de 2011 e a expressão aqui nas mobilizações de 2013. O partido ganhou mais sintonia com as manifestações da juventude feminista, antirracista e anti-homofóbica. O PSOL também soube se mover na conjuntura do golpe institucional de 2016, compreendendo a ameaça que se assomava para a democracia no país, por vezes com mais coerência que o próprio PT, defenestrado do governo.

O partido foi, assim, capaz de acolher deslocamentos políticos de outros partidos e, em 2018, sob o impacto do assassinato de Marielle Franco, dar um salto

como espaço que acolhia lutadores sociais de várias esferas. Se com Guilherme Boulos dialogava mais fluidamente com bases sociais petistas, com Sonia Guajajara, o PSOL começava a assumir, na prática, uma crítica ecossocialista mais consistente ao desenvolvimentismo e à visão progressista da sociedade. O resultado foi o atual perfil da representação parlamentar do partido, com a eleição de 10 deputados federais e 18 estaduais, além de Edmilson Rodrigues como prefeito de Belém - mais da metade mulheres com grande número de negres e LGBTs.

Todavia, essa trajetória se deu empiricamente, sem debater e enfrentar uma série de problemas decisivos para qualquer projeto político de caráter antissistêmico.

ENUNCIO A SEGUIR ALGUNS DELES:

1) A clássica "questão parlamentar", debatida desde os tempos da operária social-democracia alemã (século XIX), ganhou, por todas as partes, contornos muito mais decisivos nas últimas décadas, com o sequestro da política pelo mercado e a perda de credibilidade da representação partidária nas democracias liberais. Mas, para além disso, em uma estrutura social tão absurdamente desigual, como a brasileira, a intervenção parlamentar é completamente insuficiente como agenda de disputas. Ela precisa se vincular aos setores mais dinâmicos da luta social e política, às contradições candentes e atores decisivos da formação social brasileira, às tarefas históricas não resolvidas e aguçadas pela crise nacional.

Nos marcos do sistema político brasileiro, em que o voto é nominal, os mandatos sempre se configuraram em elementos de esgarçamento da dinâmica autônoma dos partidos políticos. No PT, esses centros autônomos de poder já semeavam o terreno, na década de 1990, junto a executivos municipais e estaduais, de cooptação do partido pelo aparato do Estado. Mas, depois de 2013, com o reflexo de autoproteção das oligarquias abrigadas no sistema partidário e a proscrição do financiamento empresarial de campanhas, tivemos uma grande expansão do uso dos fundos públicos pelos partidos.

Fundo partidário, fundo eleitoral, verbas para a Fundação partidária, gabinetes de liderança em cada nível, tempo de televisão e verbas, por vezes muito vultosas,

O papel do PSOL ficou mais nítido no contexto global de sublevações populares contra as políticas de austeridade depois de 2011 e sua expressão nas mobilizações de 2013. O PSOL também soube se mover na conjuntura do golpe institucional de 2016, compreendendo a ameaça que se assomava para a democracia no país

de gabinete tornam qualquer partido com uma representação partidária significativa, uma máquina que busca se autorreproduzir de eleição em eleição. Complementando a pressão pela institucionalização e estatização da política, acresce-se uma cláusula de barreira que pressiona pelo desempenho eleitoral crescente. Parlamentares, por vezes, projetam-se por cima do partido, particularmente quando fortalecidos em disputas majoritárias, algo em nada estranho às tradições caudillescas da política latino-americana.

Mas não criemos mal-entendidos: nenhuma dessas observações deve ser entendida como antiparlamentarismo; parlamentares assumem um papel central na visibilização de agendas, na iniciativa política junto ao estado, no acesso midiático, no diálogo público contemporâneo. Precisamos de um partido forte, democrático e politizado para potencializar a intervenção de nossos melhores parlamentares. Mas cada um dos problemas apontados e ainda mais todos juntos carregam questões para a atual "forma partido" que não podemos naturalizar em um projeto antissistêmico. Que isso não seja tematizada no PSOL mostra o quanto estamos navegando em piloto automático.

2) O PSOL pactuou, em sua trajetória, sucessivas variações de um projeto antineoliberal. Das candidaturas presidenciais de Heloísa Helena, Plínio Sampaio e Luciana Genro, seguimos uma trajetória que, com idas e vindas, foi cumulativa.

Posteriormente, adentramos às sucessivas conjunturas de aguçamento da crise nacional e aceleração brutal da história - e não só no Brasil: as corporações de plataforma ocuparam o lugar das grandes empresas fordistas; a financeirização escala; a China se candidata a *hegemon* do capitalismo global; a emergência climática e a perda de biodiversidade vão para o centro da agenda progressista, desigualdades de toda ordem também se aprofundam e um projeto neofascista disputa o descontentamento com o globalismo cosmopolitismo. Analiticamente, isso significa alteração na morfologia das classes, identidades sociais, relação da sociedade com o estado, relação do nacional e do global, na própria ideia de uma sociedade que "domina" a natureza.

Por todas as partes o socialismo vem se metamorfoseando em ecossocialismo,

mas o que seria uma transição ecossocial no Brasil? Como requalificar o sentido do progresso, nesta fase crítica da nossa história? No mundo em que as corporações de plataformas desqualificam o trabalho e promovem o colonialismo global de dados, como garantir renda e emprego, cooperativas e redução da jornada? Como limitar o impacto do comércio internacional sem recair nos velhos autarquismos? Como retomar o projeto do altermundialismo e estruturar hoje uma prática de solidariedade internacionalista - cada vez mais decisiva - a partir do Brasil, em uma América Latina em chamas? Já que a conflitividade social escala por todas as partes, com a luta das mulheres e das populações racializadas ocupando um lugar estratégico e galvanizado o movimento de conjunto, como impulsionar o sujeito popular interseccional? Como promover a mudança social a partir da auto-organização popular?

Essas e outras questões análogas não serão respondidas nas disputas de encontros dominados pela “contagem de garrafas”. Exigem articulação entre teoria e prática por um partido que tenha abertura política, vida pluralista e autoridade moral junto a largos segmentos sociais. Aqui, como no ponto anterior, seguimos, por enquanto, navegando no rumo previamente estabelecido pelo piloto automático.

3) O PSOL se formou, corretamente, como uma federação de tendências, organizações e correntes - um barco capaz de dar guarida a todos os socialistas -, ao mesmo tempo que buscava oferecer espaços de militância para filiados não alinhados a nenhuma delas. As correntes se alinhavam e realinhavam ao sabor das disputas das conjunturas. Frente a polarizações sempre existiam posições capazes de estabelecer as mediações entre os pólos e oferecer sínteses parciais. Mas, em 2016/18, com as posições táticas distintas frente ao golpe institucional e, posteriormente, com o PSOL integrando uma aliança eleitoral com outros componentes, essa dinâmica se alterou. Novos setores se integraram ao partido e cispações internas se aprofundaram, pretendendo ganhar ares estratégicos.

Todavia, não fomos capazes de avançar em nada na democratização da vida partidária; o PSOL não é, enquanto tal, um espaço de organização para ativistas sociais

O Partido Socialismo e Liberdade se formou como uma federação de tendências, organizações e correntes - um barco capaz de dar guarida a todos os socialistas -, ao mesmo tempo em que buscava oferecer espaços de militância para ativistas não filiados a nenhuma delas. As correntes se alinhavam e realinhavam ao sabor das disputas das conjunturas. Todavia, não fomos capazes de avançar em nada na democratização da vida partidária

que querem um espaço acolhedor de debate e organização fraternos, de alcance estratégico. O mundo digital também está transformando a maneira como se informam, agem e organizam o ativismo socialista contemporâneo, porém o partido até agora não conseguiu nem dinamizar o acesso horizontal à informação e ao debate entre os militantes nem montar uma intervenção nas redes sociais para além daquela dos mandatos e das candidaturas. O PSOL é, agora mais do que antes, um partido de correntes internas de muito peso que precisam conviver nesta difícil conjuntura crítica no Brasil.

Mas uma estrutura de partido centrada na dinâmica das correntes e da disputa entre elas limita a capacidade de fazermos grandes debates estratégicos e construirmos coletivamente visão de médio e longo prazo. Precisamos potencializar estruturas partidárias voltadas às lutas concretas, como núcleos territoriais e ferramentas setoriais, que têm demonstrado muito mais capacidade de articulação das lutas sociais e permeabilidade a construções outras que não as de disputa de correlação de forças. Precisamos democratizar uma estrutura engessada que não pode ser naturalizada.

A ESTRADA ADIANTE É ÁRDUA

Temos diante de nós a luta crítica contra Bolsonaro, mas também o enfrentamento da pandemia, o encaminhamento de uma saída para a crise nacional e um PSOL com uma enorme importância estratégica, mas que também acumulou fragilidades críticas. “Qual é o lugar do PSOL na crise nacional?” é uma interrogação que está em aberto.

O caminho até aquilo que muitos veem como o próximo ponto de encontro na luta de classes no Brasil, as eleições de 2022, é árduo. Não negamos a importância, mas tomá-lo como dado é temerário; para que isso acontecesse, Bolsonaro precisaria já ter sido derrotado. Vamos ter, em qualquer cenário, que articular a disputa social, a intervenção institucional e a busca de protagonismo de nossos porta-vozes, inclusive candidatos aos postos centrais em jogo, sob risco de desaparecermos da cena política, dominada pela polarização Bolsonaro e Lula. O PT, disputando alianças no centro e na direita, certamente não tem interesse em nos abrir a porta



para um debate programático; vamos ter que arrombá-la, no diálogo com amplos setores. Temos a tarefa de conduzir nosso partido e o projeto estratégico para a conjuntura pós-2022, à quente, enfrentando nossas debilidades.

Pode-se argumentar: como enfrentar tais desafios em uma conjuntura tão adversa? Mas é precisamente a conjuntura adversa que nos força a enfrentarmos essas questões, como foi o caso de toda formação partidária que soube cumprir o papel que se propôs na história. A invenção, diz o ditado, surge da necessidade! O que

vamos propor para aqueles que nos acompanharam na trajetória de construção do PSOL até agora? Que leiam um caderno de teses para o Congresso do partido?

Definiu-se um processo de Congresso que, muito provavelmente, enfrentará muitas dificuldades operacionais por conta da pandemia. Estamos, no final do primeiro semestre, em um platô de dois mil mortos por dia, e em breve entraremos no inverno, desaconselhando qualquer forma de reuniões presenciais (lembramos que os países do hemisfério norte estão agora na primavera rumando para o verão...).

O processo de vacinação no Brasil - que não resolve o problema, mas já ajuda - somente ganhará escala no final do ano, quando os países centrais terminarem a imunização. Não é o que muitos gostariam, mas é o que a realidade está nos impondo.

De qualquer forma, nenhum dos problemas reais com os quais nos defrontamos no PSOL será resolvido pelos jogos de maiorias e minorias fugazes em disputas de Congressos, ainda mais nas condições excepcionais da pandemia.

Em 2022 o Brasil completará 200 anos de existência como Estado formalmente independente, com a construção da nação soberana ainda por ser empreendida. O lugar do PSOL na política brasileira será definido pelo que ele tiver a dizer sobre isso, pela capacidade de intervir no tempo crítico que nos toca viver. Os desafios colocados exigem uma resposta que combine deslocamentos políticos com o debate e a pactuação interna entre correntes, blocos e campos que permitam a construção de um projeto estratégico e uma hegemonia política legítima, que ainda não existem.

Nenhum dos problemas reais com os quais se defrontam os militantes de uma agremiação de esquerda que se propõe a mudar a sociedade será resolvido pelos jogos de maiorias e minorias fugazes em disputas congressuais, ainda mais nas condições excepcionais da pandemia



José Correa Leite é professor universitário e ativista ambiental.

O PSOL que sai das urnas

Mesmo que não possamos adivinhar o tempo que virá, temos ao menos o direito de imaginar o que queremos que seja

Eduardo Galeano

Cris Duarte

CAMINHANDO NO CONTRAFLUXO

Comumente as utopias se apresentam de forma propícia em tempos de crises, propondo, naturalmente, inversão à realidade imposta, levando-nos à reflexão sobre o mundo em que vivemos e o mundo

que podemos construir: paz em tempos de violências; igualdade social diante das desigualdades; defesa da vida, contrapondo a banalização da morte; educação e ciência, em contraposição ao negacionismo.

Há consenso entre diversos intelectuais e militantes políticos que, nas últimas décadas, houve um distanciamento gradativo

do ideal utópico em vários segmentos da esquerda, que perderam a própria capacidade de leitura crítica da realidade, abriram mão da independência política e embarcaram em um processo equivocado e cada vez mais distanciado das classes trabalhadoras, do povo, da sociedade e do potencial de militância latente na juventude brasileira.

O cenário de transformismo ideológico das últimas duas décadas, fez brotar o sentimento quase generalizado de que “no poder, são todos a mesma coisa”. Nessa conjuntura, completamente adversa e complexa para as esquerdas, reconhecendo a força do pensamento autoritário e o enraizamento em grande parte da sociedade brasileira, o PSOL se propôs a revigorar as utopias, cumprindo a sua função de contrafluxo, de cautela em relação às certezas, de oposição à tendência de repetição e rompendo com a excessiva naturalização com a qual percebemos os acontecimentos.

A TRAVESSIA QUE DEFINIU DESTINOS

Por mais difícil que seja, torna-se necessário narrar nosso pesadelo histórico como forma de esburacar o véu de cegueira que causou a resignação generalizada, a sensação de espanto emudecedor dos movimentos históricos de esquerda que sonhavam com mudanças estruturais e revolucionárias do país.

Sob a sedução do “lulismo” e das consecutivas derrotas eleitorais, o Partido dos Trabalhadores inaugurou, a partir de 2002, um dos processos mais contraditórios de sua história, que brutalmente levou o par-

Para a surpresa de muitos, 2020 foi o ano em que o PSOL ultrapassou várias limitações e ocupou o seu espaço no mapa político brasileiro, impulsionado pela mobilização popular. A chapa Boulos e Erundina conseguiu o melhor resultado no PSOL desde que o partido começou a disputar eleições para a prefeitura de São Paulo, trazendo ao debate as pautas do combate às desigualdades, à defesa do Estado como promotor do bem-estar social, do combate ao racismo, à LGBTfobia e ao patriarcado, em uma campanha muito energizada pela juventude. E essa agenda espalhou-se pelo Brasil

O cenário de transformismo ideológico das últimas duas décadas, fez brotar o sentimento quase generalizado de que “no poder, são todos a mesma coisa”. Nessa conjuntura, completamente adversa e complexa para as esquerdas, reconhecendo a força do pensamento autoritário e o enraizamento, em grande parte, da sociedade brasileira, o PSOL se propôs, em sua trajetória, a revigorar as utopias

tido de maior referência na esquerda mundial para longe de seus valores e das lutas populares que sempre defendeu.

Firmou alianças trágicas com a direita tradicional, alinhando o discurso e a imagem de Lula aos valores da classe média, recebendo apoio de oligarquias do Nordeste, da parcela da elite industrial paulista e lançando ao longo da primeira campanha a “Carta ao Povo Brasileiro”, ficou selado definitivamente, o

compromisso de Lula com o modelo neoliberal e o jogo do mercado financeiro nacional e internacional.

A vitória de Lula aconteceu gerando grandes expectativas, porém, realizando concessões e recuos programáticos que deslocou a *praxis* petista para outro terreno logo no início do mandato. Com a decisão de colocar Henrique Meirelles, ex-presidente do BankBoston, no controle das finanças do país, a senadora Heloísa Helena, manifestou-se contra essa indicação. Posteriormente, iniciou um novo confronto ao votar contra a indicação de José Sarney para a presidência do Senado.

Diante das contradições entre a história do partido e as promessas de campanha, as ações concretas do governo começaram a aflorar e a inquietar muitos militantes,

simpatizantes e eleitores, gerando conflitos internos no PT. Eles se agravaram após a proposta nefasta da PEC de Reforma da Previdência do setor público, apresentada por Lula ao Congresso, em 2003, e que sem dúvida, seria extremamente danosa aos interesses dos trabalhadores.

Foi uma travessia marcada por inúmeras vozes de oposição no interior do próprio PT e que reverberaram no Congresso, na CUT, entre os servidores públicos e em amplos setores da sociedade. Após uma série de confrontos, foi instalada uma comissão de ética para encaminhar o processo de expulsão por “indisciplina” da senadora Heloísa Helena (AL), e dos deputados, Joao Batista Babá (PA), Luciana Genro (RS) e João Fontes (SE), que não aceitaram tal rebaixamento político-programático em nome da governabilidade conservadora.

ARRUMANDO OS DESERTOS

Impulsionados por todas as controvérsias, em dezembro de 2003, os parlamentares expulsos do PT, iniciaram um movimento nacional pela consolidação de um novo partido de esquerda, das massas, socialista e democrático. Isso significou ter capilaridade com os movimentos sociais, estar presente na luta cotidiana para ser capaz de pensar saídas efetivas para a população brasileira. Em janeiro de 2004 foi realizado um encontro no qual criou-se a Esquerda Socialista Democrática (ESD), movimento originário que definiu as bases de um programa provisório para a formação do novo partido. Posteriormente, deu-se a fundação do Partido Socialismo e Liberdade, PSOL, com a criação do primeiro Estatuto datado do dia 6 de junho de 2004, e assinado pela primeira presidenta do partido, a senadora Heloísa Helena.

Logo, à formalização do PSOL junto ao TSE, em 2005, outro grupo de descontentes com os rumos do PT e do go-

verno, juntou-se ao partido, entre os quais os deputados federais Ivan Valente (SP), Chico Alencar (RJ), a ex-deputada federal Maninha (DF), o ex-deputado Plínio de Arruda Sampaio e militantes de outras legendas, em especial do PSTU. Nesse processo, o PSOL obteve o apoio de intelectuais socialistas de renome, sociólogos, economistas, filósofos e cientistas políticos.

Em 2006 o PSOL participou pela primeira vez de eleições e conseguiu resultados positivos. A candidatura da senadora Heloísa Helena à presidência da República alcançou 6,85% do eleitorado, contabilizando 6.575.393 votos.

Nas eleições de 2008, o PSOL manteve o aspecto da primeira eleição em relação à grande quantidade de candidaturas ao Executivo das principais localidades do país, lançando prefeitos em 22 capitais. O partido conseguiu eleger 25 vereadores em 13 estados diferentes (22 municípios), mas não elegeu prefeitos.

Apesar de aparecer com boas perspectivas eleitorais, a ex-senadora Heloísa Helena, desistiu da candidatura à presidência no pleito de 2010, declarando apoio à candidatura de Marina Silva do PV. Dessa forma, houve grande indefinição sobre a candidatura do PSOL ao pleito do executivo federal até meados de 2010, algo que só foi revertido com o lançamento da candidatura de Plínio de Arruda Sampaio.

Antes do final do mandato à presidência do PSOL, Heloísa Helena abandonou a direção do partido alegando incompatibilidade de dirigir a legenda sem apoio interno no Diretório Nacional.

No pleito de 2010, o partido não conseguiu eleger nenhum candidato ao executivo. Foram eleitos dois senadores (AP e PA), três deputados federais (RJ e SP) e quatro deputados estaduais (RJ, SP e PA).

Além do quarto lugar de Luciana Genro na disputa presidencial de 2014, em que obteve 1,6 milhão de votos, o PSOL também aumentou a bancada na Câmara dos Deputados de três para cinco deputados. O partido não elegeu ninguém para o Senado. E, nos estados, 13 deputados estaduais foram eleitos pela legenda.

OS ATENTADOS À DEMOCRACIA

No biênio 2015-2016 uma articulação orquestrada entre agentes públicos provenientes de frações do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Públi-

Com a crise econômica, social e política que atingiu diferentes estratos sociais do país, surgiu a maior onda conservadora desde 1964, que levou ao poder, pelo PSL, Jair Messias Bolsonaro - deputado federal, capitão da reserva do exército, que nunca fez questão de esconder seu viés ideológico bem próximo ao fascismo

co Federal e da Polícia Federal, todas elas retroalimentadas pelos oligopólios midiáticos, mobilizaram-se e exigiram o *impeachment* de Dilma Rousseff (PT), presidenta reeleita em 2014. Ela foi afastada definitivamente do cargo em agosto de 2016, sendo substituída pelo vice-presidente Michel Temer (PMDB).

O contexto era de efervescência política, desencadeando numa série de manifestações populares nas ruas no decorrer de 2015 e 2016. Nessa conjuntura, a bancada parlamentar do PSOL, mesmo sendo oposição ao governo federal tanto de Lula, quanto de Dilma, declarou-se contrário ao processo de *impeachment*, por este ser a concretização de um grande golpe jurídico-parlamentar.

Não foram desconsideradas nesse período, as permanentes tentativas de criminalização dos movimentos sociais e da ação e do pensamento crítico. Além disso, proliferou-se nas casas legislativas de todo o país, projetos que tentaram impedir o avanço de direitos de minorias e da liberdade de pensamento e construção do conhecimento, como a obscurantista lei elaborada pelo movimento “Escola sem partido”.

RASTROS DE ÓDIO

Em 2018, enquanto Michel Temer implementava uma agenda de ataques aos direitos trabalhistas e decretava uma intervenção federal na segurança pública do estado do Rio de Janeiro, o Brasil viveu a crescente escalada do ódio que se manifestou na execução da vereadora, negra, lésbica, com origem na favela, defensora dos direitos humanos, Marielle Franco, junto ao motorista Anderson Gomes, em 14 de março de 2018. A notícia reverberou no país e no mundo e ampliou o debate sobre violência política.

Após, a caravana de Lula sofreu ataque a tiros no Paraná e múltiplos casos de violência se intensificam contra ativistas sociais, população negra e LGBT+.

Em abril de 2018, foi decretada a prisão do ex-presidente Lula em uma escancarada perseguição judicial desencadeada pela Operação Lava Jato. O PSOL se manifestou publicamente contra a decisão do STF por considerar que a súmula 122 do STF é “flagrantemente inconstitucional” porque a carta magna prevê o início do cumprimento de penas após o trânsito em julgado.



Guilherme Boulos saiu dessa eleição com um ganho enorme de capital político, principalmente por alavancar nas redes sociais uma campanha que foi novidade, em forma e conteúdo. Como ele mesmo afirmou após o resultado do segundo turno em SP: “A gente apontou um futuro. É, apenas, o começo de um Brasil sem autoritarismo”

Com a crise econômica, social e política que atingiu diferentes estratos sociais do país, surgiu a maior onda conservadora desde 1964 que levou ao poder pelo PSL, Jair Messias Bolsonaro - deputado federal, capitão da reserva do exército que nunca fez questão de esconder o viés ideológico bem próximo ao fascismo.

A campanha de Bolsonaro, dirigiu-se a um público previamente conhecido, basicamente de classe média, e o povo que na maioria aderiu, foi fisgado pela insatisfação com o desemprego e a violência urbana. O objetivo foi potencializar e transformar a insatisfação em ódio.

Vimos uma campanha da extrema direita bem azeitada por uma máquina de propaganda eleitoral no WhatsApp e Facebook que difundia *fake news* de forma maciça contra os candidatos das chapas do PT e do PSOL.

CHAPA HISTÓRICA

Apesar das dificuldades de um cenário de fragmentação das esquerdas, tempo reduzido de propaganda eleitoral gratuita, desigualdade na distribuição do fundo especial de financiamento de campanha, o PSOL apresentou nesse pleito uma chapa histórica com o líder social do MTST, Guilherme Boulos, e Sônia Guajajara, a principal liderança indígena do país e reconhecida internacionalmente como uma ativista da pauta ambiental.

O partido avançou significativamente com a resistência negra, feminista e LGBT, impulsionadas pelo legado de Marielle, ampliando a presença na Câmara dos Deputados em uma bancada com dez parlamentares composta por 50% de mulheres.

Em uma eleição marcada pelo ódio, o PSOL plantou sementes de esperança para o futuro, levando pautas importantes para o debate, como a da reforma agrária, a luta por moradia, a defesa dos movimentos sociais, a defesa de pautas das mulheres, dos negros e negras e LGBT+.

CRISE E DISPUTA

Na resolução do Diretório Nacional do PSOL, publicada em outubro de 2019, já estava explícita a importância das próximas eleições para o partido, considerando o cenário político nacional.

O que não se esperava era que 2020 seria o ano da mais grave crise sanitária mundial, devido à pandemia provocada



pelo novo coronavírus, causando um incalculável prejuízo humano.

A campanha aconteceu de forma atípica, tendo que se adaptar aos protocolos de biossegurança estabelecidos pelas autoridades sanitárias, o que forçou o adiamento da votação de outubro para novembro e a mudança na legislação que impediu as coligações para as eleições proporcionais.

Para a surpresa de muitos, 2020 foi o ano em que o PSOL ultrapassou todas as limitações e ocupou o seu espaço no mapa político brasileiro impulsionado pelo poder popular. A chapa Boulos e Erundina conseguiu o melhor resultado no PSOL desde que o partido começou a disputar eleições para a Prefeitura de São Paulo, trazendo ao debate as pautas do combate às desigualdades, a defesa do Estado como promotor do bem-estar social, do combate ao racismo, à LGBTfobia e ao patriarcado, em uma campanha muito energizada pela juventude.

O PSOL vem crescendo e criando uma nova pedagogia de ação política à esquerda, ancorado no ideal de construção de uma nova sociedade, sem abrir mão dos valores em nome de pragmatismo, seguindo apoiado nas lutas das trabalhadoras e trabalhadores do Brasil, fazendo da democracia nossa casa comum

CAPITAL POLÍTICO

Guilherme Boulos saiu dessa eleição com um ganho enorme de capital político, principalmente por alavancar nas redes sociais uma campanha que foi novidade, em forma e conteúdo.

Em Belém (PA), mesmo com a avalanche de *fake news*, Edmilson Rodrigues chegou ao segundo turno e conquistou a prefeitura com 51,76% dos votos.

Em outros três municípios o PSOL também saiu vitorioso das eleições. Elegeu Salomão Gurgel em Janduí (RN), Edson Veriato em Potengi (CE), João Alfredo em Ribas do Rio Pardo (MS), e Cido Sobral em Marabá Paulista (SP).

O compromisso histórico do PSOL com um projeto coletivo, amplo e contínuo de emancipação e transformação social segue se confirmando nas urnas a cada eleição. Agora, o partido também conta com 90 mandatos nas câmaras municipais, nas cinco regiões do país, sendo 34 deles liderados por mulheres, 43 negras e negros eleitos pelo partido, 4 mandatos de mulheres trans e outros 10 mandatos coletivos. Do total de mandatos, 53 foram eleitos em capitais ou cidades acima de 200 mil habitantes.

Com a substituição de Edmilson Rodrigues na Câmara dos Deputados pela jovem negra Vivi Reis, a bancada do PSOL passou a ser a única do país a ter maioria feminina.

O PSOL vem crescendo de forma orgânica e consistente, criando uma nova pedagogia de ação política à esquerda, ancorado no ideal de construção de uma nova sociedade, sem abrir mão dos valores em nome de pragmatismo, seguindo apoiado nas lutas das trabalhadoras e dos trabalhadores do Brasil, dos movimentos sem-teto e dos coletivos de cultura e educação popular fazendo da democracia nossa casa comum.

O partido tem mostrado compromisso nas discussões sobre raça, gênero, pautas LGBT e indígenas. Falar sobre tais temas é falar sobre a desigualdade, a pobreza e a violência no Brasil agravadas radicalmente pelo cenário alarmante da pandemia e do governo genocida de Jair Bolsonaro.



Cris Duarte é psicóloga, Diretora da revista Empodere e Dirigente do PSOL/Campo Grande.



Uma nova “década perdida” (e além):
crise,
austeridade e o novo tempo do capitalismo no Brasil

A segunda e mais agressiva onda neoliberal – iniciada com o forte ajuste fiscal de 2015 – exacerba tendências que se tornam estruturais em nossa economia, como baixo crescimento, baixa produtividade, desemprego elevado, precarização laboral, reprimarização e altíssima concentração de renda. A nova década perdida afigura-se como projeto permanente. Mas há chances de disputa

Edemilson Paraná

**ONDE ESTAMOS EM 2021:
DIMENSÕES DA NOVA “DÉCADA PERDIDA” BRASILEIRA**

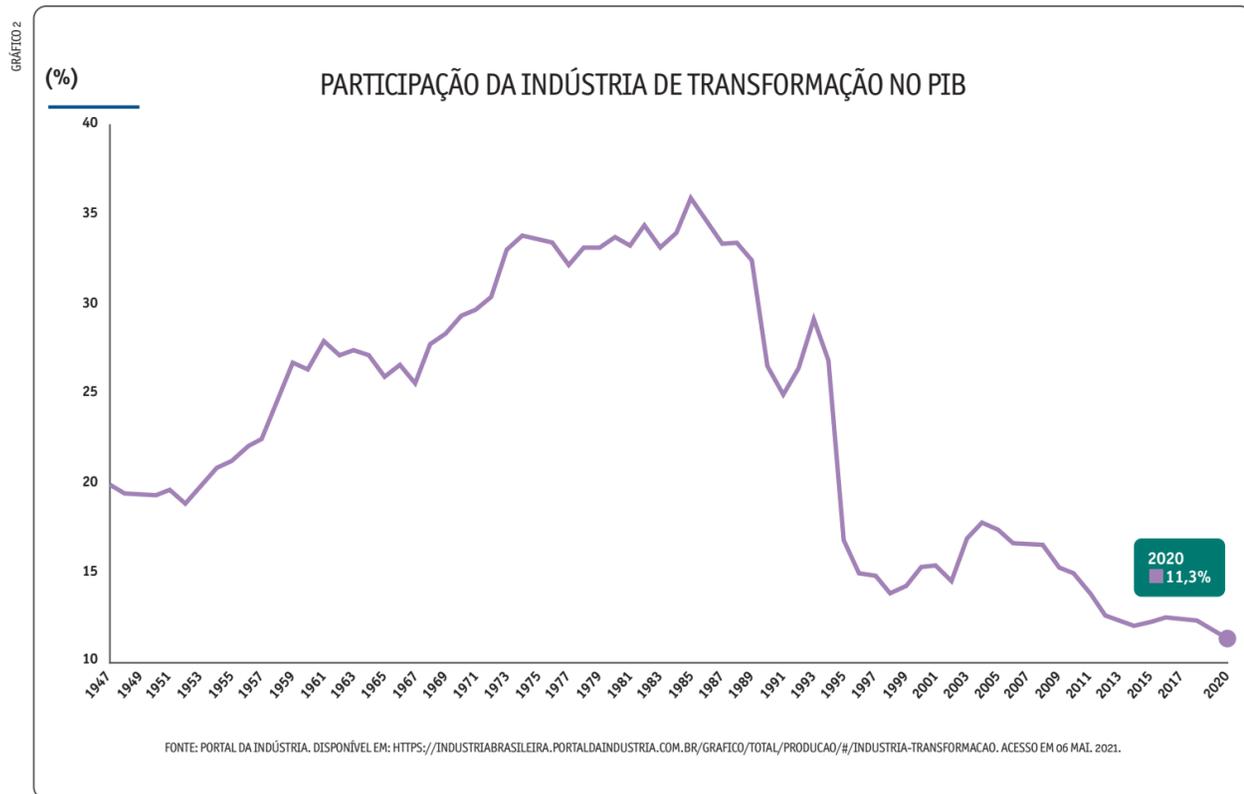
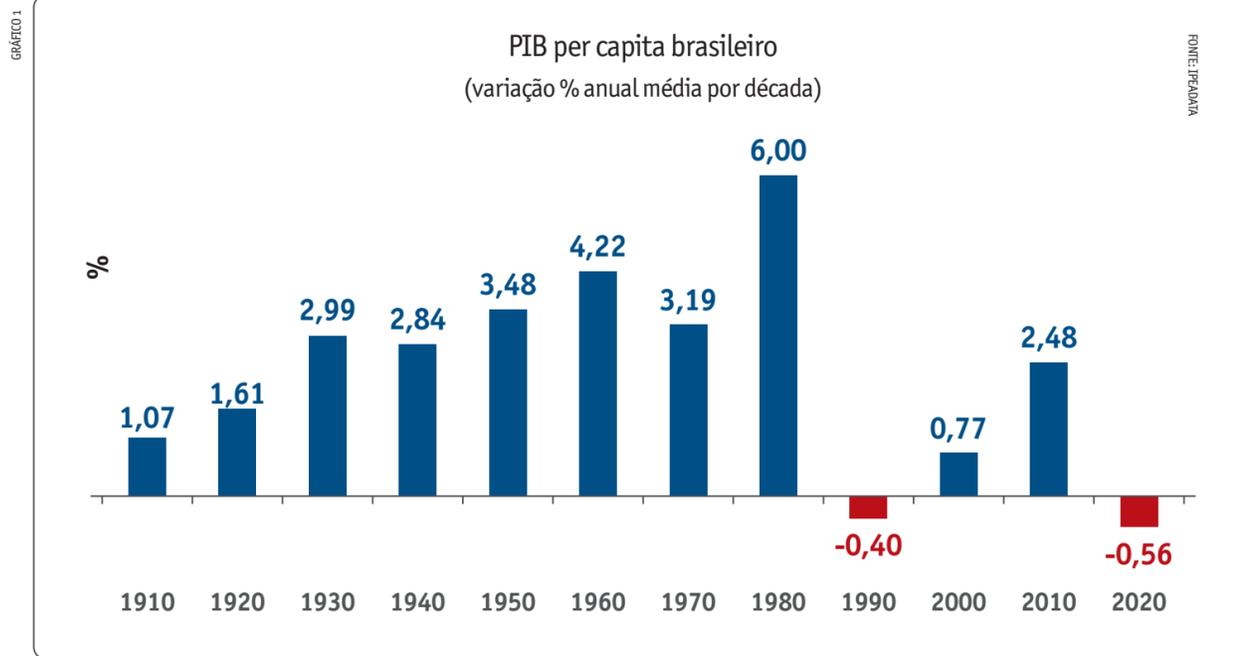
O capitalismo no Brasil encontra-se, como se sabe, em uma profunda – e prolongada – crise. Seus efeitos são dramáticos. A despeito dos choques e fatores conjunturais mais específicos, os últimos dez anos podem inequivocamente ser compreendidos como mais uma “década perdida” no país. Mais do que isso: os dados apontam para a pior década em 120 anos. São, nesse período, duas fortes recessões históricas, uma que vai de 2014 a 2016 e outra que começa em 2020, sem perspectiva clara de recuperação no curto prazo – já que, junto à crise econômica, temos agora uma pandemia fora de controle. Cumpre ilustrarmos exatamente do que se fala para que tenhamos a real dimensão do desastre em que nos encontramos.

De 2011 a 2020, o Produto Interno Bruto (PIB) teve crescimento médio anual de 0,27%. Para efeitos de comparação, na “famosa” década perdida, que vai de 1981 a 1990, esse crescimento anual foi, em média, de 1,57% – quase 6 vezes maior. Ainda na mesma chave de comparação, na década perdida – de 1981 a 1990 – o PIB per capita caiu 0,4%; na “nossa” atual década perdida, de 2011 a 2020, essa queda foi 0,56%. O PIB brasileiro está atualmente (dados de 2020) 6,4% menor do que estava em 2014; e o PIB per capita, 10,8% menor. Estamos, em resumo, no agregado, mais pobres.

Essa maior “pobreza”, no entanto, deve ser lida no sentido alargado porque, longe de ser apenas quantitativa, ela é qualitativa, já que junto à estagnação econômica ocorre uma regressão estrutural: o país se especializa, cada vez mais, como produtor de *commodities*, produtos primários, de baixo valor agregado e baixa intensidade em tecnologia e conhecimento; algo que tem evidentes implicações em outros campos da vida nacional. Isso porque mudança econômica, mudança social e mudança

* Os números aqui apresentados têm como fonte as seguintes bases de dados: IpeaData, IBGE, FGV/Ibre, Secex, IEDI, BCB e Econômica. Evitou-se indicar individualmente em cada caso para facilitar a leitura do texto.

A despeito dos choques e fatores conjunturais mais específicos, os últimos dez anos podem inequivocamente ser compreendidos como mais uma “década perdida” no país. Mais do que isso: os dados apontam para a pior década em 120 anos. São, nesse período, duas fortes recessões históricas, uma que vai de 2014 a 2016 e outra que começa em 2020, sem perspectiva clara de recuperação no curto prazo – já que, junto à crise econômica, temos agora uma pandemia fora de controle



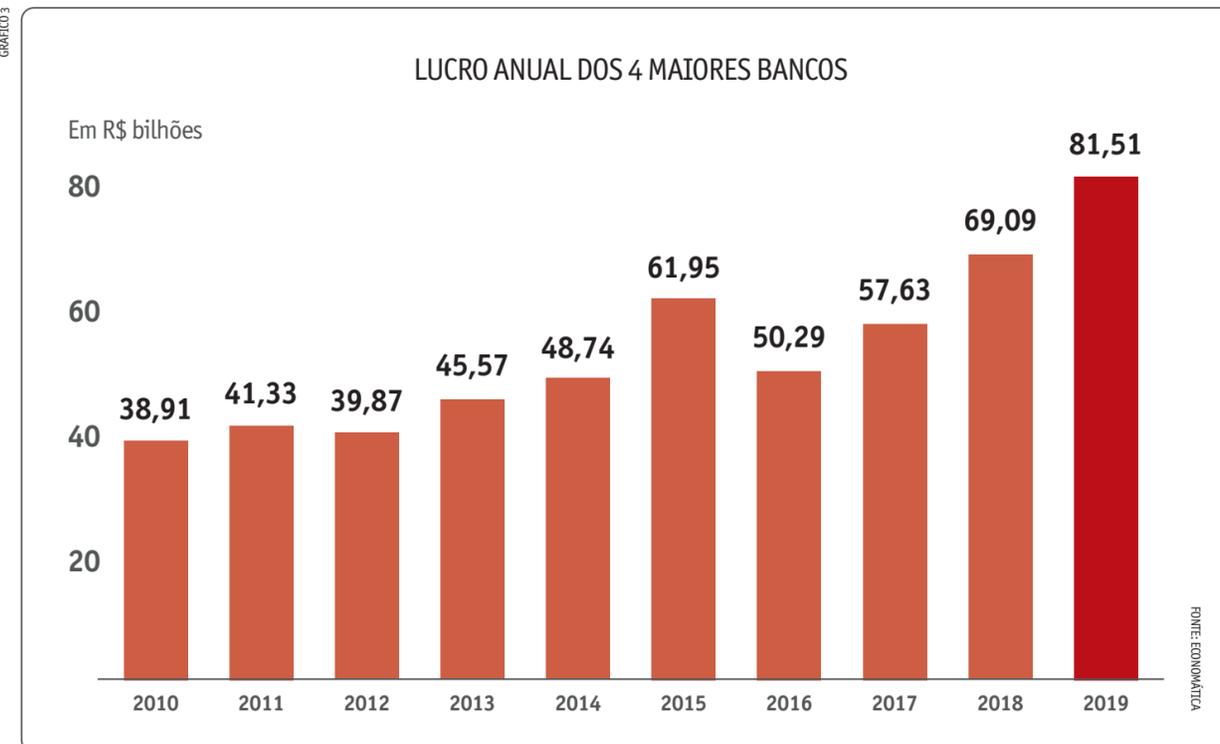
política estão todas conectadas e não podem ser pensadas separadamente. À luz dessa premissa, é que podemos, então, compreender as transformações na composição setorial da economia, na natureza do mercado de trabalho e, assim, parte significativa das tensões sociais e políticas a que isso se relaciona no último período – algo que buscarei realizar ao longo deste texto. Vejamos.

A QUEDA DA INDÚSTRIA

Para se ter uma ideia, a participação da indústria de transformação na economia, atualmente em 11,3% do PIB (dados de 2020), chegou ao menor patamar da série histórica, que começa em 1947 (à época em 19,9%, quase o dobro da participação atual). Em 1985, a participação desse setor chegava a quase 36% do PIB brasileiro. A fatia do PIB relativa à indústria é, portan-

to, a menor desde o fim da década de 1940.

No agregado, reflexo desta década, a produção industrial em 2020 é 12,4% menor do que em 2011. Cumpre destacar que o processo de desindustrialização prematura que vive o Brasil, desde a década de 1990 (reforçado, entre outros aspectos, por escolhas e políticas econômicas que detalharei à frente), está associado a uma expressiva deterioração da balança co-



mercial de manufaturados, à baixa intensidade tecnológica da pauta exportadora e à baixa produtividade total da economia.

Se é da pauta exportadora de que se fala, 2019 se configurou no ano de menor participação dos bens típicos da indústria de transformação nas exportações totais do Brasil, considerando série iniciada em 1989. Pior, esta involução do ímpeto exportador se concentra em ramos de maior intensidade tecnológica. A participação dos grupos de alta e média-alta tecnologia em nossas exportações industriais regrediu de 43% em 2000 para apenas 32% em 2019, o menor patamar desde 1995. Ou seja, o pouco que nossa indústria ainda exporta está concentrado em produtos de baixa complexidade tecnológica e valor agregado.

Tomemos, para efeitos de comparação, o que ocorre, em outro setor, o agropecuário, no qual um quadro oposto parece se desenhar. A participação das *commodities* nas exportações totais do país dobra entre 2000 e 2020, sendo a China – que compra, sobretudo, produtos primários – nosso maior parceiro comercial. Em 2010, as *commodities* representavam 58,3% das exportações totais; em 2020, passaram a 70,3%. Caso o foco seja a produtividade, e considerando, novamente, o período de 2010 a 2019, enquanto a produtividade total da economia cresceu 0,45% ao ano e a da indústria de transformação apenas 0,08% (na prática, estagnação), o aumen-

to anual de produtividade no setor agropecuário foi de 7,06%. A cereja do bolo vem com o bom momento de preços dos produtos do “Agro” no mercado internacional, que faz reforçar essas tendências. Tudo somado, consolida-se, no Brasil, um “outro rural”, conforme termo do so-

ciólogo Zander Navarro¹. Um “Agro” marcado por avanço tecnológico, aumento de

¹ Navarro, Zander. O Brasil rural acabou? Disponível em: <https://gilvanmelo.blogspot.com/2021/03/zander-navarro-o-brasil-rural-acabou.html>. Acesso em: 05 mai. 2021.

A participação da indústria de transformação na economia, atualmente em 11,3% do PIB (dados de 2020), chegou ao menor patamar da série histórica, que começou em 1947 (à época em 19,9%, quase o dobro da participação atual). Em 1985, a participação desse setor chegava a quase 36% do PIB brasileiro. A fatia do PIB relativa à indústria é, portanto, a menor desde o fim da década de 1940

Responsável, em grande medida, pela produção deste quadro foram as políticas econômicas que dominaram neste período – à direita e à “esquerda” –, amplamente baseadas no dogma da “austeridade”



produtividade, concentração econômica e, em consequência, desemprego massivo, com migração do campo para a cidade.

Segundo o Censo 2017, apenas 2% dos estabelecimentos rurais se apropriam de 71% do valor bruto total produzido (no censo anterior a proporção era 63%). Nas palavras de Navarro, “a antiga segmentação dual entre grandes proprietários de terra dedicados à exportação e, em outro subsetor, os médios e pequenos abastecendo o mercado interno, como prevalecia até os anos oitenta, está deixando de existir. É uma passagem ainda inconclusa, mas sem retorno (...). Médios e pequenos produtores estão sendo encurralados

(...)”, com o conseqüente aprofundamento da migração da “questão social” do campo para as cidades.

A SITUAÇÃO DOS TRABALHADORES

Entrando neste tópico, impossível não visualizar a piora contínua da situação geral das trabalhadoras e trabalhadores brasileiros. O cenário anterior, de geração de empregos formais de baixos salários e redução de parte da extrema pobreza no Brasil nos governos petistas, vem se revertendo fortemente desde 2014. A taxa de subutilização da força de trabalho saiu de 14,9% em 2014 para 28,7% em 2020, e se observa o crescimento da miséria: a

porcentagem de brasileiros vivendo com menos de R\$ 246 ao mês saiu de 9,2% em 2014 para 12,8% no início de 2021. Verifica-se também alta na informalidade, com 40 milhões de brasileiros nessa condição em 2019. De um pico de 41,1 milhões de trabalhadores em novembro de 2014, o emprego formal caiu, em dezembro de 2020, para 39 milhões (queda de 5,4%).

Nesse quadro, em que os mercados financeiros, as instituições financeiras e as elites financeiras passam a ter peso crescente sobre as políticas econômicas e seus efeitos, os ganhos e perdas socioeconômicas são, como se sabe, distribuídos de modo desigual entre as classes e seto-

res econômicos. Voltando à relação entre economia, política e sociedade, em geral, e à conexão entre pobreza quantitativa e qualitativa, em particular, seria ingênuo imaginar que tal estado de coisas se manteria por tanto tempo sem que alguns, mesmo que poucos, estivessem ganhando muito com ele. Para o período de 1991 a 2014, enquanto o estoque de capital fixo produtivo cresceu 64% (ou 1,64 vezes), a Selic real (em capitalização composta) cresceu 745% (ou 8,45 vezes). No mesmo período, o estoque de ativos financeiros não-monetários tem um crescimento total de 1065% ou 11,65 vezes. De 2010 a 2019, o lucro anual dos quatro maiores

bancos brasileiros somados saiu de 38,91 para 81,51 bilhões de reais, crescimento nominal de 109,4%.

Baixo crescimento, desindustrialização, reprimarização, financeirização e concentração econômica em múltiplos setores, com aumento de desemprego, precariedade, pobreza e desigualdade. Eis o Brasil que emerge de nossa mais nova “década perdida”.

O FRACASSO DE PROGRAMAS, PREVISÕES E PROMESSAS: DO TRIPÉ ECONÔMICO ÀS POLÍTICAS PÓS-EMERGENCIAIS

Responsável, em grande medida, pela produção desse quadro foram as políticas econômicas que dominaram nesse período – à direita e à “esquerda” –, amplamente baseadas no dogma da “austeridade”². Tais políticas entregaram, sistemática e estruturalmente, como se viu, o oposto de sua triunfante promessa: o tão almejado crescimento econômico.

Apesar dos não-insignificantes ensaios anteriores, o marco fundamental das políticas de austeridade foi o ano de 1999, com a adoção do tripé macroeconômico até hoje em vigor: metas para inflação, câmbio flutuante e ajuste fiscal. Em seguida, no ano 2000, veio a chamada Lei de Responsabilidade Fiscal. Nesse pacote, supostamente “modernizador”, somam-se a abertura da economia e as privatizações, a liberalização financeira, o ajuste fiscal e seguidas reformas trabalhistas e previdenciárias. Um “programa” e visão geral de gestão macroeconômica que, guardadas as diferenças de conjuntura, forma e retórica, foi sendo estruturalmente mantido e, no último período, rápida e brutalmente aprofundado.

De sua parte, valendo-se das margens abertas pelo superciclo das *commodities* e os efeitos benéficos na economia doméstica, o “desenvolvimentismo” petista mantém esse arranjo – a despeito das tímidas medidas de distribuição de renda, das políticas de valorização do salário mínimo e de oferta de crédito popular, acompanhada de uma frágil retomada dos investimentos públicos.

² Paraná, Edemilson. O que está por trás da “austeridade” como política econômica. Le Monde Diplomatique Brasil, 22 nov. 2017. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/o-que-esta-por-tras-da-austeridade-como-politica-economica/>. Acesso em: 06 mai. 2021.

O marco fundamental das políticas de austeridade foi o ano de 1999, com a adoção do tripé macroeconômico até hoje em vigor: metas para inflação, câmbio flutuante e ajuste fiscal. Em seguida, no ano 2000, veio a chamada Lei de Responsabilidade Fiscal. Nesse pacote supostamente “modernizador”, somam-se a abertura da economia e as privatizações, a liberalização financeira, o ajuste fiscal e seguidas reformas trabalhistas e previdenciárias

O projeto de consolidação do Brasil como um misto de *plantation high tech* com plataforma de valorização financeira, garantindo ganhos financeiros de curto prazo em moeda forte, mantém-se e, em alguns aspectos, aprofunda-se. Mesmo as políticas públicas implementadas neste período, cujos efeitos sociais não podem ser ignorados – apesar de, a esta altura, terem se mostrado bastante frágeis e passageiros –, são concebidas e implementadas à luz deste modelo e os imperativos, sob a direção, em suma, desta racionalidade³ “financeirizante”. Superávits fiscais, para citar outro aspecto significativo da cartilha, foram produzidos sistematicamente pelo menos até 2013.

O AJUSTE AGRESSIVO DE 2015

Entre prévios suspiros, ensaios pontuais e descoordenados de resistência a esse arranjo, o ajuste fiscal agressivo no Brasil se tornou vitorioso definitivamente a partir de 2015 (a partir do chamado “estelionato eleitoral” de Dilma Rousseff), cristalizando-se, daí em diante, como programa hegemônico das elites econômicas e políticas no Brasil.

Para além da desarticulação do crescente poder de investimento e ação do BNDES e de estatais como a Petrobras, esse recrudescimento, já no âmbito de um novo e mais sombrio ambiente político no país, consolidou-se com a inclusão na Constituição Federal, em 2017, do “Novo Regime Fiscal”, cujas medidas incluem o draconiano e asfixiante “teto de gastos” por 20 anos. Ação sem paralelo no mundo, que, sob a ameaça de inviabilizar o funcionamento material do Estado, demanda cotidianamente a destruição da capacidade de ação econômica e social. As escandalosas e desqualificadas declarações de ataque do atual ministro da Economia de Bolsonaro, Paulo Guedes, fina flor e representante espiritual da parte significativa da mencionada elite, servem de didática ilustração desse ponto.

OS CHOQUES E A PANDEMIA

É certo que a crise da pandemia de 2020 impõe um avanço significativo do gasto público – particularmente com o limitado, ainda que comparativamente significativo,

3 Lavinias, Lena; Gentil, Denise L. Brasil anos 2000: a política social sob regência da financeirização. Novos Estudos. CEBRAP, v. 37, p. 191-211, 2018.

O ajuste fiscal agressivo no Brasil se tornou vitorioso definitivamente a partir de 2015 (a partir do chamado “estelionato eleitoral” de Dilma Rousseff), cristalizando-se, daí em diante, como programa hegemônico das elites econômicas e políticas no Brasil. Ele se consolidou com a inclusão na constituição federal, em 2017, do draconiano e asfixiante “teto de gastos” por 20 anos

auxílio emergencial que foi concedido no país, para contrariedade do governo federal. Isso reabre, em nossas paragens, a discussão sobre assuntos como política econômica, gasto e indução do Estado, emissão de moeda; algo que se expressa nas controvérsias recentes entre economistas ortodoxos e heterodoxos, com destaque para os debates em torno da Teoria Monetária Moderna⁴ dentro e fora do Brasil. Desde o início, no entanto, a “frente ampla”⁵ do andar de cima, agrupada em torno da austeridade, segue firme na defesa de um aprofundamento deste programa no cenário pós-pandêmico. Quer-se, em verdade, dobrar a aposta: autonomia do Banco Central, PEC da Calamidade, PEC Emergencial, reformas tributária e administrativa, novas e mais agressivas privatizações.

Em qualquer caso, é preciso que se diga: pintadas de vermelho ou azul, verde e amarelo, a implementação, manutenção e intensificação contínua, ao longo deste período, destas duras medidas de ajuste fiscal no Brasil revelam, nos dados acima apresentados, a verdade: resultados pí-fios, país estagnado e, o que contradiz de maneira ainda mais flagrante o discurso ortodoxo, dívida bruta crescente – que, de 52,29% do PIB em janeiro de 2011, chegou, em fevereiro de 2020 (no período pré-pandemia, portanto), a 75,17%⁶.

4 Paraná, Edemilson; Mollo, Maria de Lourdes. R. (2021). Dinheiro como relação social: uma leitura do poder monetário do Estado na MMT. Economia e Sociedade, Campinas, v. 30, n. 1 (71), p. 15-38, jan./abr. ISSN 1982-3533.

5 Ver a defesa deste diagnóstico em: Paraná, Edemilson. A “frente ampla” já existe – e ela está com Bolsonaro: a economia política do impasse brasileiro. Observatório da Crise (Fundação Lauro Campos e Marielle Franco), 20 mai. 2020. Disponível em: <https://www.observatoriodacrise.org/post/a-frente-ampla-j%C3%A1-existe-e-ela-est%C3%A1-com-bolsonaro-a-economia-pol%C3%ADtica-do-impasse-https://www.observatoriodacrise.org/post/a-frente-ampla-j%C3%A1-existe-e-ela-est%C3%A1-com-bolsonaro-a-economia-pol%C3%ADtica-do-impasse-brasileiro>. Acesso em: 06 mai. 2021. Desdobrado e reavaliado em: Paraná, Edemilson. O crescimento da popularidade de Bolsonaro e a nova fase do impasse político brasileiro: rachaduras na “frente ampla”? Blog da Boitempo, 19 ago. 2020. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2020/08/19/o-crescimento-da-popularidade-de-bolsonaro-e-a-nova-fase-do-impasse-politico-brasileiro-rachaduras-na-frente-ampla/>. Acesso em: 06 mai. 2021.

6 Em janeiro de 2021, já sob efeito da pandemia, a relação dívida/PIB chega a 89,72%.

O NOVO TEMPO DO CAPITALISMO BRASILEIRO E OS DESAFIOS DA POLÍTICA

Frente a este cenário nacional catastrófico, agravado politicamente com o governo de extrema direita, o campo progressista tem ensaiado várias propostas para superação da estagnação e seus efeitos nas maiorias sociais e minorias políticas. Culpa-se, principalmente, a política econômica austera pelo buraco que estamos (o que é, como vimos, em boa medida, correto), e a partir deste diagnóstico, são propostas retomadas desenvolvimentistas diversas, a “volta do Estado”⁷.

Para bem enquadrar a factibilidade dessas propostas, no entanto, é preciso melhor qualificar o diagnóstico que, no caso mencionado, tende a subestimar ou simplesmente não considerar as causas e consequências sociopolíticas deste quadro econômico. Quem erra na análise, erra na ação. Assim, devemos melhor equacionar – ainda que, aqui, de passagem, dadas as restrições de escopo e formato – os limites dessa crítica em prol de uma “nova economia” pós-pandemia.

Primeiro, porque nossos colegas (*hard* ou *soft*) desenvolvimentistas tendem a prestar menos atenção aos problemas estruturais da estagnação brasileira: inserção subordinada do país na divisão internacional do trabalho e da produção – dependência da produção e exportação de *commodities* aos sabores e dissabores da demanda internacional, sobretudo chinesa; ausência crônica de investimento público e privado, produtividade estagnada e uma baixa qualificação da mão obra que – eis, novamente, a política! – apresenta-se, em certo aspecto, como funcional à reprodução da estrutura econômica e social acima delineada.

Segundo, e talvez de modo ainda mais significativo, porque não consideram o caráter social e político – de classe – do Estado e suas funções estruturais no capitalismo. Apesar de não ser um mero reflexo de um dado regime de acumulação, e a despeito de gozar de maior ou menor autonomia relativa a depender do arranjo histórico-cultural, conjuntura concreta e posição geoestratégica, o Estado, no capitalismo, não é um agente à parte da sociedade, fora

7 Carvalho, Laura. Curto-circuito: O vírus e a volta do Estado. São Paulo: Todavia, 2020.

As classes dominantes deste país escolheram de vez a via da gestão à força, e sem muito espaço para novos ensaios de pacto social, de uma sociedade de crise permanente, em que a gestão “lucrativa” da estagnação-regressão econômica e da miséria apontam como horizonte de um “novo tempo” do capitalismo no Brasil

e impunemente acima dela, mas perpassado pelos mesmos conflitos, tensões e dinâmicas que a constitui como tal. Isso se faz especialmente compreensível na conjuntura brasileira recente, em que o dogma da austeridade continua a ser um instrumento ideológico poderoso no avançar da ofensiva política de certos setores e frações de classe, naquilo que chamei de uma “frente ampla” – a reunir bolsonaristas e antibolsonaristas – no consenso básico em torno desse programa econômico, em vias de consolidação do modelo regressivo acima

delineado, no qual estes são parte diretamente interessada.

UM NOVO PACTO DE FORÇAS?

No encontro de economia, política e sociedade, eis o paradoxo a que nos traz mais essa “década perdida”: como causa e consequência dessas transformações, conforme pude enunciar antes⁸, muito parece indicar que as elites política e econômica deste país escolheram de vez a via da gestão à força, e sem muito espaço para novos ensaios de pacto social, de uma sociedade de crise permanente, em que a gestão “lucrativa” da estagnação-regressão econômica e da miséria apontam como horizonte de um “novo tempo” do capitalismo no Brasil.

Diante disso, a pergunta central a se fazer é: qual ou quais classes, atores e setores sociais podem, no interior desse estado de coisas, servir de base política para essa desejada “volta do Estado” no Brasil pós-pandêmico? Isso porque pouco poderão nossos importantes e necessários planos de ação econômica na resistência e desejável reversão deste cenário, senão acompanhados e sustentados por um (novo) esforço concreto de (re) organização de forças populares para tanto. Esforço que, consideradas as evidências, pede uma reflexão honesta e criativa sobre a própria crise generalizada das esquerdas e suas formas de organização no Brasil e no mundo contemporâneo⁹.

8 Paraná, Edemilson. Brasil 2016: preparando a (nova) gestão de uma crise permanente. Blog da Boitempo 11 nov. 2016. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2016/11/11/brasil-2016-preparando-a-nova-gestao-de-uma-crise-permanente/>. Acesso em: 06 mai. 2021.

9 Para um esforço nessa direção, ver: Paraná, Edemilson; Tupinambá, Gabriel. Arquitetura de Arestas: as esquerdas em tempos de periferização do mundo. São Paulo: Autonomia Literária, no prelo.



Edemilson Paraná é professor de Sociologia Econômica e do Trabalho do

Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará (UFC); e professor do Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFC e de Estudos Comparados sobre as Américas da Universidade de Brasília (UnB).

A pandemia da Covid-19 e a luta socialista



O atual despreparo para uma política sanitária consistente é agravado pela extrema limitação dos créditos à pesquisa, a política restritiva e repressiva contra a cultura em geral, as Universidades Federais, em particular, além dos cortes de verbas do SUS. Sem cientistas e técnicos assegurados, não há ciência

MARINGONI

B. Boris Vargaftig

Meu objetivo aqui é discutir uma estratégia sanitária em tempos de pandemia. Como as circunstâncias dificultam os procedimentos usuais, o momento é de luta pelos meios ao alcance, redes sociais, painéis, faixas, ações de defesa da saúde e da vacinação e defesa do SUS. Não escrevo um artigo técnico, mas político, baseado na Ciência. Procuro levantar pistas para que a volta ao “normal”, o que quer que seja, se faça com avanço e não com a volta ao programa regressivo liberal em curso.

O momento é também de reflexão: o que explica o recuo da esquerda e como ultrapassá-lo? Como avançar quando a Covid-19 tiver sido contida? O programa

de intervenção que a esquerda deve defender, não representa só uma lista de desejos, mas um planejamento para hoje e para o futuro.

Quando pertinente, procuro ligar as propostas e análises a medidas anticapitalistas, seguindo o proposto por Trotsky em 1938, no livro *O Programa de transição*. Esse conceito pretende resolver a aparente contradição entre medidas mínimas realizáveis dentro do capitalismo, e máximas, a caminho do socialismo. Que isso é importante, basta ver os esforços dos burgueses mais lúcidos para resolverem a contradição entre tratamento científico da pandemia (vacinas, *lockdown*, etc) e a produtividade do trabalho, atualmente em queda brutal, o que lhes é essencial.

OBJETIVOS PROGRESSIVOS E POPULARES

O “programa de transição” consiste na formulação e aplicação de objetivos progressivos e populares, realizáveis sem mudança de regime. São exemplos: o aumento dos impostos para os ricos, os aumentos salariais, a cobrança das dívidas patronais ao erário e ao seguro social, ou a chamada *quebra das patentes das vacinas* – que não é quebra, mas negociação forçada pontual e reversível. A luta por essas medidas e a ação se dão nos limites do capitalismo, mas a extensão e perenização invadem um território não capitalista.

Assim, o acordo que levou Tancredo e Sarney ao poder impediu que as conquistas obtidas após o fim da ditadura se pro-

jetassem em lutas anticapitalistas, como poderia ter sido. Tal progresso se dá em meio às crises contra as quais as medidas foram tomadas e se pereniza para além do imediato, fora do capitalismo, daí ser de “transição”.

Medidas isoladas de defesa da economia e da população podem perfeitamente ser tomadas por governos burgueses, quando não há alternativa. Diante da pandemia, um governo “normal” poderia ter decidido medidas estatizantes para combatê-la e, se não tomou, foi por uma mistura de incompetência com maquiavelismo de extrema direita e liberalismo.

Hoje, como o reconhecem 500 banqueiros, capitalistas e economistas, é absolutamente necessária a coordenação entre

Medidas isoladas de defesa da economia e da população podem perfeitamente ser tomadas por governos burgueses, quando não há alternativa. Diante da pandemia, um governo “normal” poderia ter decidido medidas estatizantes para combatê-la e, se não tomou, foi por uma mistura de incompetência com uma espécie de maquiavelismo de extrema direita e liberalismo

os setores da administração na luta contra a pandemia que ameaça a vida e o mercado, cabendo, entretanto, a pergunta: com que objetivo? O propósito é óbvio, pois assistir a municípios fecharem e em seguida abrirem, ou abrirem e em seguida fecharem, as atividades não essenciais, mostra a incapacidade de entender o que ocorre, ou pior, a impotência.

Tomar decisões opostas, a alguns quilômetros de distância, neutraliza o impacto das medidas restritivas, destinadas a reduzir as contaminações. Nessa situação, o *lockdown* se tornou uma necessidade absoluta, por impedir a contaminação, sobretudo por portadores assintomáticos.

BURGUESIA E CONTROLE

O objetivo da alta burguesia não se limita ao gesto de autoproteção e de proteção de “sua” mão de obra. Não quer perder o controle da situação, ameaçada pela incompetência e aventureirismo governamentais e, mais importante, quer a todo custo manter o controle do que ocorrerá após uma incerta normalização. Os excessos de hoje, com a morte atroz de centenas de milhares de pessoas, grande parte da qual poderia ter sido salva pelas medidas antecipadas preconizadas pelos sanitaristas e mídia, podem levar, conforme as circunstâncias, a lutas sociais inesperadas, contra as quais essa mesma burguesia criou e mantém em reserva, o bolsionarismo.

As vacinas chegam com vagar, pois os “especialistas” governamentais não tomaram as medidas para garantir a disponibilização para 211 milhões de pessoas. Agora, apesar da necessidade imperiosa, há prazos para a produção fora e no Brasil, dificuldades em negociar preços em meio a muitos “clientes”, além dos prazos para que a imunidade se estabeleça.

As inacreditáveis carências dos ditos “especialistas” facilitaram a política deliberada do Presidente. Este desmoralizou a Ciência com medicações extravagantes e inoperantes, pós de pirlimpimpim de Monteiro Lobato, com chistes que desrespeitam as vítimas, passeios em torno do palácio presidencial, com fanáticos despreparados e desprovidos de máscaras e de bom senso. Este governo atacou iniciativas como as do Instituto Butantã para depois tentar se apropriar do sucesso e, a despeito dos números de mortos, alardeia vantagens ao pretender ter o melhor pro-

grama antiepidemia do mundo. Note-se a inexistência de um Comitê Científico em nível federal, como o que o governo Dória instalou, a menos que se considere que bastem o Sr. Pazuella ou o sucessor Queiroga, que diz uma coisa e o contrário.

PANDEMIA E GUERRA SOCIAL

A Covid-19 não afeta a todos igualmente, ricos e pobres – ela se insere na constante, às vezes aberta, outras vezes encoberta - guerra social. Cerca de 500 milhões de pessoas foram à extrema pobreza em todo o mundo, e os mais ricos acrescentaram US\$3,9 trilhões aos seus bens. O fim da pandemia seria para a classe dominante o início de uma nova era de desigualdade e de enfrentamento de classes, tanto para os fiéis ao projeto neofascista como para os 500 “democratas” que subitamente descobriram o mal que fizeram. Querem repará-lo, contanto que as “reformas” reacionárias persistam, mesmo se embrulhadas em fantasias reformistas. Alguns oferecem serviço para tanto, referindo-se à associação entre trabalho e capital - e depois dizem que é o socialismo que é vetusto!

Antes de detalhar as medidas que me parecem corretas e a projeção num programa de transição, notemos, como diz a revista *Jacobin*, que “em todo mundo, os ricos furam filas, enquanto 130 países, onde vivem 2,5 bilhões de pessoas, esperam por uma única dose”.

ISOLAMENTO SOCIAL

Os Estados Unidos hoje são o país com a mais elevada mortalidade do continente (164,38/100.000), seguidos pelo Panamá (160,11/100.000), pelo Peru (158,94/100.000), pelo México (156,03/100.000) e pelo Brasil (136,06/100.000). A Alemanha enfrenta uma forte retomada da circulação do vírus, com 91,78 mortes/100.000 habitantes. A Suécia não havia registrado tantos óbitos desde a epidemia de fome de 1869 (a miséria após a I Guerra Mundial, explica a grande migração de suecos para a América do Norte).

Com a população cerca de cinco vezes maior que a do Brasil, a China manteve o *lockdown* por mais de três meses em Wuhan e em cidades ao redor. Bloquearam as entradas da cidade e das escolas, restringiram viagens e suspenderam a circulação de automóveis e do transporte públi-

**As vacinas
chegam com
vagar, pois os
“especialistas”
governamentais
não tomaram
as medidas
para garantir a
disponibilização
para 211 milhões
de pessoas.
Agora, apesar
da necessidade
imperiosa, há
prazos para a
produção fora
e no Brasil,
dificuldades em
negociar preços
em meio a muitos
“clientes”, além
dos prazos para
que a imunidade
se estabeleça**

co, cancelaram eventos, interromperam o funcionamento de equipamentos públicos e de atividades não essenciais. Isso tudo acompanhado de intensa campanha de informações e recomendações de práticas de prevenção que se revelaram corretas.

Pesquisa em 375 cidades chinesas, publicada na revista *Science*, demonstrou que o isolamento social é essencial. Em meio à pandemia, um grande número de pessoas infectadas mostra sintomas leves ou ausentes. Ao se deslocarem, respondem majoritariamente pela transmissão do vírus Sars-Cov-2. Finalmente, países de economia ainda ao menos em parte estatzada (China, Vietnã, Cuba) enfrentaram a pandemia com medidas coercitivas ajustadas, ganhando a aposta, como Israel – embora neste caso excluindo a população palestina das medidas de defesa, um crime contra a humanidade.

O QUE FAZER?

Em 1904, V. I. Lenin, advogado convertido à política revolucionária, escreveu um livro que fez história, com título inspirado por um romance de Nikolai Tchernichévski (1828-1889). É a pergunta de hoje.

Constatemos primeiro a incompatibilidade intrínseca do atual governo que apresenta um posicionamento e uma prática sanitária consequentes. Não se trata simplesmente de um governo capitalista que se adapta ao presente, como o é o de Dória, mas de aplicar um plano colonial, fazer do país um produtor de *commodities*, grande fazenda colonial moderna. O regime do país não é fascista, mas o chefe e acólitos o são. Portanto, nenhuma confiança nas promessas, mesmo quando são, o que é raro, pontualmente adequadas. A relação é de força e o “Fora Bolsonaro” está associado às medidas sanitárias indispensáveis e de “salvação nacional”.

Antes de listar as medidas e as consequências, alguns questionamentos: como proceder para levar adiante a luta em defesa e salvação física de todos, incluindo, evidentemente, as direções da burguesia, que nos massacrariam sem dificuldade (o têm demonstrado em todos os países do mundo), latifundiários e milicianos, supremacistas brancos assassinos de negros, além dos trabalhadores e da pequena burguesia e intelectuais que queremos como aliados? Não nos transformemos em pregadores da união nacional, mas em



REPRODUÇÃO

promotores de medidas de defesa social, que agem no sentido da defesa da vida de todos, e se posicionam num terreno de classe favorável, com continuidade na luta pelo socialismo.

Trata-se de um programa de medidas exequíveis e indispensáveis, a serem aplicadas sob o controle das organizações dos trabalhadores, da saúde, da função pública, das organizações de bairro, LGBTQIA+, negros, intelectuais em geral. Esse controle é indispensável e garantirá a execução das medidas aprovadas democraticamente. Um exemplo: chega um lote de vacinas, a quem será destinado? A decisão técnica e demográfica não será exclusiva e secreta se estiver sob controle de usuários e trabalhadores. A presença organizada dos trabalhadores não é inédita, existiu em condições políticas mais favoráveis, mas é perfeitamente justificada dentro do marasmo atual.

Um plano consistente de vacinação não pode ser concebido exclusivamente por burocratas do Ministério da Saúde que, na maioria, mostraram uma mistura de subserviência, ignorância e desrespeito pela população que os paga. A única garantia de continuidade das medidas a serem tomadas é a vigilância e a plena participação

A Covid-19 não afeta todos igualmente, ricos e pobres – ela se insere na constante, às vezes aberta, outras vezes encoberta - guerra social. Cerca de 500 milhões de pessoas foram para a extrema pobreza em todo o mundo, e os mais ricos acrescentaram US \$3,9 trilhões aos seus bens. O fim da pandemia seria para a classe dominante o início de uma nova era de desigualdade e de enfrentamento de classes, tanto para os fiéis ao projeto neofascista como para os 500 “democratas” que subitamente descobriram o mal que fizeram



SILVIO ANTUNAS/REVISTA SOCIALISMO

popular, pelas organizações, notadamente de profissionais da saúde. Esse é o corolário da total desconfiança para com as decisões do presente governo e do quarto Ministro da Saúde que, aliás, é mais experimentado em gestão privada que no SUS, ou outro sistema social de referência.

PONTOS DE UM PROGRAMA SANITÁRIO

Os pontos que me parecem constituir o centro de um programa popular, protossocialista, factível dentro do capitalismo, e sob controle dos trabalhadores, são:

1. A organização de um Congresso dos

Um plano consistente de vacinação não pode ser concebido exclusivamente por burocratas do Ministério da Saúde que, na maioria, mostraram uma mistura de subserviência, ignorância e desrespeito pela população que os paga. A única garantia de continuidade das medidas a serem tomadas é a vigilância e a plena participação popular pelas organizações, notadamente de profissionais da saúde

Trabalhadores pela Saúde, para discutir propósitos e meios, preparando-se para, o quanto antes, reunir os delegados nomeados virtualmente e aplicar as decisões. Construir imediatamente o Comitê provisório que apele pela realização desse Congresso, até decisão democrática alternativa. Esse Comitê incorporaria os ativistas nomeados pelos movimentos atuais que não perderiam a autonomia.

2. Apelar à organização de um lockdown nacional de 15-30 dias para interromper a contaminação, com a participação dos trabalhadores da saúde e do *Congresso dos Trabalhadores pela Saúde*.

3. Promover campanha pelo auxílio emergencial mensal de R\$ 600,00 a todos necessitados, controle popular e dos usuários.

4. Garantir a estabilidade no emprego enquanto durar a pandemia.

5. Congelar preços da cesta básica e dos combustíveis.

6. Suspender reembolso de financiamentos ou aluguéis, contas de água e de energia das famílias de baixa renda.

7. Oferecer auxílio financeiro imediato aos pequenos negócios, por um programa de empréstimo dos bancos públicos.

8. Defender e ampliar a autoridade e funcionamento democrático do SUS,

dos servidores e dos serviços públicos.

9. Cobrar, sob controle dos trabalhadores organizados, as dívidas patronais para com o fisco e seguridade social e encampação em caso de recusa.

10. Coordenar, sem coibir a autonomia dos movimentos espontâneos, a solidariedade efetiva material aos trabalhadores necessitados.

11. Propugnar um acordo com países não imperialistas, alguns aliás produtores de vacinas, como Índia e Cuba, outros de insumos (Venezuela, que envia oxigênio ao Brasil) e outros.

12. Planejar e efetivar contatos e ações coordenadas em defesa da saúde com trabalhadores da indústria de vacinas e de medicamentos e insumos, por meio de *lives* e encontros presenciais ulteriores.

13. Abolir a “Lei de Segurança Nacional”, herdada da ditadura, que é inconstitucional e só serve aos interesses do patronato e da extrema direita.

Inúmeras organizações de luta contra a pandemia surgiram ultimamente, e são bem-vindas, como a **Frente em Defesa da Saúde pela Vacina Pública**. Isso é prova da crescente vitalidade das oposições e a presente proposta não tem por objetivo fazer mais uma delas, mas oferecer um formato nacional e unitário, uma coordenação interna e com organizações locais de propósitos idênticos.

AS PATENTES

Entendi, ao consultar juristas, que, no caso das vacinas contra a Covid, não se trata de uma *quebra*, a licença compulsória, sendo reconhecida internacionalmente desde 1925. Há 20 anos, a Organização Mundial do Comércio enquadrou essa concessão na necessidade de saúde pública, entre outras condições. O problema é que países como o Brasil, podem não ter plena capacidade tecnológica para a produção imediata.

O Instituto Butantã conseguiria produzir o IFA, talvez em um ano. A dificuldade é política. Primeiro, o Brasil deveria negociar em posição de força com as sociedades farmacêuticas concorrentes, o que é hoje mais difícil do que ontem, devido ao desgaste da imagem do país com a inacreditável política exterior em curso.

Essa discussão, quando ocorrer, deverá incluir as organizações de usuários e trabalhadores. É necessário um acordo in-

É urgente a realização de um Congresso dos Trabalhadores pela Saúde para discutir propósitos e meios, preparando-se para, o quanto antes, reunir os delegados nomeados virtualmente e aplicar as decisões. Construir imediatamente o Comitê provisório que apele pela realização desse Congresso, até decisão democrática alternativa

Acredito que devemos favorecer um plano estratégico de uso das tecnologias vacinais, não como reivindicação aplicável imediatamente, mas como pressão sobre preços e preparo para o futuro, uma palavra de ordem estratégica. Evidentemente, ao mesmo tempo promover e assegurar o desenvolvimento da indústria estatal, como Butantã e Fiocruz, que mostraram competência e seriedade.

BATALHAS PRIORITÁRIAS

O socialismo é nosso objetivo, mas não gritamos “Socialismo já”. Não se trata de ganhar a batalha dos *slogans*, mas a batalha da vida e das ideias. Hoje, ao propugnarmos uma medida propagandística, o preço das vacinas subiria, elas se esgotariam rapidamente e o terreno se tornaria fértil para levantar o povo contra os “irresponsáveis” (nós e os que tiverem nos acompanhado).

A boa pergunta é: se estivéssemos em condições de influenciar um governo de esquerda, em meio à catástrofe sanitária, será que desencadearíamos a luta pela *quebra das patentes* - mesmo se, até o momento, não tenha havido recusa do fornecimento de vacinas? Os exemplos não faltam: Lenin e Trotski souberam recuar diante da pressão irresistível das Potências Centrais, nas negociações de Brest-Litovsk, que permitiram a paz entre as partes, ao final da guerra de 1914-1918 e a sobrevivência da revolução.

FINANCIAMENTO À PESQUISA

Termino constatando que o eventual despreparo para uma política sanitária consistente é agravado pela extrema limitação dos créditos para a pesquisa e pela política restritiva e repressiva contra a cultura em geral, as Universidades Federais em particular. Sem cientistas e técnicos assegurados, não há ciência e técnica. Enquanto isso, os Estados Unidos se preparam a dobrar o financiamento do “National Sciences Foundation”!



Bernardo Boris Vargaftig é médico e Doutor em Ciências pela Universidade de Paris. Foi professor do Instituto

Pasteur, em Paris, e professor-titular do Instituto de Ciências Biomédicas da Universidade de São Paulo.



EDUARDO BARROS / FOLHA PRESS / ESTÁBULO CONTEÚDO

A dupla tragédia sanitária e humanitária em Manaus durante a pandemia:

do descaso generalizado ao episódio das mortes por asfixia

Em 14 de janeiro de 2021, Manaus, maior metrópole da Amazônia, protagonizou o episódio mais dramático da pandemia, marcado pela morte de dezenas de pessoas dentro de hospitais, transformados em “câmaras de asfixia” pelo esgotamento do suprimento de oxigênio medicinal. Um quadro que poderia ter sido evitado

Em 27 de março de 2020, foi notificada a primeira morte em Manaus. Duas semanas depois, a rede médico-assistencial entrou no primeiro colapso, junto à rede funerária, evidenciando descontrolada transmissão comunitária. Câmaras frigoríficas foram instaladas na parte externa dos principais hospitais da cidade para empilhar o crescente número de corpos

Jesem Orellana

Manaus, como boa parte das metrópoles brasileiras, apresenta sérios problemas de desigualdades. A chegada da pandemia da Covid-19 encontrou uma notada precariedade da infraestrutura médico-hospitalar e de saúde, bem como corrupção no setor de saúde¹.

Em 2019, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), 53%, aproximadamente, dos domicílios

1 Albuquerque R., Jeremias L., Steinmetz AS, Orellana JDY. *Os desaparecidos da Covid-19*. Embu das Artes: Alexa Cultural; 2020. (Quarentenas amazônicas).

de Manaus, situavam-se em aglomerados subnormais (favelas, invasões, palafitas e loteamentos). A cidade também figurava na penúltima posição entre as capitais brasileiras no *ranking* da renda média mensal declarada (alta informalidade) da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

No final de fevereiro de 2020, em plena emergência sanitária, o único hospital de referência do Amazonas para Covid-19, o Delphina Rinaldi Abdel Aziz², em Manaus, tinha apenas 20 leitos de Unidades de Terapia Intensiva (UTI) adultos. O interior

2 Ministério da Saúde. Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde. Disponível em: bit.ly/3xIZN9H

do Estado permanece sem leitos de UTI.

A elevada desigualdade no acesso a serviços de saúde é inegável na capital amazônica. Há baixa efetividade de vigilância epidemiológica e laboratorial, incluindo respostas oportunas e rápidas diante de emergências em contexto pandêmico.

Manaus, mesmo recebendo o maior volume de estrangeiros de toda a Amazônia, só começou a fazer o monitoramento remoto de passageiros que desembarcavam no aeroporto internacional Eduardo Gomes a partir de 26 de março de 2020. Ademais, inexistia testagem em massa em março/abril e pouca capacidade instalada para vigilância genômica. No ano seguinte,

o Amazonas, seguiu sem fazer testagem em massa e com irrisória vigilância genômica do novo coronavírus.

A ESCALADA DAS MORTES

Em 27 de março de 2020, foi notificada a primeira morte pela doença em Manaus. Duas semanas depois, a rede médico-assistencial entrou no primeiro colapso, junto à rede funerária, evidenciando descontrolada transmissão comunitária. Câmaras frigoríficas foram instaladas na parte externa dos principais hospitais da cidade, para empilhar o crescente número de corpos, dentro e fora dos hospitais. Além disso, Manaus protagonizou enterros coletivos

que chocaram a humanidade.

A partir de junho de 2020, Manaus, apresentou desaceleração na epidemia, motivo suficiente para que o então ministro da Saúde, General Eduardo Pazuello, minimizasse a situação ao dizer que “o estado do Amazonas é completamente diferente da curva da região Norte e do Brasil. Uma curva muito mais clara, onde o pico já passou e o número tende a normalidade no final da curva”³.

Interessante frisar que em 18 de setembro, o governador do Amazonas promoveu

3 Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/notas-taquigraficas/-/notas/1/9783>

um evento para cerca de mil pessoas, com a presença do deputado federal Eduardo Bolsonaro e do senador Flávio Bolsonaro⁴. Era uma mensagem clara à sociedade de que eventos dessa natureza não só eram

4 Disponível em: <https://www.acritica.com/channels/manaus/news/evento-com-bolsonaros-tem-criticas-de-wilson-lima-e-apoio-a-zfm>



Em setembro de 2020, Eduardo e Flávio Bolsonaro participaram de evento para cerca de mil pessoas, organizado pelo governador do Amazonas, Wilson Lima

REPRODUÇÃO / FACEBOOK/EMISSUNALIMA

permitidos, mas incentivados, justamente por quem deveria coibi-los. Como se não bastasse, no fim daquele mês, o governo estadual autorizou o retorno ao ensino presencial de quase 111 mil alunos de escolas públicas de ensino fundamental.

A descrença em relação ao avanço da epidemia no Amazonas era nítida. Não por acaso, em agosto, o Estado realizou o menor número de exames RT-PCR (padrão-ouro para o diagnóstico da Covid-19), da série histórica, conforme se observa na Figura 1. No mês seguinte, mesmo diante do discreto aumento de exames em relação aos meses de julho e agosto, a positividade de amostras (número de exames com confirmação para a presença do novo coronavírus) alcançou 29,2% (IC95%: 27,9-30,6). Em janeiro de 2021, chegou-se ao crítico percentual de 53,5% (IC95%: 52,9-54,0). Era o segundo e mais violento pico de contágio e mortalidade da Covid-19, em plena segunda onda.

ALERTAS CIENTÍFICOS

Os perigos da segunda onda foram alertados em revistas científicas de renome internacional⁵ e na imprensa⁶. Trata-se do momento em que se observaram três fe-

5 Ferrante, L., Steinmetz, W. A., Almeida, A. C. L., Leão, J., Vassão, R. C., Tupinambás, U., & Duczmal, L. H. (2020). "Brazil's policies condemn Amazonia to a second wave of Covid-19". *Nature Medicine*, 26 (9), 1315-1315.

6 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2020/08/mortes-por-covid-19-crescem-73-em-manauas-e-indicam-segunda-onda-diz-pesquisador-da-fiocruz.shtml>.

Em 18 de setembro, o governador do Amazonas promoveu um evento para cerca de mil pessoas, com a presença do deputado federal Eduardo Bolsonaro e do senador Flávio Bolsonaro. Era uma mensagem clara à sociedade de que eventos dessa natureza não só eram permitidos, mas incentivados, justamente por quem deveria coibi-los

nômenos epidêmicos importantes no risco de morte por Covid-19, segundo a data dos primeiros sintomas, para a população com 20 anos ou mais.

O primeiro havia sido o registro do menor nível no risco de morte por Covid-19 da primeira onda, no período de 21 de junho a 11 de julho de 2020 (semanas epidemiológicas 26 a 28), com 5,7 mortes (IC95%: 4,6-7,0) para cada 100 mil habitantes.

O segundo foi a estabilização em patamares levemente mais altos nos períodos seguintes, quais sejam: entre 12 de julho e 1º de agosto de 2020 (semanas epidemiológicas 29 a 31), com 6,6 mortes (IC95%: 5,4-8,1) para cada 100 mil habitantes; bem como de 02 a 22 de agosto (semanas epidemiológicas 32 a 34), com 6,7 mortes (IC95%: 5,5-8,2) para cada 100 mil habitantes.

O terceiro e mais importante, já na segunda onda, foi a significativa e sustentada reversão na tendência de queda na mortalidade por Covid-19, a partir do período de 23 de agosto a 12 de setembro de 2020 (semanas epidemiológicas 35 a 37), com 8,4 mortes (IC95%: 7,1-10,1) para cada 100 mil habitantes.

TENTATIVA DE LOCKDOWN

No período de 23 de agosto a 12 de setembro de 2020 (semanas epidemiológicas 35 a 37), o então prefeito de Manaus, Arthur Virgílio Neto, inspirado em recomendações de cientistas, propôs um *lockdown* para conter o avanço da epidemia. A proposta foi quase que imediatamente classificada como "absurda" pelo presidente Jair Bolsonaro e descartada pelo

governador Wilson Lima⁷.

O erro de avaliação dos governos federal e estadual, bem como a falsa promessa de imunidade de rebanho pela via natural⁸, parece ter sepultado a resposta sanitária que poderia ter limitado a evolução da segunda onda e, quem sabe, a forte e rápida disseminação da variante de preocupação P.1 (B.1.1.28) ou até mesmo a sua emergência/surgimento.

Como consequência da má gestão da epidemia e da baixa adesão da população às medidas de controle, no período de 13 de setembro a 3 de outubro (semanas epidemiológicas 38 a 40), ficou configurado o primeiro pico de mortes da segunda onda, com risco de 12,1 (IC95%: 10,5-14,0) para cada 100 mil habitantes (Figura 2).

Cabe salientar, que mesmo diante do sustentado e significativo agravamento da epidemia em Manaus, o governo estadual seguia negando a segunda onda. Ademais, de forma furtiva, a partir de setembro, passou a aumentar o número de leitos clínicos e de UTI, sob o impropriedade pretexto de preparação para o período sazonal das síndromes gripais, o qual, historicamente, só passa a ser relevante em termos de mortalidade, entre fevereiro e abril.

Ironicamente, mesmo novembro sendo mês de eleições municipais, quando mais de um milhão de manauaras foram às ur-

7 Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55684605>.

8 Taylor, L. (2021). Covid-19: Is Manaus the final nail in the coffin for natural herd immunity? *bmj*, 372.

O erro de avaliação dos governos federal e estadual, bem como a falsa promessa de imunidade de rebanho pela via natural, parece ter sepultado a resposta sanitária que poderia ter limitado a evolução da segunda onda

nas no primeiro e no segundo turnos, em plena segunda onda e no momento em que a variante P.1 pode ter começado a circular, o Amazonas fez o menor número mensal de exames RT-PCR da epidemia. Foram menos de 3,6 mil diagnósticos para, aproximadamente, 4,3 milhões de habitantes. Semanas depois esse total passou para

4.933 (provavelmente influenciado pelo lançamento de resultados de amostras de novembro, avaliadas a partir de dezembro de 2020), como apresentado na Figura 1.

TESTAGEM NEGADA

Em novembro de 2020, a senhora Noeme Tobias de Souza, Procuradora de Justiça do Amazonas, em parecer alheio à realidade da epidemia, indeferiu o pedido de tutela de urgência impetrado pela Defensoria Pública do Estado (Processo n.º 0657137-02.2020.8.04.0001), em que requeria, acertadamente, a ampliação da testagem para o novo Coronavírus no Amazonas.

Em linha com a suposta eficiência da testagem, em 2 de dezembro, o então ministro Pazuello defendeu que ela estava sendo feita de forma adequada no país, em contexto de queda na demanda desses recursos nos estados devido a "fase de desaceleração das infecções"⁹. Na mesma ocasião, o então Ministro, assim como o presidente Jair Bolsonaro, criticou o *lockdown*, dizendo que havia sido implementado sem preparo e "na base do medo", como se algum dia ele houvesse, de fato, aplicado algo assim no país.

Mesmo depois de inúmeros alertas sobre a gravidade da segunda onda em Manaus, a tragédia sanitária começou a ficar escancarada em dezembro de 2020. Entre 10 de dezembro e 31 de janeiro, o núme-

9 Disponível em: inforneblumenau.com/brasil-vai-receber-15-milhoes-de-doses-de-vacina-de-oxford-ate-fevereiro-diz-pazuello/.

FIGURA 1. DESCRIÇÃO DO NÚMERO MENSAL DE EXAMES RT-PCR PARA COVID-19, MARÇO DE 2020 A MARÇO DE 2021, AMAZONAS, BRASIL

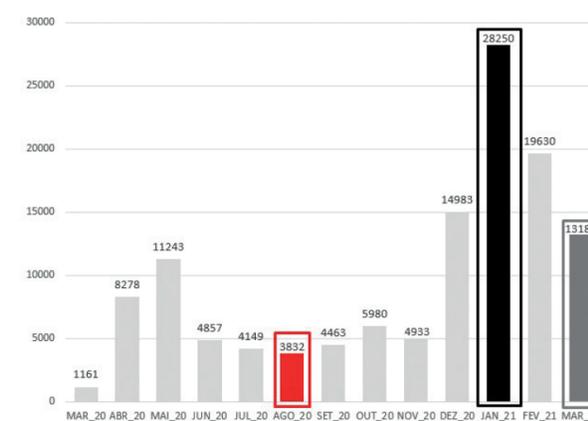


FIGURA 1 | FONTE: FVS/SES-AM.

FIGURA 2. DESCRIÇÃO DO RISCO DE MORTALIDADE POR COVID-19, DE ACORDO COM A DATA DOS PRIMEIROS SINTOMAS E GRUPOS DE SEMANAS EPIDEMIOLÓGICAS (SEMANA 11 DE 2020, ATÉ A SEMANA 11 DE 2021), MANAUS, AMAZONAS, BRASIL.

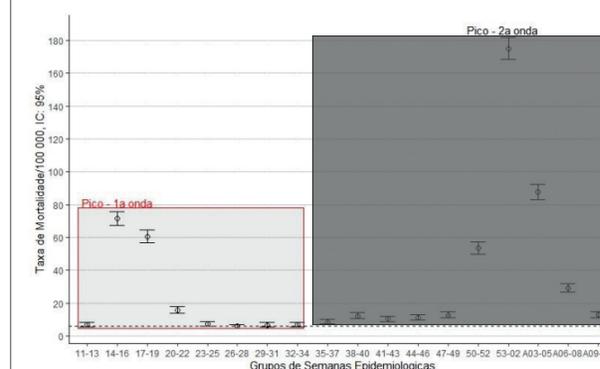


FIGURA 2 | FONTE: SIVEP/GRIPE-MINISTÉRIO DA SAÚDE. IC95%: INTERVALO DE CONFIANÇA AO NÍVEL DE 95%

ro de leitos clínicos passou de 324 para 1.954, um aumento de 500%. Já o de leitos de UTI passou de 193 para 691. Apesar dos repetidos apelos e proposições de *lock-down*¹⁰, Manaus jamais o implementou.

Também merece destaque o fato de que a confirmação da circulação da variante emergente P.1 do vírus no Brasil só foi possível na segunda semana de janeiro. Ou seja, aproximadamente, 45 dias após o provável início da circulação no Amazonas e do colapso da rede médico-hospitalar de Manaus.

A detecção só ocorreu graças ao assertivo e preciso monitoramento de rotina das autoridades aeroportuárias do Japão, junto a turistas que haviam visitado o Amazonas em dezembro de 2020. Esse, sem dúvida, é mais um elemento que confirma a ineficaz e inoportuna vigilância laboratorial e genômica no Brasil, ao longo da pandemia da Covid-19¹¹.

MORTE SEM AR

Em 14 de janeiro de 2021, Manaus, maior metrópole da Amazônia, protagonizou o episódio mais dramático da pandemia, marcado pela morte de dezenas de pessoas dentro de hospitais, transformados em “câmaras de asfixia”, pelo esgotamento do suprimento de oxigênio medicinal. Como consequência, além de outros fatores, somente em janeiro de 2021 foram confirmadas 3.106 mortes por Covid-19, de acordo com a data dos primeiros sintomas, um número 22,1% maior do que o total de mortes pela doença (2.543) durante a primeira onda (entre fevereiro e julho de 2020).

Dias depois, dezenas de pacientes internados em municípios do interior também morreram por asfixia, devido ao esgotamento do suprimento de oxigênio medicinal. Diante da trágica situação, o então ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, atribuiu o colapso a fatores como umidade e falta de tratamento precoce, mais uma vez negando os fatos e a Ciência.

Embora o governo federal tivesse ale-

10 Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/amazonas-vive-segunda-onda-de-covid-19-mas-autoridades-negam-28-10-2020/>.

11 Sociedade Brasileira de Medicina Tropical (SBMT). “Manaus: cenário caótico e recordes sucessivos de infecções pelo novo coronavírus”. Newsletter [Internet]. 2021; Disponível em: <https://www.sbmt.org.br/portal/manaus-cenario-caotico-e-recordes-sucessivos-de-infeccoes-pelo-novo-coronavirus/?locale=pt-BR>.

Em abril de 2021, o Brasil se tornou o epicentro da pandemia e chegou a responder por cerca de 1 em cada 4 óbitos por Covid-19 no planeta. Ademais, das 400 mil notificações de mortes no Brasil, desde março de 2020, a metade ocorreu nos primeiros quatro meses de 2021

gado desconhecimento da previsível falta de oxigênio em Manaus, é preciso lembrar que em 7 de janeiro, o governador Wilson Lima esteve reunido com o ministro da Saúde em Brasília para abordar a urgente necessidade de instalar mais 60 leitos de UTI¹². Ademais, em 11 de janeiro, o ministro Pazuello esteve na capital amazonense para acompanhar a crítica situação sanitária e humanitária, retornando a Brasília

12 Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-01/com-aumento-de-casos-de-covid-19-amazonas-quer-criar-vagas-de-uti>.

um dia antes do fatídico 14 de janeiro.

Saliente-se que o governo estadual, na presença de técnicos do ministério da Saúde, imediatamente após aquela data, apresentou gráficos detalhando o consumo de oxigênio medicinal ao longo da epidemia.

Portanto, como a evolução do consumo de oxigênio é obrigatoriamente acompanhada pelo número de internações hospitalares, não parece plausível alegar desconhecimento da iminência de tamanha tragédia. Some-se a isso o fato de as autoridades sanitárias virem acompanhando a explosão da demanda por leitos desde o final de dezembro de 2020¹³.

DISSEMINAÇÃO DE VARIANTES

No esteio da sequência de erros cometidos pelos diferentes níveis da gestão em saúde e diante do colapso da rede médico-hospitalar e das centenas de mortes sem assistência médico-hospitalar, os governos federal e estadual reuniram esforços para enviar, aproximadamente, 600 pacientes de Covid-19 para metrópoles de outras regiões do país¹⁴. Essas pessoas viajaram acompanhadas por familiares em contexto de maciça circulação da variante P.1 do vírus, a qual viria a se disseminar de forma inédita pelo país semanas depois.

O fato é que em abril de 2021, o Brasil se tornou o epicentro da pandemia e chegou a responder por cerca de 1 em cada 4 óbitos por Covid-19 no planeta. Além disso, das mais de 423 mil notificações de mortes por Covid-19 no Brasil, desde março de 2020, um pouco mais da metade ocorreu nos primeiros quatro meses de 2021. Nessa ocasião, a transmissão comunitária atingiu os maiores níveis, em cenário de amplo relaxamento das medidas sanitárias e da forte circulação de variantes.

Essa tragédia evitável, além de ter resultado na perda de milhares de vidas (direta e indiretamente) e no vultoso desperdício de recursos públicos, em tempos de crítico subfinanciamento do Sistema Único de Saúde (SUS), deixou a marca mais imediata não apenas nas vítimas diretas que sobreviveram à Covid-19. Ela lega traumas

13 Disponível em: <https://www.acritica.com/channels/manaus/news/nao-ha-necessidade-de-hospitais-de-campanha-afirma-wilson-lima>.

14 Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/em-meio-criticas-amazonas-interrompe-transferencia-de-pacientes-com-covid-outros-estados-24888117>.



psicológicos e um vasto leque de sequelas físicas e acarretará efeitos residuais de médio e longo prazo. Entre esses estão a redução da expectativa de vida da população ou o aumento das desigualdades¹⁵, devido a piora de indicadores sociais.

AUMENTO DE CASOS FATAIS

Por último, o governo do Amazonas, afinado com o ministério da Saúde, flexibilizou, em 22 de fevereiro, de forma precoce, as medidas restritivas à circulação de pessoas. A partir do período de 7 a 27 de fevereiro (semanas epidemiológicas 06 a 08), o risco de morte era de 30,2 (IC95%: 27,5-33,1) para cada 100 mil habitantes, ou 310% (IC95%: 232-406) maior do que no período da flexibilização pós-pico da primeira onda. Nessa ocasião, o risco de morte foi de 7,4 (IC95%: 6,1-8,9) para cada 100 mil habitantes.

No último grupo de semanas avaliado, o qual inclui o período de 28 de fevereiro a 9 de março de 2021 (semanas epidemiológicas 09 a 11), o risco de morte foi de 14,2 (IC95%: 12,4-16,2) para cada 100 mil habitantes, um valor ainda alto. Mas, em

15 Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/entrevista/quem-opta-pelo-controle-da-epidemia-dentro-do-hospital-opta-pela-morte-e-nao-por>.

contexto de lento processo de vacinação, de circulação de variantes de preocupação e com parte da rede médico-hospitalar das principais cidades do Brasil, saturada ou em colapso.

A ONDA PODE PIORAR

A desaceleração da queda no risco de morte, em pleno processo de vacinação, pode ser um indicativo de estabilização da segunda onda em nível de risco elevado e semelhante ao do primeiro pico da segunda onda, entre 13 de setembro e 3 de outubro de 2020 (semanas epidemiológicas 38 a 40), quando o risco de morte foi de 12,1 (IC95%: 10,5-14,0). Esse padrão epidêmico pode ser um prenúncio da retomada ou do recrudescimento da segunda onda em Manaus, reforçando a ímpar negligência sanitária e humanitária na capital mundial da Covid-19.

Não há dúvidas de que o papel das políticas voltadas à mitigação da epidemia precisa ser considerado para minimizar o impacto de novos ciclos de infecções¹⁶,

16 Chaudhry R., Dranitsaris G., Mubashir T., Bartoszko J., Riazi S. A country level analysis measuring the impact of government actions, country preparedness and socioeconomic factors on COVID-19 mortality and related health outcomes. *EClinicalMedicine*. 2020;25:100464.

adoecimentos e mortes evitáveis por Covid-19 no Brasil, especialmente em regiões com baixa capacidade de resposta a emergências sanitárias e forte desigualdade socioeconômica como a capital amazonense. A cidade é dupla e gravemente afetada pela disseminação descontrolada do novo coronavírus¹⁷.

Finalmente, a dupla tragédia sanitária e humanitária de Manaus não se deu por acaso. Ela é consequência da pior de todas as variantes e da má gestão da epidemia. Por isso, os órgãos de controle e a justiça precisam agir e responsabilizar os culpados sob a pena de deixarmos a sensação de impunidade ser solidificada no imaginário e no cotidiano do brasileiro.

17 Feijó FR., Orellana JDY. Pandemia da Covid-19, crise sanitária e impactos na Saúde das(os) Trabalhadoras(es). In: *Saúde do Trabalhador em tempos de desconstrução: caminhos de luta e resistência*. Rio de Janeiro: Cebes; 2021. p. 314. Disponível em: <http://renastonline.ensp.fiocruz.br/recursos/almanaque-saude-trabalhador-tempos-desconstrucao-caminhos-luta-resistencia>.



Jesem Orellana é epidemiologista e pesquisador da Fiocruz Amazônia.



Entrevista

Ivan Valente

“O PSOL se tornou grande, mesmo sendo pequeno”

FELIX/DIMMVALENTE

Gilberto Maringoni

Ivan Valente tinha 18 anos de idade quando foi dado o golpe de 1964. A interrupção da democracia e seu valor marcaram para sempre aquele estudante de cursinho que aspirava entrar num curso de Engenharia. Ao longo dos 56 anos seguintes a militância passou pelo movimento estudantil, pela vida clandestina na ditadura, pela prisão e pelas torturas, pela fundação do PT e pela construção do PSOL. Ivan exerce seu sexto mandato de deputado federal, depois de se eleger por duas vezes para a Assembleia Legislativa de São Paulo.

Nesta entrevista, ele comenta os impasses do Brasil de Bolsonaro e relembra pontos marcantes da sua trajetória política.

Como se explica o fenômeno Bolsonaro e por que o Brasil, depois de 35 anos de democracia, resolveu elegê-lo?

Bolsonaro é um fenômeno que vem desde, pelo menos, a crise de 2008 e foi impulsionado a partir de 2013. Naquela situação de disputas, a direita surgiu como movimento de massas. Percebendo a instabilidade reinante, uma elite econômica sem projeto de Nação resolveu chutar o balde do regime democrático de forma agressiva e oportunista. Houve, claro, uma decepção com o governo Dilma em setores populares e de esquerda, mas além disso houve uma manipulação política por parte da grande mídia, que ajudou a criar um carimbo de corrupto no PT. Cresceu na base da sociedade uma forte tendência antipetista, que impulsionou um processo de impeachment absurdo. Abriu-se a oportunidade para a imposição de um projeto de hegemonia do capital financeiro e do neoliberalismo, implementado a todo vapor com Michel Temer. Paralelo a isso, o que chamamos de lavajatismo – uma prática falsamente moralista, punitivista e parcial – ajudou a criar o caminho que desembocou em Bolsonaro. Isso nos deu uma lição: futuros governos de esquerda, mais contundentes que o PT, devem ter a consciência de que a reação de setores conservadores vai ser mais dura ainda. Trata-se de gente contra a igualdade social e a distribuição de renda. São contra as empregadas domésticas terem direito à



Futuros governos de esquerda, mais contundentes que os do PT, devem ter a consciência de que a reação de setores conservadores vai ser mais dura ainda. Trata-se de gente contra a igualdade social e a distribuição de renda. São contra as empregadas domésticas terem direito à carteira assinada e qualquer projeto político minimamente igualitário. É interessante observar que o fenômeno Bolsonaro foi eleito na base da negação da política, da intolerância, do ódio, com racismo, com homofobia, com machismo



carteira assinada e qualquer projeto político minimamente igualitário. É interessante observar que o fenômeno Bolsonaro foi eleito na base da negação da política, da intolerância, do ódio, com racismo, com homofobia, com machismo etc. E defendendo a ditadura militar, citada todo dia, com AI-5 e tortura. Há quase um terço da população que não se arrepende do voto dado em 2018. Isso é grave.

A mesma sociedade brasileira que deu a vitória à extrema direita elegeu por quatro vezes um governo de centro-esquerda. Como isso se explica?

A primeira eleição de Lula assustou bastante a burguesia. O PT fez a “Carta ao povo brasileiro”, colocou o Palocci na Fazenda, atendeu ao mercado e Lula partiu para uma ação de alguma distribuição de renda aos pobres e de grandes ganhos para os ricos. Assim, deixou de assustar. Isso se confirmou ao vermos que, em 2006, mesmo após o mensalão e de tudo o que a Globo fez, ele foi muito bem reeleito. A economia ia bem, os de cima ganhavam mais e os de baixo ganhavam alguma coisa. Teve a oportunidade de pegar um boom de commodities. Frei Betto diz algo com o qual concordo totalmente. Uma coisa é ter consciência do valor das conquistas e outra é estar bem servido no consumo. Lula sempre foi isso, de servir no consumo. Claro que, contra a fome, temos que almoçar, jantar e tomar café da manhã. Mas, depois, todo mundo tinha que ter as utilidades domésticas de linha branca, o carro etc. Isso pegava bem no sentido geral do consumo, mas não mudava as consciências. Quando veio uma crise com o impacto da de 2008, a direita, que estava sendo bem acomodada no governo, começou a querer mudar de barco. Há um aspecto adicional: Lula não contribuiu para mexer em nada na hegemonia do capital financeiro no Brasil. Por que não se fala em acabar de vez com subsídios? Em reforma tributária? Em taxação das grandes heranças e fortunas? Não houve nada disso nos governos do PT. A linha geral era de atrair capital e investimento para o Brasil, especulativo ou não, mas sem mexer nas estruturas, no problema da dívida pública e no tripé macroeconômico..

No governo Lula, as Forças Armadas continuaram tão ou mais fortes do que antes e os meios de comunicação não

O esforço foi grande, mas valeu a pena!

“O rumo neoliberal do primeiro governo Lula não nos deixou alternativa a não ser sair do PT e vir para o PSOL. Ou seja, deixamos um transatlântico e desembarcamos em uma canoa. Hoje, nossa canoa é uma das principais referências dos lutadores populares brasileiros”.

“INFÂNCIA E ESTUDOS

Nasci em São Paulo, em 1946. Meu pai, involuntariamente, participou da chamada Intentona Comunista de 1935. Ele era sargento da Aeronáutica e, quando houve a rebelião, estava no Campo dos Afonsos, no Rio de Janeiro, para fazer o curso de piloto. O campo foi cercado e ele ficou preso seis meses, foi expulso da Aeronáutica e depois se tornou comerciário. Não tinha uma formação socialista, mas sempre estive ao lado dos de baixo e sempre me inclinou para a esquerda. Toda a minha educação básica e do ginásio foram na escola pública.

INÍCIO DA MILITÂNCIA

Entrei para a Escola de Engenharia Mauá, em 1966. No ano seguinte, comecei a participar intensamente do movimento estudantil. E montamos e lideramos o Centro Acadêmico da Escola de Engenharia.

Em contato com lideranças da USP e de outras faculdades, acabei me ligando ao Partido Operário Comunista (POC), organização formada por outras, como a Organização Revolucionária Marxista - Política Operária (POLOP). O POC rachou em 1970, entre aqueles que queriam ir para a luta armada e quem queria ficar na luta de massas. Eu não achava que aquele era o caminho mais correto. Com o tempo, o POC foi literalmente extinto e seus dirigentes foram assassinados. Só escapou quem foi para o exterior.



foram regulados. Que mudanças reais o PT proporcionou ao País?

O caso das Forças Armadas é complexo. Na época da discussão da Comissão da Verdade (2011-14), havia na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara um projeto da Luíza Erundina - que eu coassinava - segundo o qual era a hora de punir os torturadores. Mas o projeto não passou. Como você não mexe nos torturadores e nos mandantes, eles continuam falando que 1964 foi um movimento de pacificação nacional. A impunidade seguiu em frente. Veja o caso daquele capitão terrorista, Wilson Machado, que iria colocar a bomba no Riocentro em 1981, no show de 1º de maio e que poderia ter matado milhares de jovens. Ele foi pego com a boca na botija e estava com a bomba na mão. Não só não foi punido, como foi promovido. Isso passa a ser uma convivência. No caso das comunicações, vamos lembrar quem foram os ministros: Miro Teixeira, Helio Costa - que foi da Globo por 30 anos - e Paulo Bernardo. No fundo, eles achavam que havia democracia com a Globo mandando. Ao não mexer no sistema econômico, quando acabou a onda de commodities e a conjuntura internacional favorável, não se asseguraram direitos dos trabalhadores e houve até retrocesso. Faltou contundência, um diálogo de massa, manter mobilizado o movimento social e popular, na medida do possível. O MST, por exemplo, não queria a Lei Antiterrorismo, sancionada pela Dilma. Agora, a extrema direita quer aprofundá-la. Isso tudo é resultado de coisas que fizemos errado lá atrás. Falo disso tudo sem contar as coisas feitas no oba-oba, como a questão da Copa do Mundo e esses elefantes brancos que estão aí até hoje, que são as arenas. Houve uma euforia com a elite, e uma ilusão do PT com partes enormes do topo da pirâmide social, que se mostrou falsa e se expressou em ódio de classe contra o partido. Também houve muita ilusão com a governabilidade conservadora do Congresso Nacional.

Atualmente, o PSOL está sendo acusado de se reaproximar do PT e de ser um puxadinho do partido. É verdade?

A posição nítida do PSOL é a de que o ano de 2022 passa por 2021. Agora - neste ano! - nós precisamos fazer uma grande frente entre todos que lutam contra o bolsonarismo e contra o estreitamento da democracia, e a favor de uma resposta pronta do Estado brasileiro em relação à pandemia. É hora de unir forças e produzir muita mobilização

“Sem punir torturadores e mandantes, eles continuarão falando que 1964 foi um movimento de pacificação nacional. A impunidade seguiu em frente. Veja o caso daquele capitão terrorista, Wilson Machado, que iria colocar a bomba no Riocentro em 1981, no show de 1º de maio e que poderia ter matado milhares de jovens. Ele foi pego com a boca na botija e estava com a bomba na mão. Não só não foi punido, como foi promovido

CLANDESTINIDADE E PRISÃO

Em 1972, fiquei clandestino em São Paulo por oito meses. Como era liderança estudantil, encontrava muita gente pela rua. E o pessoal do Rio achou que eu deveria ir para lá, onde eu não era conhecido. Com isso, a militância e a formação de nossa nova organização, o Movimento pela Emancipação do Proletariado (MEP, em 1976), se deu com a participação de importantes lideranças estudantis e operárias. No total, fiquei cinco anos e meio na clandestinidade.

Fui preso pela primeira vez em julho de 1977 e fiquei quatro meses e meio encarcerado com outros 25 companheiros. Nesse período, fizemos duas greves de fome. A tortura era algo sistemático. Foram dez dias no DOI-CODI, nos quais passei por porrada, cadeira do dragão e pau de arara, dia e noite. E geladeira, aquele cubículo gelado onde te observavam por meio de câmeras e isolamento térmico.

PROTESTO AMPLO

Sáimos da cadeia por meio de uma greve de fome. Escrevemos uma denúncia da situação dos presos políticos, a “carta dos

presos do MEP”. O texto saiu integralmente no *Jornal do Brasil* e no *Le Monde*, e trechos foram publicados na *Folha*, no *Globo* e no *Estadão*. Ali, relaxaram a preventiva, pois nossa prisão estava tendo repercussão pública. Marcaram nosso julgamento para novembro de 1978. Tínhamos a decisão a tomar: ou ir para a clandestinidade ou para o julgamento. E nós fomos para o julgamento por acharmos que já havia um movimento de anistia forte na sociedade. No dia, havia mais de mil pessoas na porta da sala da Auditoria da Aeronáutica, no Rio. Fizemos um banzé, subimos na mesa, gritamos “Abaixo a ditadura!”. Saí de lá carregado pela polícia da aeronáutica sem pisar no chão. E pegamos três anos de cana.

No presídio da rua Frei Caneca, ficamos mais seis meses. Após intensa batalha política e jurídica, fomos libertados em maio de 1979, quatro meses antes da Anistia.

DO PT AO PSOL

Quando voltei a São Paulo, participei da fundação do PT, em 1980, um marco essencial nas lutas populares brasileiras. Já havíamos lançado no ano anterior o jornal

Companheiro, do MEP, que durou três anos.

De 1983 a 1986, fui assessor do mandato de deputado federal do José Genoíno, enquanto lecionava matemática na escola pública. A partir de 1986, fui eleito para dois mandatos de deputado estadual em São Paulo (1987-95) e seis de deputado federal. Fomos oposição e governo. Essa última fase foi difícil.

O primeiro governo de Lula (2003-07) foi bastante controverso, com a designação de Antônio Palocci para a Fazenda e Henrique Meirelles para o Banco Central. Começamos batendo no aumento dos juros e, depois, veio a reforma da Previdência. Dos vários tensionamentos com o conservadorismo do PT, a questão da Previdência representou uma batalha particularmente insana, com quase 400 reuniões, em poucos meses. O rumo neoliberal da política governamental não nos deixou alternativa a não ser sair do partido e vir para o PSOL. Ou seja, deixamos um transatlântico e desembarcamos em uma canoa. Como toda a nossa história, o esforço foi imenso. Mas valeu a pena. Hoje, nossa canoa é uma das principais referências dos lutadores populares brasileiros”.

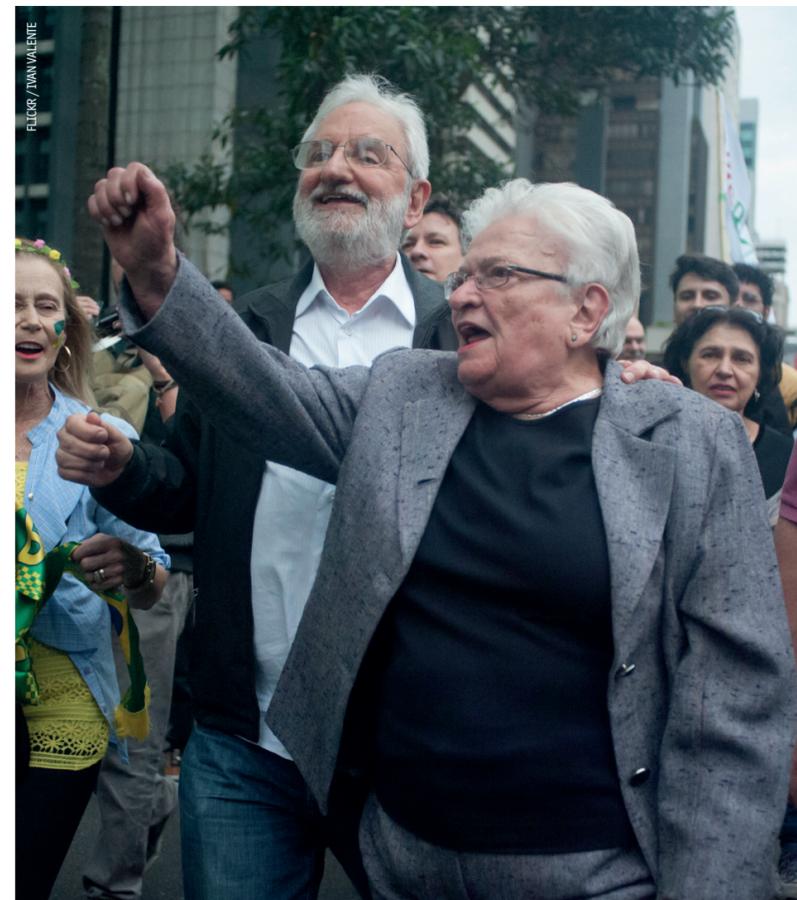
contra Bolsonaro. No ano que vem, se ele for competitivo, temos que derrotá-lo com a candidatura de esquerda mais bem posicionada nas pesquisas. Essa candidatura precisa ter um programa que mobilize os trabalhadores e o povo. Repito, isso vai ser visto em 2022. É o momento de tornar o PSOL presente na conjuntura, no combate ao bolsonarismo e garantir protagonismo no processo.

O PSOL é um partido que galvaniza a juventude na esquerda, mais do que qualquer outro. E tem uma geração de quadros novos muito promissores. Como você vê essa renovação?

Vejo de forma muito positiva. E isso tem explicação. O PSOL tem sido vanguarda em várias lutas importantes, como a luta contra o racismo, a homofobia, o machismo e pelos direitos civis e humanos. Isso tem sido uma marca, mas ela não é suficiente. Por exemplo, a candidatura do Boulos com a Erundina em São Paulo representou uma proposta de mudança popular e massiva. Ela propunha mudanças estruturais. É por isso que Boulos se tornou uma figura tão expressiva. Da mesma forma, Erundina cumpriu um papel muito importante, e mostra que a candidatura de ambos foi, antes de tudo, programática – a favor do combate à pobreza, à desigualdade – e com uma cara socialista. Conquistar 40% dos votos no segundo turno foi uma vitória e mostra o enorme potencial do PSOL.

O PSOL se consolidou como uma corrente de opinião e lançou candidatos majoritários na maioria dos estados. Qual foi o principal ponto de virada do partido, depois de sua criação?

Há muitas conquistas nesses mais de quinze anos. Sempre lutamos por mudanças profundas na sociedade e isso se traduziu em várias ações concretas. Na última década, penso que a entrada da Luíza Erundina representou um novo patamar para nós. Ela estava insatisfeita no PSB e a convidei para entrar no PSOL. E ela aceitou. A Erundina dá um grande salto de qualidade ao partido, uma dimensão de massas. É notável também a entrada de Guilherme Boulos, maior expressão do movimento social nesse último período, além de outras figuras públicas que reforçam a representatividade do PSOL na conjuntura. A ética na política, a coerência na ação e a questão programática do PSOL foram três pilares



que preservaram o partido e o tornaram respeitado nos movimentos sociais. Nós nos tornamos grandes mesmo sendo pequenos. O PSOL é grande, por ser muito respeitado por esses três pilares. Ao mesmo tempo, é ainda um partido pequeno em expressão e capilaridade de massa.

Estamos na maior crise da história republicana. Você é otimista, realista ou pessimista?

Mesmo com todo esse retrocesso bolsonarista, é óbvio que confio que o povo brasileiro vai virar essa situação. É claro que, para isso, temos que acumular força e ter movimentos de massas. Há um percalço pelo caminho. Estamos em meio a uma pandemia e não podemos sair para a rua! Não vai ser fácil, vai ter muita luta e mobilização, mas nós vamos superar isso. E vamos deixar o pessimismo para momentos melhores.

Há muitas conquistas nesses mais de quinze anos. Sempre lutamos por mudanças profundas na sociedade e isso se traduziu em várias ações concretas. Na última década, penso que a entrada da Luíza Erundina representou um novo patamar para nós





DEPRESSÃO SOLIDÁRIA

O governo Bolsonaro consegue reunir o pior de dois mundos. Como falso liberal retira garantias e desprotege o trabalhador, criando ansiedade, desemprego e incerteza e como neoliberal postigo, mantém a política de empreitamento do Estado em benefício próprio, ou das milícias. A forma como a Pandemia está sendo enfrentada no Brasil não é apenas necropolítica, mas também depressiva no sentido de dividir o ordenamento simbólico de obediência a regras sanitárias, e por estimular o dissenso e a negação sistemática do perigo e das estratégias biopolíticas para enfrentá-lo

Christian Ingo Lenz Dunker

Segunda maior causa de afastamento do trabalho, causa difusa de separações familiares e indutora de alcoolismo crônico, usado como terapia selvagem, a depressão tornou-se nosso modo prefe-

rencial de sofrimento. Em nossos trabalhos recentes sobre *O Neoliberalismo como gestão do sofrimento*¹ e *Uma biografia da*

1 Safatle, V.; Silva Jr. Nelson e Dunker, C.I.L. (2021) *Neoliberalismo como Gestão do Sofrimento*. Belo Horizonte: Autêntica.

*depressão*², tentamos mostrar como essa prima pobre das doenças mentais se tornou uma *superstar* que está por toda parte. Nosso caso está montado sobre quatro

2 Dunker, C.I.L. (2021) *Uma Biografia da Depressão*. São Paulo: Paidós.

número de internações ou na qualidade da saúde mental dos norte americanos (pelo contrário a tendência é de piora).

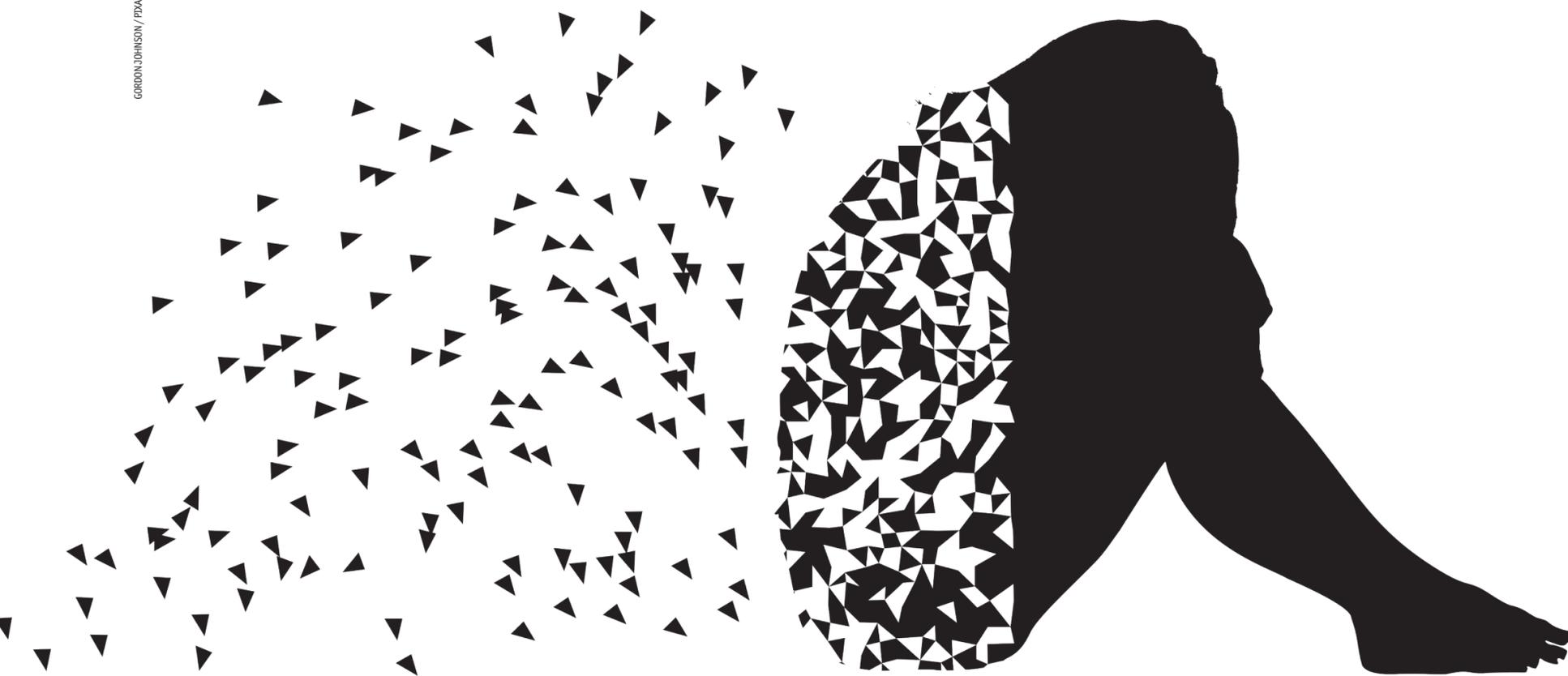
DEPRESSÃO E GOVERNOS NEOLIBERAIS

Ou seja, os últimos quarenta anos de “governo” da depressão, na saúde mental, foram também os do consenso neoliberal, admitindo-se que a crise de 2008 é uma crise deste modelo. Isso poderia ser explicado por uma acentuação da diferença entre a política liberal e a neoliberal com relação à saúde. Enquanto os modelos keynesianos enfatizavam a proteção do trabalhador, tendo no sofrimento um adversário perigoso para o andamento dos negócios, o neoliberalismo descobriu que é possível administrar calculadamente sofrimento no trabalho, de modo a extrair mais desempenho e produtividade.

Deixe todo mundo com medo de ser demitido e veja se as jornadas de trabalho, incluindo sábados e domingos, não se ampliam “naturalmente”. Faça um departamento concorrer com o outro para ver se a agressividade corporativa produzida em laboratório não faz “bem para os negócios”. Distribua bônus erraticamente e verifique se o clima paranoico de denúncia, predação e concorrência não fará todos trabalharem mais, sem organização de resistências sindicais. Finalmente, demita as pessoas em massa e prometa que agora elas serão livres, pois terão um CNPJ que as tornará verdadeiros empresários. Crie sistemas de microgestão e avaliação permanente para ver se a coerção entre funcionários não faz a competição “benéfica” criar mais resultados no final do *quarter*.

Fato é que fomos nos acostumando a olhar para nossas próprias vidas como se fôssemos uma empresa, que tem que dar lucro, que precisa investir em renovação (senão a empregabilidade cai), que precisa olhar para os riscos tributários e para as metas e métricas, em sistema permanente de auto-observação, avaliação e punição. Esse conjunto articulado parece ter se implantando como moralidade hegemônica. E dentro dela o depressivo é o caso chave e problemático. O sintoma de um sistema que só consegue individualizar culpas e excluir desvios improdutivos. O depressivo não tem aquele “gosto” permanente pelo trabalho, não é que ele não “vista a camisa da empresa”, ele não veste a pró-

**Deixe todo mundo com medo de ser demitido e veja se as jornadas de trabalho, incluindo sábados e domingos, não se ampliam “naturalmente”.
Faça um departamento concorrer com o outro para ver se a agressividade corporativa produzida em laboratório não faz “bem para os negócios”.
Distribua bônus erraticamente e verifique se o clima paranoico de denúncia, predação e concorrência não fará todos trabalharem mais, sem organização de resistências sindicais**



pria camisa, individualizando culpas e reduzindo o consumo, ele é o protótipo do sintoma criado pelo neoliberalismo.

A ERA DA DEPRESSÃO

Podemos descrever o reinado da depressão, dividindo-o em três momentos.

No primeiro período, que vai de 1973 a 1980, a depressão ainda é considerada uma espécie de febre, ou sintoma transversal de diferentes quadros clínicos, mas passa a ser definida, cada vez mais, no eixo de oposição entre o infantil e o adulto. Nessa narrativa a depressão é uma espécie de recusa ao crescimento, uma paralização do desenvolvimento ou uma regressão produzida por certos encontros traumáticos com a realidade. Haveria, por assim dizer, tanto para psicanalistas quanto para psicólogos cognitivos, uma espécie de estado básico de depressão, representado pela falta de amparo, estado este que teria sido vivido em momentos críticos da infância, os quais o sujeito regrediria diante de situações de alta complexidade.

No segundo período, de 1980 a 2000, a depressão se expande e ganha uma personalidade própria, não mais reduzida a uma espécie e infantilismo ou de covardia moral, mas ao eixo mais genérico da

Os tratamentos para a depressão passam a ser as “políticas de austeridade”. Redução de gastos sociais, equilíbrio de contas públicas e contenção de investimentos. Assim, a depressão clínica passa a ser descrita a partir de estados de distanciamento, desligamento e de auto-observação

impotência e da impossibilidade. Aqui, o paradigma não será mais a experiência originária e infantil, mas a perda de performance a recusa a operar segundo um certo regime específico de individualidade. O depressivo sofreria com uma dificuldade de enquadramento³ narcísico, ou seja, com uma gramática desviante de reconhecimento. Ele pode se identificar idealizadamente como um grande empreendedor, vocacionado para incríveis realizações e um destino glorioso no mundo dos negócios, dos amores e da família, para logo sofrer um “tombo” inesperado diante de uma demissão inesperada ou de uma decepção amorosa. A mesma narrativa compreende o polo oposto dos indivíduos que cronicamente se experimentam como inadequados, com sentimento de si rebaixado ou com uma limitação insidiosa para tomar riscos e avançar posições subjetivas e desejanças. Manter-se perfazendo um “papel”, torna-se uma experiência postiça, inautêntica e uma artificialidade cujo trabalho parece a um tempo infinito e impraticável. É o famoso realismo depressivo, que usualmente é interpretado pelos que estão a sua volta como um pessimis-

³ Idem: 50.

mo ou como um gosto por desmanchar o prazer alheio. Isso ocorre porque o prazer alheio remete a esse complexo de imposturas e falsidades que é como o sujeito se lê nas trocas sociais e desejanças.

No terceiro período, de 2000 a 2008, a depressão torna-se algo crônico. Os antidepressivos tomados por décadas começam a reduzir os efeitos promissores. A depressão torna-se uma diabetes mental, falta de um ingrediente químico no cérebro que temos que repor com medicação, indefinidamente. Junto a isso aparece a alegoria do revólver, que tem gatilhos que disparam a depressão, pois ela já está lá, geneticamente dada e à espreita permanente do sujeito. O termo “depressão” parece ter sido eficaz primeiro na economia e depois na psicopatologia.

Os tratamentos para a depressão são as “políticas de austeridade”. Redução de gastos sociais, equilíbrio de contas públicas e contenção de investimentos. Assim, a depressão clínica passa a ser descrita a partir de estados de distanciamento, desligamento e de auto-observação. Estar nos lugares, participar das relações e extrair delas parece uma tarefa impossível. No lugar disso, o sujeito se coloca em recuo, como que a observar a festa

Enquanto verdadeiros quadros neurológicos são indiferentes às formas como são descritos, a depressão depende de como se fala dela. Isso envolve tanto como o sujeito “se fala”, quanto à forma como ele “é falado” de tal modo a ter o sofrimento incluído em discursos, ganha legitimidade e reconhecimento. O quadro configura uma nova posição diante do sofrimento

humana como um teatro mal executado e imperfeito. Quando esse recuo é rompido artificialmente pela aproximação da realidade, seja por um comentário desavisado, seja por um mal encontro, isso colhe o sujeito em um estado de sensibilidade extrema e reatividade, muitas vezes agressiva ou impulsiva.

AS CONDIÇÕES SOCIAIS DE TRANSMISSÃO DA DEPRESSÃO

Notemos que com a depressão não estamos mais no registro do sofrimento mental como consequência de um conflito, da luta contra o proibido ou a revolta contra o que se reprime, mas da soberania do forte ou do fraco, do que se sustenta ou do que cai, da eficiência do egoísta contra a solidariedade depressiva. Encontramos aqui o que Maria Rita Kehl descreveu como as condições sociais da transmissão da depressão: a aceleração do tempo, o incremento da prontidão para a resposta à demanda, à demissão das posições de autoridade na relação entre pais e filhos, à recusa da partilha social do gozo e às paixões da segurança, que demanda do indivíduo que este se transforme em um ser genérico, indefinidamente comparável e substituível com os outros⁴. Surge aqui a narrativa do depressivo como alguém que se perdeu de si mesmo, que se desgarrou do sistema da produção e consumo, que não consegue empreender a si mesmo, que oscila perpetuamente entre ser alguém superior e especial ou um nada, vazio dissolvido na multidão informe da insignificância.

Nesse terceiro tempo do reinado depressivo, ela começa a ser pensada cada vez mais como uma síndrome com sintomas corporais: dores que andam pelo corpo, como na fibromialgia, corpo em cansaço permanente, como na fadiga crônica que explode na queima de toda energia, como no *burn-out*, ou que se mostra resistentes aos manipuladores químicos da libido ou do sono. A novidade dos antidepressivos cessa de funcionar, curiosamente quando as patentes vão sendo liberadas e os preços caem. Os novos antidepressivos não prometem mais a cura, mas o alívio das versões “corporais” da depressão, bem como a redução desses indesejáveis, mas por muito tempo pouco tematizados efei-

⁴ Kehl, M.R. (2009) *O Tempo e o Cão: atualidade das depressões*. São Paulo: Boitempo, págs. 274-295.

tos colaterais.

À medida que a depressão passou a ser pensada como um quadro dotado de uma etiologia indiferente ao conflito psíquico, ela foi reforçando o conflito com a realidade. As terapias cognitivas interpretavam a depressão como uma deformação do pensamento e propunham um roteiro bem estruturado baseado em princípios e evidências. Um dos manuais mais populares dessa abordagem apregoa que a terapia se baseia⁵:

a. No “contínuo desenvolvimento do paciente e de seus problemas cognitivos”.

b. Realizado por meio de uma “aliança segura” e a “colaboração e participação ativa” do paciente.

c. Orientada para “metas e soluções de problemas” enfatizando o “presente”.

d. Visando “ensinar o paciente a evitar recaídas” durando um “tempo limitado”.

e. As sessões são estruturadas de modo “a ensinar o paciente a avaliar e responder a pensamentos e crenças disfuncionais” usando uma variedade de técnicas para mudar o “pensamento, humor e comportamento”.

Essa abordagem, que durante anos foi elevada à condição de protocolo no tratamento das depressões, associada permanentemente à administração de medicação antidepressiva, tornou-se dominante e globalmente exportada para os países da África, da Ásia e da América Latina, criando diferentes cenários de recepção, conforme o choque se desse com relação a crenças animistas e formas religiosas, tipos de individualização não ocidentais ou culturas previamente informadas por narrativas de interiorização do conflito.

A NEUROLITERATURA

Críticos literários como Marco Roth⁶ e Paulo Werneck⁷ apontam como nossa forma de produzir romances teria se desligado das antigas narrativas psicanalíticas repletas de interioridade, conflitos de desenvolvimento, tramas familiares e divisões da consciência, seja no sonho, seja

5 Beck, J. (1995) *Terapia Cognitiva: teoria e prática*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997, págs. 21-24.

6 ROTH, M. (2009) *The Rise of the Neuronovel*. N+1, issue 8, 19 October. www.nplusonemag.com/rise-neuronovel

7 <https://www.institutocpfl.org.br/2016/05/03/neuroliteratura-com-paulo-werneck-versao-completa/>

nos sintomas. A neuroliteratura, como por exemplo *Amor sem Fim* (1997) de Ian McEvan, destacou síndromes neurológicas, como a síndrome de Huntington e Tourette ou e de linhagem psicóticas, como a síndrome de Clerambault, o autismo. Esse movimento de reapropriação literária de novas formas de sofrer, em oposição aos romances modernos, como os de Balzac, Flaubert, Joyce ou Proust tem um impacto direto na depressão. Enquanto verdadeiros quadros neurológicos são indiferentes às formas como são descritos, a depressão depende de como se fala dela. Isso envolve tanto como o sujeito “se fala”, quanto à forma como ele “é falado” de tal modo a ter o sofrimento incluído em discursos, ganha legitimidade e reconhecimento. Isso significa uma nova posição diante do sofrimento. Ele tem uma origem que transcende decisões: ele emana de uma avaria no cérebro ou em cadeias de desenvolvimento que afetaram a evolução da espécie ou a genética com a qual cada um foi determinado.

Confirma-se aqui a ideia de que na depressão a causa do problema vem de

Junto ao neoliberalismo o vocabulário econômico sofre uma mutação que enfatizará o medo e a inveja, o otimismo ou o pessimismo dos mercados, operando uma despolitização da política e deslocando a contenda moral para o terreno dos comportamentos de gosto

fora. Ela não emana da alçada moral ou de nosso campo de escolhas ou decisões. Isso não significa que não exista nada a falar, mas trata-se de recriar a experiência a partir dessa posição de aceitação e conformidade. Não devemos desvalorizar essa narrativa porque ela sempre esteve presente nos modos de subjetivação e de narrativização dos sintomas. Aliás, essa tendência remete a narrativas transcendentais ou teológicas, nas quais as razões de nosso destino pertencem a “outros mundos”. A aceitação ou autorreconhecimento de que sintomas não são apenas decorrentes de falta de fé ou de força de vontade, mas que eles nos impõem um limite a nossa própria liberdade deveria inspirar uma discussão sobre os paradoxos de nosso desejo, mas ele parece ter sido capturado por uma dicotomia mais simples que divide as coisas entre a esfera na qual “podemos” agir e aquelas nas quais é “impossível” atuar.

O segundo aspecto importante da emergência desse discurso literário-científico para a depressão é que ela passa a abranger formas tradicionalmente incorporadas ao registro da psicose. Isso

aconteceu pela progressão da categoria de transtorno bipolar, dividido em três subtipos. Ou seja, a gravidade das depressões começa a ser reconhecida tanto porque ela responde cada vez menos aos tratamentos quanto pelo fato de que ela admite formas muito graves, com relação às quais não sabemos muito bem quais são os critérios de diferenciação.

A NARRATIVA DO NEOLIBERALISMO

Mas vejamos agora como as três figuras da depressão, a infantil, a narcísica e a corporal parece traduzir passo a passo a narrativa do neoliberalismo, como discurso econômico. Isso compreende a retomada de certos aspectos da teoria moral dos pais do liberalismo, com Stuart Mill e Adam Smith. Eles criticavam a infantilidade daqueles que não conseguiam se inibir, ou seja, conter o impulso para gastar e transformar isso em um adiamento temporal da satisfação, conhecido como poupança.

A grande metáfora do neoliberalismo vai apregoar metáforas como a da necessidade de austeridade ao mesmo tempo que advogará o caráter essencialmente egoísta

e competitivo do ser humano. Von Mises, patriarca do neoliberalismo, inventou a “síndrome de Fourier” que consistiria em negar a finitude dos recursos naturais

A grande narrativa do neoliberalismo vai apregoar metáforas como a da necessidade de austeridade ao mesmo tempo que advogará o caráter essencialmente egoísta e competitivo do ser humano

e o papel incontornável do trabalho como um sacrifício. Ou seja, a dúvida ou crítica quanto a realidade da escassez de recursos, da lógica do sacrifício e do medo natural da violência alheia, seriam uma traição da forma correta de percepção da realidade.

Essa estratégia ilustra bem como para esse discurso não estamos diante de um conflito de interpretações sobre a realidade, com a correlativa concorrência entre interesses, mas da patologização daqueles que duvidam de como as coisas realmente são. Eles estarão imbuídos de má-fé, desonestos, pois divergem da realidade e não de como nós percebemos ou construímos a realidade.

Junto ao neoliberalismo o vocabulário econômico sofre uma mutação que enfatizará o medo e a inveja, o otimismo ou o pessimismo dos mercados, operando uma despolitização da política e deslocando a contenda moral para o terreno dos comportamentos de gosto. Ora, essa dissociação entre a produção econômica, identificada com a realidade, e o pensamento ou nossa forma de ler e interpretá-la vai operar no fulcro psicológico da depressão explicando porque ela é o correlato neces-



sário desse tipo de forma econômica.

INDIVIDUALIZAÇÃO DO FRACASSO

A individualização do conflito, a transformação em forma de culpa em associação ao fracasso e a potência produtiva, faz com que a agressividade contra o outro, que motivaria um desejo de transformação da realidade, seja introvertida em uma agressividade orientada para o próprio eu. Isso se mostra, como vimos no raciocínio de auto-observação, de crítica de si mesmo com a inversão em ilações idealizadas.

O depressivo é aquele que fracassa e por outro lado tem um sucesso demasiado em tornar-se um empreendedor de si mesmo. Ele não consegue usufruir da gramática da competição de todos contra todos, que tornaria a vida uma espécie de esporte permanente, de viagem contínua ou de teatro de estrelas nas quais há um prazer em representar. A anedonia, este sintoma central da depressão, a incapacidade de experimentar de sentir prazer com o outro, consigo e no mundo, o torna uma espécie de ditador de si mesmo, em um impasse com as próprias ordens, incapaz de entender o porquê de sua greve para iniciar, ou fazer algo que por outro lado lhe parece óbvio, prático e indiscutivelmente desejável.

De certa maneira a depressão só descreve, ela não narra, ela luta contra a perda de memória e de concentração, o que a torna um ser de cansaço, ela é a greve e ao mesmo tempo a lei opressiva que a torna possível. Nesse sentido o reinado da depressão é também um reinado crítico contra a era do “capital humano”, do prazer dócil e flexível no trabalho e da narrativa do talento, do propósito e da autorrealização que sobrecarrega a produção com métricas de desempenho e resultado.

Daí que o depressivo não esteja exatamente trazendo um recado da realidade como ela é, mas um fragmento de verdade sobre porque não conseguimos perceber a coisas. Em certa medida ele responde demasiadamente bem à demanda de abrir mão de si mesmo, ao tematizar-se apenas como um personagem pouco convincente e um ator cansado do seu papel. A resposta insiste na coerência, na unidade e na síntese em um universo no qual a produção se torna deslocalizada, onde os manuais de gerenciamento nos ensinam como criar mais sofrimento para incitar mais produ-

A individualização do conflito, a transformação em forma de culpa em associação com o fracasso e a potência produtiva, faz com que a agressividade contra o outro, que motivaria um desejo de transformação da realidade, seja introvertida em uma agressividade orientada para o próprio eu

ção, assim como fragmentam a narrativa do trabalho e do estudo em blocos de potencialidades e listas de traços desejáveis e funcionalmente adequados. Assim, como para o neoliberalismo o mercado é outro compacto e fechado, idêntico a si mesmo em suas regras imutáveis, o Outro da depressão é composto por uma lei consistente e soberana que só podemos nos apresentar como corpos-mercadorias, crianças-amparáveis ou narcisos-impotentes.

A REGRESSÃO CONSERVADORA

Coincidentemente, 2008 foi o ano no qual a aplicação irrestrita dos princípios neoliberais na economia começou a ser mais seriamente questionada. A crise americana no mercado imobiliário não foi deixada a sua própria sorte, desencadeando uma série de falências, mas sobre ela o Banco Central agiu no melhor e mais antigo keynesiano amparando e protegendo a economia. As crises da Europa periférica, envolvendo Islândia, Portugal e Grécia, começaram a colocar em xeque o sistema de contenção por austeridade. A insatisfação com a progressiva financeirização da economia, ausência de resposta ao problema do desemprego e da emergência de monopólios, deu origem a um período de turbulência que envolveu primaveras e ocupações, assim como a regressão conservadora na América de Trump ou na Inglaterra do Brexit.

Por volta de 2010, as suspeitas contra o reinado da depressão começaram a se desdobrar. Há boatos de que os efeitos colaterais, notadamente, a redução da libido, foi na verdade o princípio ativo, ou seja, ao diminuir a libido diminuimos ao mesmo tempo todos os conflitos que vêm junto a ela: desejos insatisfeitos, frustrações e intensidades muito elevadas são “inibidas” pelos antidepressivos. Essa espécie de colchão contra as dores causadas pelo “choque de realidade” ou pela excessiva sensibilidade, protege o sujeito. Assim, como a hiperatividade pode ser tratada por um acelerador derivado das anfetaminas, como a ritalina, a depressão poderia ser tratada por um verdadeiro “depressivo” agindo sobre nossa libido, não só no sentido sexual.

Começam os primeiros processos jurídicos contra as companhias que produzem antidepressivos em função dos danos cerebrais derivados de um uso continuado.

LAYERS / PIVABAY



As narrativas clínicas de usuários de antidepressivos por décadas, que não conseguem superar os efeitos da abstinência, a associação de antidepressivos à irrupção de violência e suicídio, bem como a consciência crescente de que uma cultura da medicação permanente é no fundo uma variante da drogadição generalizada, vem a público⁸. Essa literatura tem a mesma perspectiva que vai da crítica que vimos nos textos antipsiquiátricos de Tomas Szasz, Deleuze, Guatarri e Franco Basaglia, nos anos 1970, mas também a mesma perspectiva de denúncia que a psicanálise sofreu nos anos 1990-2000.

O PIOR DOS MUNDOS

O governo Bolsonaro consegue reunir o pior dos dois mundos. Como falso liberal retira garantias e desprotege o trabalhador, cria ansiedade, desemprego e incerteza e como neoliberal postigo mantém a política de empreitamento do Estado em benefício

⁸ Breggin, P.R. (2008) Medication Madness. New York: St. martin Press.

Em certa medida, o depressivo responde demasiadamente bem à demanda de abrir mão de si mesmo, ao tematizar-se apenas como um personagem pouco convincente e um ator cansado de seu papel

próprio, ou das milícias. A forma como a Pandemia está sendo enfrentada no Brasil não é apenas necropolítica, mas é também depressiva, no sentido de dividir o ordenamento simbólico de obediência a regras sanitárias, o que envolve estimular o dissenso e a negação sistemática do perigo e das estratégias biopolíticas para enfrentá-lo. Sem tratamento ordenado do futuro, sem acolhimento do luto, sem reconhecimento de qualquer instância de mediação, seja a ciência, o direito ou a razão sanitária, ele personifica a potência pessoal, diante da qual é preciso ajoelhar e pedir proteção, confirmando assim o estado de melancolia e impotência diante da realidade.



Christian Ingo Lenz Dunker é psicanalista, professor titular do Instituto de

Psicologia da Universidade de São Paulo e autor, entre outros, de A arte da quarentena para principiantes (Boitempo).

UMA PERGUNTA PARA JUCA KFOURI

Por que os atletas e o mundo do esporte são tão conservadores?

Gilberto Maringoni

Toda a lógica do esporte profissional, com patrocínios milionários, investimento em bolsas, transmissões em rede mundial, marketing associado e fortunas destinadas a quem chega ao topo da carreira reproduzem a lógica acelerada dos mercados globais. Seria uma surpresa se os agentes dessa estrutura – aí incluídos os atletas – não tivessem em mente o objetivo de se darem bem a qualquer custo

“O atleta, por definição, no exercício da carreira, é um ser individualista, voltado para o próprio umbigo, para bater recordes, para ganhar o jogo no domingo, para ser campeão, para aproveitar ao máximo o tempo curto de sua trajetória, e enriquecer. Essa é a razão pela qual aqueles que são bem-sucedidos, em regra, reproduzem o discurso do poder e da elite. Querem carro blindado, morar em condomínios fechados e pena de morte para quem sai da linha. ‘Não me venha tomar aquilo que conquistei a tão duras penas’. Como visão de coletividade, atendem, no máximo, à família, aos amigos e a sua corriola. A sociedade que se dane.

Isso tanto é verdade, que você conta nos dedos os esportistas, no mundo todo, que se notabilizaram por posições políticas corajosas e libertárias. É o caso do Muhammad Ali, que perdeu o cinturão dos pesos-pesados por se recusar a ir ao

Vietnã; é o caso de Tommie Smith e John Carlos, americanos que fizeram a saudação Black Power no pódio dos 200 metros rasos nas Olimpíadas do México (1968), e se ferraram, perderam as medalhas e nunca mais competiram; é o caso da Democracia Corintiana, do Bom Senso Futebol Clube, do Maradona e do Sócrates, para ficarmos em alguns.

Atletas dessa linhagem podem ser vistos num filme que está no YouTube, chamado ‘Os rebeldes do futebol’, cujo âncora é craque francês Éric Cantona, que ficou famoso ao dar uma voadora num torcedor fascista do Crystal Palace. O vídeo foca cinco jogadores que se notabilizaram pela atividade política. São eles Sócrates, Carlos Caszely – o chileno que se recusou a cumprimentar o Pinochet –, um africano, e dois da velha Iugoslávia que se posicionaram durante a guerra dos Balcãs.

Posso agregar nessa turma também o

Tostão. Ele ficou conhecido como ‘antiditadura’ por dizer ser um absurdo o jogador de futebol ganhar o que ganhava, e professor ganhar tão pouco.

CONTANDO NOS DEDOS DE UMA MÃO

Um dia, telefonou-me o Daniel Cohn-Bendit, o Dany Le Rouge, do Maio de 1968 francês, dizendo que viria ao Brasil para fazer um documentário sobre a Copa do Mundo de 2014. Ele pegou uma Kombi e saiu pelas periferias, entrevistando gente. Ficou muito interessante. Ao me entrevistar, perguntou: ‘O que explica o fato de o jogador de futebol brasileiro ser tão consciente politicamente?’ Eu perguntei de onde ele havia tirado aquilo, e ele falou sobre Sócrates, Afonsinho, Reinaldo, Paulo César Caju... E eu respondi: ‘Continue e você não vai encher os dedos de duas mãos’. Daniel falou do Wladimir, do Casagrande, e parou por aí. Realmente

não tinha mais. E me provocou: ‘Agora me diga 10 jogadores europeus’. E eu também não sabia dizer, porque não tinha.

OPORTUNISMO DOS CLUBES

Recentemente o Boca Juniors e o River Plate se uniram num movimento de denúncia da ditadura argentina, no aniversário do golpe de 1976. Ótimo! Mas por que esse movimento atual não aconteceu, por exemplo, quando Mauricio Macri era presidente? O Macri se fez na política via Boca Juniors, e ninguém no período dele contestou os aniversários do golpe na Argentina. Ou seja, aí também há um pouco de oportunismo. Os presidentes de clubes do Brasil bajularam Lula enquanto esteve no poder. Essa é a realidade do esportista, infelizmente. Não é muito diferente.

No caso do Brasil, há algo que não é exclusivo do esporte: a baixa consciência política do cidadão. Isso acontece até

mesmo no movimento sindical. Os sindicatos de jogadores na Argentina e no Uruguai são fortíssimos, fazem greve quando os clubes cortam salários. Se um clube da segunda divisão parar de pagar, a primeira divisão para inteira. Aqui, não. E por quê? Os caras não foram à escola, não têm curso secundário completo. Isso se expressa até no entendimento do jogo. Os jogadores argentinos e uruguaios são muito mais capazes de obedecer a um esquema tático do que os brasileiros.

UNIVERSO RACISTA

Lamentavelmente, a miscigenação existente no Brasil não é um fator de democratização das consciências, quando nos comparamos a outros países. Tanto é que só agora, muito recentemente, a questão do racismo começou a aparecer para jogadores e treinadores brasileiros. E o futebol é um universo particularmente racista. Bas-

Você conta nos dedos os esportistas, no mundo todo, que se notabilizaram por posições políticas corajosas e libertárias. É o caso do Muhammad Ali, que perdeu o cinturão dos pesos-pesados por se recusar ir ao Vietnã; é o caso de Tommie Smith e John Carlos, americanos que fizeram a saudação Black Power nas Olimpíadas do México (1968), e se ferraram; é o caso da Democracia Corintiana, do Bom Senso Futebol Clube, do Maradona e do Sócrates, para ficarmos em alguns

ta você olhar quais são os treinadores brasileiros negros. Qual treinador negro brasileiro dirigiu a seleção? Não há um cartola negro. Como treinador, tivemos o Didi, que foi à Copa do Mundo dirigir o Peru, mas não o Brasil. Depois do Barbosa, convocado entre 1949-53, levamos anos para termos um goleiro negro na seleção brasileira. Houve o Manguinha, em 1966, que se deu mal, e depois o Dida, nos anos 1990, que foi o primeiro titular desde o Barbosa.

A DEMOCRACIA CORINTIANA

Os próprios integrantes da Democracia Corinthiana não gostam nem um pouco que eu diga, e eu não digo para todo mundo, mas a primeira coisa a se levar em conta, e que não diminui em nada o movimento é que ele se deu com a anuência da direção do clube – do Adilson Monteiro Alves, que depois se perdeu no governo Quéricia. Hoje, o filho é presidente do Corinthians, em acordo com Andrés Sanchez. São da mesma corriola. Adilson foi o cara que chegou lá, pegou aquele grupo que estava na então série B do campeonato brasileiro a Taça de Prata, e disse: ‘Não sei como fazer, só sei que o que estamos fazendo está errado. Qual é o jeito certo?’ Começou-se uma discussão e despontaram Sócrates, Wladimir e Casagrande. O Magro era um médico com um pai de esquerda, que ele viu queimando livros no dia do golpe de 1964 e ficou muito marcado com isso. O Wladimir era um negro com uma capacidade de mobilização, de persuasão e de uma simpatia contagiante. E havia um jovem revoltado chamado Walter Casagrande Júnior. Começou assim e a torcida impulsionou muito o movimento. A torcida do Corinthians sempre agiu de forma politizada. A primeira faixa aberta em público pela Anistia foi em um jogo do Corinthians contra o Santos, no Morumbi, com Chico Malfitani e Antônio Carlos Fon. Havia um clima favorável, que animou os jogadores e a direção do clube. Mas acabou. Como?

Sempre dou o exemplo de como uma caçada de patos mudou a História da humanidade. É o que Isaac Deutscher conta em seu livro sobre Trotsky. Diz ele que Trotsky, cansado, pediu férias para Lénin e foi caçar patos em uma região da Sibéria, em 1922. Mas pegou uma pneumonia e ficou por lá, ao mesmo tempo em que Lénin sofreu o primeiro baque do derrame. Enquanto Lénin ficava no hospital e Trot-

sky estava se recuperando da pneumonia, Stálin, que era subalterno do Partido Comunista da URSS, articulou para ser ele o número 1.

Ali no Corinthians, de alguma maneira, aconteceu uma coisa semelhante. A Democracia Corinthiana ganhou uma eleição com sócios, mas perdeu a seguinte, com conselheiros, elegendo aquele Roberto Pásqua, uma múmia, contra o Adilson. O Corinthians tinha acabado de ser bicampeão paulista e perdido um tricampeonato para o Santos num jogo lotérico, ou seja, estava tudo bem.

Só agora, muito recentemente, a questão do racismo começou a aparecer para jogadores e treinadores brasileiros. E o futebol é um universo particularmente racista. Qual treinador negro brasileiro dirigiu a seleção? Não há um cartola negro. Como treinador, tivemos o Didi, que foi à Copa do Mundo dirigir o Peru, mas não o Brasil. Quase não há goleiros negros

O ambiente do futebol não é apenas conservador, é profundamente reacionário, avesso a qualquer tipo de mudança. Isso tem uma influência direta do fim da Democracia Corinthiana.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ESPORTE

Os governos petistas não fizeram uma política de esporte democrática. Perderam uma oportunidade de ouro. Primeiro, porque não se olhou para o esporte como atividade num país nas condições do Brasil. Aqui, o esporte deve ser um fator de saúde pública, antes de mais nada. Segundo a OMS, a cada dólar investido em democratização ao acesso à prática esportiva, economizam-se três dólares em saúde pública. Nós tínhamos de ter investido em prática esportiva como fator de saúde. Num país com as dimensões do Brasil, com essa quantidade de jovens, você tiraria qualidade com a mão, e poderia entregar para a iniciativa privada cuidar disso.

A função do Estado era ter posto a população brasileira para fazer esporte, e criar uma política esportiva para o Brasil. O que não ocorreu, e eu os questioneei por isso. A ideia de fazer campeões é absolutamente fora de contexto num país como o Brasil, embora, evidentemente, o campeão emule a população a fazer esporte. Tem esse aspecto, mas não se pode eleger como prioridade o ‘fazer campeão’ num país com os nossos problemas. Isso acaba, inclusive, sendo injusto com os atletas de alto rendimento, pois se exigia deles aquilo que não podiam dar. E muita gente dizendo: ‘Ah, o brasileiro, na hora H, treme. Quebra a vara da Fabiana Murer...’. Mas por quê? Porque toda a expectativa de vencer todos os nossos fracassos era colocada em cima deles. E eles eram poucos.

REVELAÇÃO DE CRAQUES

Tirando o futebol, que não precisava (e hoje precisa) ter grandes estruturas, os outros esportes sempre foram de geração espontânea no Brasil. O Guga, no tênis, apareceu porque o pai dele patrocinava, o chamado *paitrocínio*. No atletismo aparecia mais gente, por ser um esporte que exigia menos equipamento. Tivemos os campeões de salto triplo, Adhemar Ferreira da Silva, Nelson Prudêncio, João do Pulo. Podiam perguntar o que tem no Brasil para sermos bons em salto triplo, mas



REPRODUÇÃO

é o mesmo que perguntar o que temos para sermos bons em Fórmula 1. Manoel dos Santos, recordista mundial dos 100 metros livres na Olimpíada de Roma, em 1960, também era a exceção da exceção.

OLIMPIADAS E COPA NO BRASIL

O saldo, para nós, não foi positivo. As Olimpíadas são um evento que um país pode fazer para fechar uma política esportiva. Na hora em que uma Nação se transforma em olímpica, competitiva, aí

se faz uma Olimpíada. Esse Carlos Arthur Nuzman, para enriquecer, convenceu Lula de que o evento seria o primeiro passo para fazer do Brasil um país poliesportivo. Não fez e não ficou nada. Ao contrário. Hoje, o bolsa atleta virou poeira, e os equipamentos estão todos sucateados no Rio de Janeiro. O que havia de instalações anteriores no Rio foi derrubado para se fazer Olimpíada, e não se fez nada no lugar. Foi um desastre do ponto de vista de legado. A festa foi linda, isso é inegá-

vel. A cerimônia de abertura e de encerramento, a Olimpíada em si transcorreu bem, mas nada justificava que o Brasil fizesse aquilo.

É diferente de uma Copa do Mundo. Tudo justificava que o Brasil, que tinha feito em 1950, voltasse a fazer em 2014, um país cinco vezes campeão do mundo. Mas tínhamos que ter realizado a *Copa do Brasil no Brasil*, não a *Copa da Ásia no Brasil*, ou a *Copa da Alemanha no Brasil*, construindo 12 estádios quando a própria FIFA pedia oito. Fizemos 12 e queríamos ter feito 16. Dona Marina Silva queria fazer um estádio em Rio Branco, no Acre! Não há o que justifique não terem usado o Morumbi para os jogos em São Paulo, em vez de construir um estádio em Itaquera.

Os Estados Unidos da América não construíram nenhum estádio para fazer a Copa em 1994. A França construiu dois. Aqui, fizemos 12. Aqueles que estavam prontos derrubamos para fazer outros em cima. Maracanã, Mineirão... Derrubamos a cobertura do Maracanã, tombada pelo Iphan. Fizemos uma arena na Amazônia, em Manaus. Foi um absurdo. E, ainda, estimulou-se aquela coisa do ‘padrão FIFA’. Queremos uma escola padrão FIFA, um SUS padrão FIFA. Havia ali uma semente que redundou em tudo o que a gente sabe. Lula até hoje briga comigo quando falamos disso. Ele diz que não houve um tostão de desvio...”

Os governos petistas não fizeram política democrática de esporte. Perderam uma oportunidade de ouro. A função do Estado era ter posto a população brasileira para fazer esporte, e criar uma política esportiva para o Brasil. O que não ocorreu, e eu os questioneei por isso. A ideia de fazer campeões é absolutamente fora de contexto num país como o Brasil

100 ANOS DA NEP:

quando a realidade se rebela contra os esquemas

Há um século, a nascente Revolução Russa se deparou com um intrincado problema político e econômico. Apesar de serem beneficiados por uma vasta reforma agrária, os camponeses se recusavam a entregar suas produções ao Estado. Diante de uma economia estagnada, com carências alimentares e o flagelo da fome se espalhando, Lenin toma uma ousada iniciativa: permite a volta da iniciativa privada no campo e nas cidades. As consequências são contadas a seguir

Robério Paulino

A Nova Política Econômica (NEP) foi a orientação econômica adotada na Rússia revolucionária para tirar o país da crise após a Guerra Civil contra as tropas brancas, que se estendeu de 1918 a 1920. Inspirada por Lenin e aplicada a partir de 1921, após a vitória do Exército Vermelho, foi um recuo por parte da direção bolchevique na política especial de “Comunismo de Guerra” como orientação econômica

aplicada durante o conflito, frente ao descontentamento da população nos campos e nas cidades.

A Guerra Civil fora vencida pelo Exército Vermelho, sob o comando de Trotsky. No entanto, a vitória contra as tropas brancas, apoiadas por forças de intervenção estrangeiras de quatorze países, teve um custo altíssimo. Os bolcheviques tinham em suas mãos não só um país marginal, imensamente atrasado em termos de desenvolvimento capitalista, isolado no

quadro internacional, como agora arruinado pela guerra interna.

Como uma questão de sobrevivência da Revolução, a direção bolchevique estabeleceu então um regime de controle rigoroso da produção e da distribuição, o “Comunismo de Guerra”. Toda a vida econômica teve que ser subordinada às necessidades das frentes de batalha e da alimentação das cidades. Os excedentes dos camponeses eram confiscados, por meio da política de requisições forçadas, o

que os levava a comprimir mesmo aquela parcela necessária à sua sobrevivência. No começo da Guerra Civil, aterrorizados pelas tropas brancas, os camponeses apoiaram os bolcheviques, pois a distribuição de terras por meio de uma reforma agrária havia lhes concedido uma maior democracia no campo. No entanto, a política de requisições invertia o sentido das concessões aos camponeses e gerava revolta.

DISTRIBUIÇÃO E DESCONTENTAMENTO

Ao mesmo tempo em que trouxe o apoio dos camponeses pobres à Revolução de Outubro, a reforma agrária, ao distribuir a terra, havia convertido os aliados recentes em camponeses médios, acostumados a se ligar com o mundo por meio de relações de mercado. À medida que se vislumbrava a derrota das tropas da reação, o descontentamento dos camponeses com a política de requisições do governo bolchevique foi se revelando, levando a revoltas e mesmo a atentados contra os emissários comunistas que operavam os confiscos da produção.

As cidades dependiam do fornecimento deficitário de gêneros no campo, o que havia gerado violentas revoltas e uma gravíssima crise alimentar. Nas cidades também haviam sido proibidos quaisquer empreendimentos privados, tanto na indústria quanto no comércio.

A antiga moeda, o rublo, fora abolida e adotou-se nas cidades um rigoroso sistema de racionamento universal, de “igualitarismo” sobre a penúria. As fábricas começaram a pagar parte dos salários em espécie, quase um escambo. Grande parte da população voltou aos campos como forma de sobreviver. No curto espaço de três anos, a partir de 1918, Petrogrado perdeu 57,5% da população; Moscou, 44,5% (CARR, 1974, vol.1, p.305). Inicialmente, aquele regime, de “repartição socialista”, havia parecido aos bolcheviques a materialização na Terra do igualitarismo comunista. Mas a dura realidade não correspondia aos sonhos.

O “Comunismo de Guerra” gerou desânimo, anarquia na produção, boicote, desabastecimento e forte descontentamento no campo e nas cidades. A produção nas fábricas despencara. Após o término da Guerra Civil, a Rússia tinha a economia esfacelada e grassava a fome. Houve mesmo casos de canibalismo no Volga. A “repar-

tição socialista”, baseada na mais severa escassez e na socialização da fome, nada tinha a ver com o mundo de abundância sonhado por Marx.

A Guerra Civil fora ganha, a revolução sobrevivera, mas o “Comunismo de Guerra” como política econômica fora um desastre e o país estava à beira do abismo novamente. O resultado da guerra e daquela política havia sido uma desorganização completa da economia, especialmente a urbana.

Na primavera de 1921, a direção bolchevique teve que mudar a orientação econômica de requisições, em função da terrível crise de desabastecimento, fome nas cidades e revoltas no campo. Estava claro que aquela política não podia ser mais aplicada e era necessário voltar a incentivar a produção agrícola.

A busca por alternativas para reativar a economia era o assunto mais discutido nas reuniões e congressos do Partido Comunista. Foi Lenin quem apresentou ao partido em 1921 as ideias centrais do que seria a NEP. Era na verdade um recuo frente ao descontentamento nos campos e na cidade com o “Comunismo de Guerra”, para salvar o regime soviético.

A NEP COMO RENDIÇÃO PERANTE A REALIDADE

Lenin e a direção bolchevique concluem

Ao mesmo tempo em que trouxe o apoio dos camponeses pobres à Revolução de Outubro, a reforma agrária, ao distribuir a terra, havia convertido os aliados recentes em camponeses médios, acostumados a se ligar com o mundo por meio de relações de mercado. À medida que se vislumbrava a derrota das tropas da reação, o descontentamento dos camponeses com a política de requisições do governo bolchevique foi se revelando

que ainda não seria possível estabelecer relações diretamente socialistas na velha Rússia atrasada e semidestruída pela guerra civil. Na verdade, o que se constatou era mais profundo: ainda não era possível prescindir do interesse individual e do mercado como elementos motores da economia. O comunismo não poderia ser alcançado imediatamente. Seria necessário voltar a recorrer temporariamente a práticas capitalistas para alcançá-lo.

Naquela discussão, enquanto Lenin acertou percebendo o perigo que rondava a revolução, propondo a NEP, Trotsky - que teria o imenso mérito de ser o principal opositor e futuro revelador para o mundo do processo de burocratização na formação soviética, o caráter do stalinismo - errou, ao propor como saída para aquela situação a militarização dos sindicatos e das relações econômicas (TROTSKY, 1987).

O DESCONTENTAMENTO DOS PRODUTORES

Os bolcheviques haviam cavado um fosso imenso entre eles e os milhões de pequenos produtores rurais e precisavam normalizar tais relações. Frente ao boicote generalizado dos camponeses, já não havia sequer excedentes a requisitar. Então, era necessário fazer com que eles reapa-



Vladimir Lenin faz um discurso na frente das tropas Vsevobuch na Praça Vermelha

recessem, que a produção voltasse a crescer, criando estímulos para isso. Assim, a primeira medida da NEP foi restabelecer a circulação de mercadorias no campo, por meio da livre compra e venda dos produtos, em substituição às requisições, devolvendo aos camponeses o estímulo de que precisavam para voltarem a plantar e comercializar a produção.

Em resumo, essa nova política recuava com as ações centralizadoras do “Comu-

nismo de Guerra” e permitia a volta de algumas práticas capitalistas. Operou-se uma substituição do sistema de contingenciamento pelo imposto em espécie sobre a produção dos camponeses, com estímulo às relações monetário-mercantis, despertando novamente o interesse material dos camponeses em semear.

Eles passaram a ter uma porcentagem da produção comprada pelo Estado por um preço fixo e a liberdade de comercializar

o excedente no mercado. As famílias camponesas que tivessem acumulado alguns recursos financeiros estavam autorizadas também a alugar terras alheias para a produção. Não só se permitia que o camponês mais bem situado (o *kulak*) pudesse vender sua produção, mas inclusive ter empregados. O imenso peso social do campesinato e a ligação histórica com a propriedade individual se impuseram sobre o sonho coletivista dos líderes bolcheviques.

À VOLTA DA INICIATIVA PRIVADA NAS CIDADES

Mas as medidas não se limitavam ao campo. Nas cidades, empreendimentos capitalistas foram permitidos no comércio e até em pequenas indústrias. A tão sonhada igualdade teve que ceder lugar à concorrência, como forma de elevar a produção. Para implantar a NEP e voltar a dinamizar a economia, o governo russo teve não somente que permitir a volta de práticas capitalistas, como chegou a convidar capitais estrangeiros, que financiaram a criação de empresas privadas no setor do comércio varejista. Cooperativas também poderiam atuar em todos os setores da economia. A NEP também proibiu a nacionalização imediata de indústrias nas cidades e somente após a decisão da administração central é que elas poderiam ser feitas.

A imposição da volta da circulação do

dinheiro foi outro aprendizado forçado dos comunistas. Em 1917, eles ainda achavam que para se chegar à igualdade geral era preciso abolir o dinheiro. Até 1922, de fato, não houve um dinheiro oficial. Foram criados ‘vales’ não oficiais e parte da população continuava a usar clandestinamente o rublo imperial, mais valorizado. Mas o governo revolucionário foi sendo forçado a reintroduzir a moeda, sem o que não haveria comércio e reativação da economia. Outro choque de realidade, um novo aprendizado.

Em suma, os principais pilares da NEP eram permitir a livre comercialização de parte da produção camponesa, restabelecer uma liberdade limitada no comércio interno, recriar uma moeda, liberdade de diferenças de salários aos trabalhadores, autorização para o funcionamento de empresas particulares em alguns setores e permissão de entrada de alguns capitais estrangeiros para a reconstrução do país.

Mas mesmo com as mudanças, com a elevação da produção camponesa, nos anos iniciais da NEP o estado da economia seguiu caótico: crise industrial; elevado desemprego nas cidades; revalorização da antiga classe de dirigentes industriais dos tempos do czarismo, que passaram a ter poderes excepcionais nas empresas, impedindo qualquer democracia operária; inflação; oscilação caótica da moeda; etc. (CARR, 1981, p. 57). No entanto, no que se referia ao abastecimento, correspondendo às expectativas, a NEP foi relativamente bem-sucedida. De fato, possibilitou a reativação da economia com o aparecimento de excedentes comercializáveis no campo e redução das carências e da fome nas cidades. Com a liberalização, a economia soviética foi se recuperando e já em 1924 tinha voltado a crescer, permitindo inclusive a exportação de alguns excedentes agrícolas.

A CONTINUIDADE SOB STALIN

Para liquidar a oposição de esquerda que surgiu contra o regime burocrático e policial que ele começava a implantar, Stalin inicialmente se apoiou na ala direita do partido e deu continuidade à política da NEP, que durou até 1927 (BETTELHEIM, 1983). Para aquele setor à direita no partido, da qual Bukharin era um dos maiores expoentes, o enriquecimento de uma nova pequena burguesia agrária e

Nas cidades, empreendimentos capitalistas foram permitidos no comércio e até em pequenas indústrias. A tão sonhada igualdade teve que ceder lugar à concorrência, como forma de elevar a produção. Para implantar a NEP e voltar a dinamizar a economia, o governo russo teve não somente que permitir a volta de práticas capitalistas, como chegou a convidar capitais estrangeiros, que financiaram a criação de empresas privadas no setor do comércio varejista

de comerciantes urbanos não ameaçava os rumos da Revolução, já que o Estado mantinha o controle das grandes indústrias, do comércio exterior e da circulação da moeda. No entanto, o crescimento da força dessa pequena burguesia rural e comercial, possibilitada também pela NEP, começou a ameaçar o controle da nova burocracia partidária.

Então, a partir de 1928, Stalin começa a se livrar também da “direita” do partido, dando uma guinada de rumo, iniciando a “coletivização pelo alto” do campo, com expropriações e deslocamento compulsório e violento de camponeses de suas terras em direção a novas áreas, em geral inóspitas, quase um exílio em seu próprio país para milhões de pessoas. Ao mesmo tempo se anunciava o processo de industrialização forçada, por meio dos Planos Quinquenais (DOBB, 1972).

Esse processo de coletivização pela força e pelo terror levou a milhões de mortes no campo, um massacre, e a que a agricultura soviética experimentasse um profundo período de estagnação no início da década de 1930. Estava completado o quadro do que veio a se chamar de sistema soviético durante as próximas décadas, um regime ditatorial e burocrático de partido único, com perseguição a qualquer oposição, que nada tinha a ver com a tão sonhada democracia socialista.

ALGUMAS LIÇÕES DA HISTÓRIA

Processos como a NEP, a burocratização do sistema soviético e a transformação em um regime totalitário e violento de partido único, com perseguição e mortes de milhões de opositores, e, ao final, a implosão em 1991, já deveriam ter levado a esquerda a uma profunda reflexão sobre os erros e crimes cometidos nas tentativas de construção do socialismo no século passado, como forma de superar o desgaste, a debilidade e atual fragmentação do movimento socialista no mundo. Mas, infelizmente, isso não ocorreu até agora, com muitos partidos, movimentos e quadros de esquerda insistindo em repetir as mesmas velhas fórmulas que levaram ao profundo desgaste do socialismo ao final do século XX, do que até agora não nos recuperamos.

Os recuos da NEP, com adoção de artifícios capitalistas, derivaram de uma profunda lição da realidade aprendida por Lenin e pelos bolcheviques: as leis da



Os camponeses colhem batatas sob a supervisão de guardas armados

MAKHMAR / ROSSINI/PHOTO RU

economia, da sociedade e da natureza se sobrepõem aos mais belos sonhos e planos (MAZZUCHELLI, 2009).

Ao mesmo tempo em que fazemos planos, sonhamos e queremos operar mudanças grandiosas, somos também, enquanto sociedade, fruto da evolução de um sistema econômico e social que tem leis próprias, de uma cultura formada durante séculos, que não se muda da noite para o dia. Ou seja, não se pode construir uma nova sociedade igualitária e socialista pela imposição, pelo terror, pela repressão, mas antes de tudo pelo convencimento, pela discussão e decisão democráticas, pela generosidade, pela tolerância, pelo

REFERÊNCIAS

BETTELHEIM, Charles. A luta de classes na União Soviética: segundo período 1923-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CARR, E. H. A revolução Russa de Lenin a Stalin (1917-1929). Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

CARR, E. H. *Historia de la Rusia Sovietica*. Madri: Alianza Editorial. 1974. 12 vols.

DOBB, M. El desarrollo de la economía soviética desde 1917. Madri: Tecnos, 1972.

MAZZUCHELLI, Frederico. Os anos de chumbo: Economia e política internacional no entreguerras. São Paulo: Editora UNESP; Campinas, SP: FACAMP, 2009.

TROTSKI, L. "Informe sobre a Nova Política Econômica soviética e as perspectivas da revolução". In: BERTELLI, A. (Org.). A Nova Política Econômica (NEP) – Capitalismo de estado, transição e socialismo. São Paulo: Global, 1987.

Em uma sociedade futura com a qual sonhamos, não se pode impor a visão de uma minoria, mesmo que nos julguemos os representantes mais genuínos dos interesses coletivos e de uma sociedade superior. O socialismo não pode ser menos democrático que as democracias capitalistas

respeito às tradições, à cultura e ao ritmo próprio de aprendizado dos povos.

A QUESTÃO DEMOCRÁTICA

Em uma sociedade futura com a qual sonhamos, não se pode impor a visão de uma minoria, mesmo que nos julguemos os representantes mais genuínos dos interesses coletivos e de uma sociedade superior. A *debacle* final das experiências socialistas quiçá devesse nos deixar como lição que talvez fosse melhor ir mais devagar na construção do socialismo, sem impor nossa visão às amplas massas, que a esquerda considera em geral atrasadas.

Outra lição importante é que socialismo não pode ser menos democrático que as democracias capitalistas, mas pelo contrário, deve pressupor graus de democracia e liberdade muito superiores às limitadas e ocas democracias capitalistas, nas quais de fato o grande capital segue controlando as decisões centrais da economia, da sociedade e da política. Essa democracia que queremos para um futuro socialista deveria ser inclusive a que deveríamos praticar internamente aos partidos socialistas.

Os regimes totalitários de partido único identificados como socialistas no século passado aceleraram, sem dúvida, o ritmo de industrialização e de desenvolvimento humano em países que o capitalismo foi suprimido no século passado. Mas isso de forma alguma poderia justificar a adoção de regimes ditatoriais e assassinos contra toda e qualquer oposição. Se o socialismo quiser voltar a encantar a humanidade, deve fazer antes uma profunda autocrítica desses regimes totalitários de partido único identificados com o socialismo no século passado. Só voltaremos a encantar o mundo se ao mesmo tempo em que pudermos garantir aos povos igualdade e abundância material possamos assegurar que o nosso socialismo pressuporá também a mais ampla liberdade de crítica e organização política, como a mais verdadeira generosidade.



Robério Paulino é professor da UFRN no Departamento de Políticas Públicas, fundador do PSOL e vereador em Natal, RN.



Nas ruas da Colômbia, América Latina enfrenta seus dilemas

Mesmo diante de tanques e helicópteros, a mobilização popular fez o governo retroceder, derrubando o ministro da Economia. A brutalidade repressiva funcionou como gasolina no fogo do descontentamento e isolou o país internacionalmente

Ana Carvalhaes e Israel Dutra

Numa das regiões que mais contribui

para a alta global do número de casos e mortes pela Covid-19, em meio ao caos sanitário, desemprego, fome e desigualdade

em escalada, trabalhadoras e trabalhadores, estudantes e jovens das periferias urbanas, camponeses, ribeirinhos, povos

negros e indígenas encontram formas de se levantar em defesa da vida – contra os planos de austeridade assassina de governos de direita ou centro-direita.

Depois das explosões de Equador e Chile em 2019 – que resultou em séria derrota para a direita, nas eleições constituintes –, da resistência ao golpe no Peru em 2020, e do levante paraguaio em março passado – contra a incompetência governamental no trato com a saúde – agora, é a vez da Colômbia. Não é detalhe que entrem em movimento, de forma radicalizada, os explorados do segundo país mais populoso da América do Sul, com tradição histórica de violenta guerra civil, de governos direitistas e bastião militar dos EUA na região.

UNIDADE INÉDITA

O “Paro Nacional” colombiano de 28-29 de abril abriu um período de protestos massivos cotidianos, numa unidade inédita de movimentos urbanos, rurais, indígenas, ambientalistas e de juventude desempregada – esta, a vanguarda dos enfrentamentos violentos que resultaram em 47 mortes (39 delas pelo famigerado Esquadrão Móvel Antidistúbios, a Esmad), quase 600 desaparecidos, 968 prisões arbitrárias e 12 denúncias de violência sexual por parte das forças de repressão (dados de 14/05/2021)¹.

Mesmo enfrentando tanques e ataques de helicópteros, a mobilização fez o governo retroceder da reforma tributária que acabou com a paciência popular, derrubando o ministro da Economia. A brutalidade repressiva funcionou como gasolina no fogo do descontentamento, isolou o país internacionalmente (Biden e ONU pediram calma e diálogo, diante da grita contra o massacre), não impediu a continuidade dos atos de rua e fechamentos de avenidas e estradas, levando à renúncia da Ministra de Relações Exteriores. Ao mesmo tempo em que incentivava a repressão mais bárbara, o governo uribista² de Ivan Duque chamava uma Mesa

1 Segundo o Instituto para Estudios de la Paz (Indepaz), que alerta que são números parciais.

2 Referência ao uribismo, espectro político de natureza populista de ultradireita e neoliberal, liderado pelo ex-presidente Álvaro Uribe Vélez, de quem Duque é herdeiro direto. Arqui-inimigo da guerrilha em seu país e denunciado por ligações com os grupos paramilitares, Uribe foi ponta de lança da campanha pelo não ao Acordo de Paz com as FARC.

Seja qual for o desfecho momentâneo da situação, o que se passa na Colômbia é simbólico dos grandes dilemas econômicos e político-sociais da macrorregião. Mergulhados em crise global imprevista, destituídos dos ganhos extraordinários do boom das commodities das primeiras décadas do século, governos neoliberais precisam, mais do que nunca, lançar mão de planos de austeridade

de Diálogo com entidades coordenadoras do Paro, para simplesmente não oferecer nada em troca da suspensão dos atos. Enquanto isso, Gustavo Petro, líder da Colômbia Humana, de centro-esquerda, e principal figura da oposição, via-se alçado a favorito para as eleições de 2022 e se valia dessa condição para chamar a paz social e desestimular o enfrentamento a Duque. Nas ruas, no entanto, jovens organizados para o confronto desigual diziam que preferiam morrer de tiro lutando, do que morrer da Covid-19 e fome.

DILEMAS CONTINENTAIS

Seja qual for o desfecho momentâneo da situação, o que se passa na Colômbia é simbólico dos grandes dilemas econômicos e político-sociais da macrorregião. Mergulhados em crise global imprevista, destituídos dos ganhos extraordinários do boom das commodities das primeiras décadas do século, governos neoliberais precisam, mais do que nunca, lançar mão de planos de austeridade – cortes de gastos sociais, aumento de impostos e preços, privatizações. Nessa toada, enfrentam-se às necessidades cada vez maiores dos povos mergulhados na pobreza e na miséria, multiplicadas graças à recessão recente. Tem toda disposição a impor seus planos à força de fuzis, bazucas, tanques e, agora, helicópteros. Mas em algum momento vem uma faísca, como o aumento de impostos de Duque (ou o aumento do bilhete do metrô de Piñeira, ou como o aumento dos combustíveis por Lenin Moreno), que detona o caldeirão da fúria popular.

MOBILIZAÇÕES CONTÍNUAS

Fúria e mobilizações, mesmo as heroicas como as levadas adiante na Colômbia, não são suficientes em si mesmas para mudar os rumos trágicos de um continente colonizado pelas finanças globais, adoecido pela Covid-19 e infiltrado pelo fenômeno global das ultradireitas pós-fascistas. Mesmo com a continuidade das lutas sociais, de agora em diante ainda mais prováveis por conta do empobrecimento provocado pela pandemia, não se fechará a contraofensiva neoliberal dos últimos anos, embora as opções direitistas estejam menos fortes que há dois, três anos e possam se debilitar ainda mais com novos embates nas ruas e urnas.

Urnas andinas projetam sinais contraditórios

A crise econômica global de hoje, sem precedentes, e o acirramento do embate entre EUA e China tornam impossível a repetição de um novo período mais ou menos longo de estabilidade baseado no modelo de uma época em que o mundo crescia e EUA, Europa, China e Rússia coexistiam sem maiores tensões. Os casos do Equador, Bolívia e Chile apontam na direção de um crescente espaço social e político para a construção de alternativas anticapitalistas

A catástrofe pandêmica, do rio Grande à Patagônia, não tem impedido que as lutas e os embates político-ideológicos se expressem no terreno das eleições. O Chile é sem dúvida o exemplo mais avançado: o resultado da “megaeleição” de 15 de maio exhibe uma derrota fragorosa da direita – que não conseguiu os dois terços de deputados constituintes necessários para vetar avanços antineoliberais –, derrotou igualmente a “esquerda comportada” da aliança Concertação (Partido Socialista e Democracia Cristã), que governou o país por 24 anos (1990-2010 e 2014-2018³); alavancou forças de esquerda alternativas,

3 No período 2014-2018, os partidos da Concertação se somaram ao Partido Comunista Chileno para conformar a coalizão Nova Maioria.

como Partido Comunista⁴ e os agrupamentos do que foi a Frente Ampla. Mas, acima de tudo, representou a invasão da institucionalidade chilena pelos chamados “independentes”, entre os quais muitos de esquerda anticapitalista.

O fenômeno do independentismo no Chile – candidatos que se alçaram por fora dos partidos, via listas de partidos de esquerda, movimentos sociais ou chapas comunitárias, e agora são constituintes, governadores, prefeitos e vereadores –, somado à grande abstenção (perto de 60%), confir-

4 Embora tenha sido parte da Nova Maioria, que perdeu as presidenciais para a direita de Piñeira em 2018, o PC teve o acerto, durante o levante de 2019, de não aceitar assinar o pacto de transição, com que Piñeira conseguiu o levante dos movimentos em troca da convocação da Constituinte.

ma a dimensão e profundidade da crise de representatividade do sistema político chileno dos últimos 31 anos. A composição da Convenção⁵ expressa também o tamanho da vitória popular que foi a Constituinte

5 Há vários “campos políticos” entre os chamados independentes: 28 deputadas e deputados da Lista Apruebo Dignidad (Frente Amplio e PC), 27 da Lista del Pueblo (movimentos sociais, comunitários, em geral de esquerda anticapitalista); 11 mais para o centro-esquerda, chamados Independentes Não Neutros; e outros 10 eleitos por fora de qualquer coalizão ou “lista” – num total de 76, ou 49% da Convenção. Se somados aos 17 representantes de etnias originárias (todos os eleitos são de esquerda no sentido amplo), serão 93 votos entre 155, ou 60%. Isso sem contar os 25 eleitos pela Lista del Apruebo (PS, DC e pequenos partidos de centro-direita), identificados com os governos social-liberais da Concertación. A direita, com 37 eleitos, tem razão em temer o que vai ser a nova carta.

O resultado da “megaeleição” de 15 de maio no Chile mostra uma derrota fragorosa da direita – que não conseguiu os dois terços de deputados constituintes necessários para vetar avanços antineoliberais –, derrotou igualmente a “esquerda comportada” da aliança Concertação (Partido Socialista e Democracia Cristã), que governou o país por 24 anos

naqueles moldes: paridade de gênero, participação garantida aos povos indígenas (17 cadeiras em 155), possibilidade de candidaturas e coalizões alheias aos partidos tradicionais. Algo que só se explica pela grandiosidade do levante antissistêmico de outubro de 2019.

E AS OUTRAS ELEIÇÕES NA REGIÃO?

Foi no mesmo contexto de placas sociais tectônicas se mexendo no interior das sociedades, que aconteceram eleições em outros dois países andinos no início de abril. No Equador, o banqueiro Guillermo Lasso venceu no segundo turno Andrés Arauz, herdeiro de Rafael Correa (57,58% a 47,48%), numa virada de jogo em que pesaram o desgaste do correísmo, de um lado, e a crise em torno de possíveis irregularidades no primeiro turno. Naquele, em fevereiro, a ínfima diferença entre Lasso e Yakku Pérez, do Movimento Plurinacional Patchakutik, foi questionada pelos movimentos sociais, reforçando a opção dos indígenas por chamar a um voto nulo “ideológico”. O resultado é que o governo do Equador volta às mãos de um representante direto do empresariado, depois de 35 anos, com um programa frontalmente ultraneoliberal e a terrível contradição de vir a se enfrentar com um povo não derrotado e uma oposição de esquerda amplamente majoritária no Legislativo, que elegeu para presidenta uma deputada do Patchakutik.

Na Bolívia, eleições para a chefia dos departamentos de La Paz, Tarija, Chuquisaca (onde fica Sucre) e Pando representaram derrotas para o MAS. Seus candidatos perderam em todas as regiões – embora o movimento social e político de Evo Morales continue sendo a única força partidária nacional. No cômputo geral, o MAS ficou com a “gubernación” de três dos nove departamentos do país (Cochabamba, Oruro e Potosí), tal como em 2005. Perdeu em cidades importantes como La Paz (em que venceu para prefeito um ex-ministro de Añez), Cochabamba e a estratégica El Alto. Os números gerais e, em particular, o desempenho de candidatos ligados a movimentos que já foram do MAS ou arrastam bases masistas (como a ex-senadora Eva Copa, agora prefeita de El Alto, e os governadores eleitos de La Paz e Chuquisaca) aumentam a temperatura do debate interno do partido-movimento de Evo, no qual escolhas de candidatos “a dedo” pelo ex-presidente são fortemente questionadas.

NÃO HÁ “NOVOS CICLOS”, NEM NEOLIBERAL, NEM PROGRESSISTA

A crise dos regimes democrático-burgueses latino-americanos (com variações de país a país), aprofunda-se, sem solução a vista, e permite o crescimento aqui e ali das alternativas neofascistas. Tudo indica que as próximas disputas se darão entre opções neoliberais-oligárquicas (mais ou

menos debilitadas), de um lado, com herdeiros do chamado “progressismo” que governou a região durante boa parte do atual século. Neste momento, no entanto, mesmo com a direita derrotada na Bolívia e no Chile, não é possível dizer que se abriu nem é provável que se abra um “novo ciclo” do chamado “progressismo” – categoria sob a qual se classificaram experiências tão distintas quanto os processos da Venezuela e da Bolívia (de frontais rusgas com o imperialismo) e, de outro lado, os social-liberais da Concertação chilena, da Frente Ampla uruguaia e do PT no Brasil.

O problema é que o relativo êxito daqueles governos se sustentou naquilo em que foi (e é, veja-se a situação atual da Venezuela) a estrutural limitação: nutriu-se do boom das *commodities*, criando modelos desenvolvimentistas extrativistas, tendentes a reforçar a natureza agrário-exportadora (portanto colonial e depredatória) das economias da região. Para isso, construíram conscientemente coalizões classistas entre forças populares e setores mais ou menos amplos das classes dominantes. Essas últimas desembarcaram desses projetos e não parecem dispostas a experimentá-los novamente. A crise econômica global de hoje, sem precedentes, e o acirramento do embate entre EUA e China tornam impossível a repetição de um novo período mais ou menos longo de estabilidade baseado no modelo de uma época em que o mundo crescia e EUA, Europa, China e Rússia coexistiam sem maiores tensões.

Os casos do Equador, Bolívia e Chile apontam, no entanto, na direção de um crescente espaço social e político para a construção de alternativas anticapitalistas com programas que, surgindo dos embates sociais, avancem nas respostas a desigualdades de todo tipo, ao machismo, ao racismo, à fome, aos regimes corruptos, à violência policial-militar, à destruição do meio-ambiente e ao etnocídio dos povos indígenas.



Ana Carvalhaes é jornalista, fundadora e militante do PSOL.



Israel Dutra é Secretário de Relações Internacionais do PSOL.

Quinho, lirismo e porrada

Quinho é um poeta que desenha. E como poeta, mescla lirismo, humor, ira e porrada pura em seus traços. É o que convém nos tempos em que a lógica desandou e o cartesianismo da vida pública entrou em parafuso. Mas o mineiro de Manhuaçu (1969), na Zona da Mata, é ainda mais que isso.

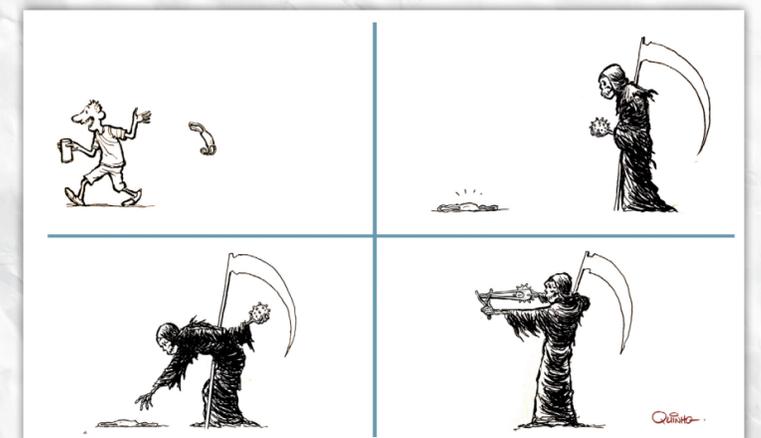
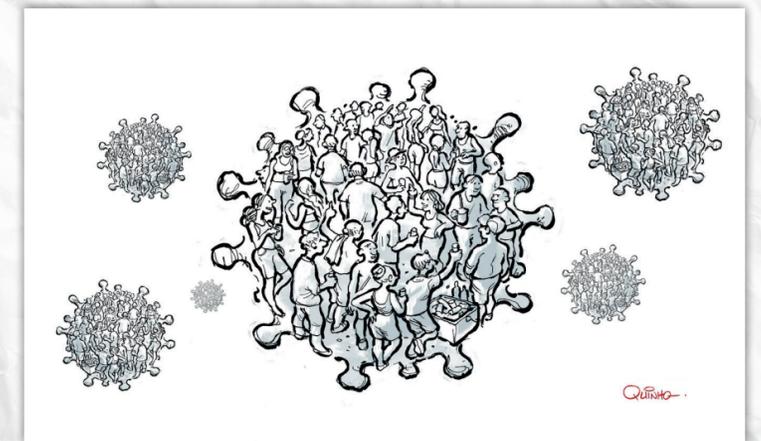
Quinho ostenta um desenho figurativo sólido, que o capacita a realizar grafismos e estilizações quase infinitos. Bater o olho num trabalho seu, leva-nos sempre a parar e tentar entender as várias camadas de informações e sensações contidas em cada cena.

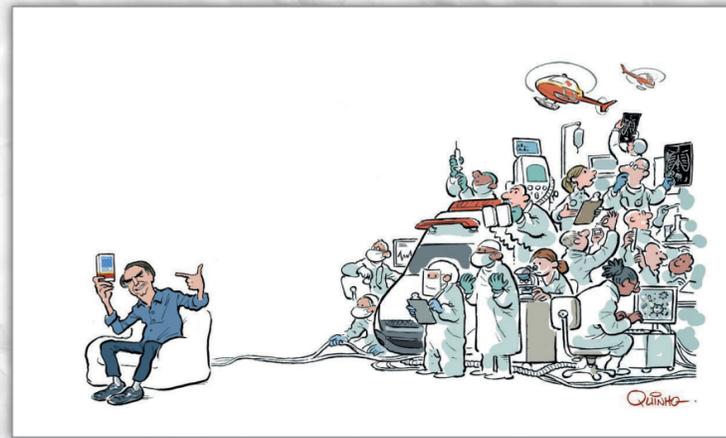
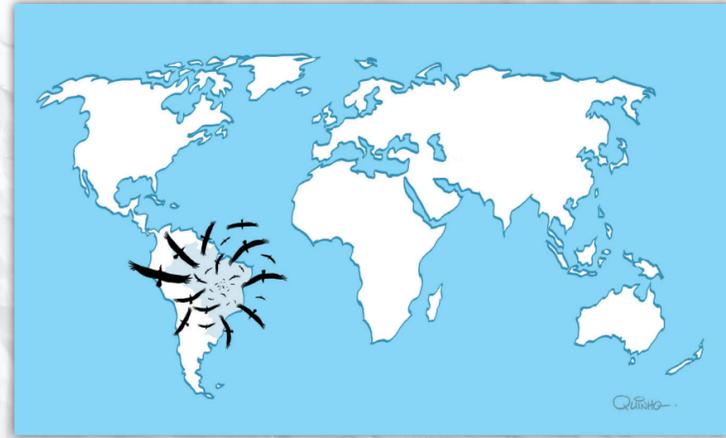
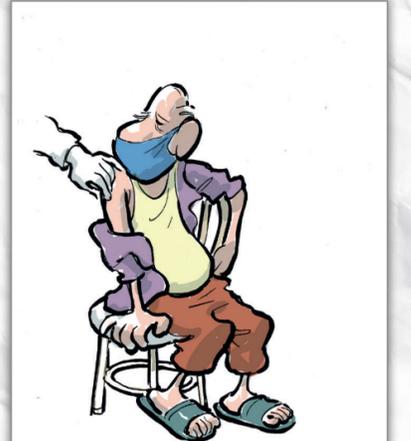
Sua carreira em lápis, pincéis e telas é marcada pelo prêmio do Salão Nacional de Humor Henfil (1995), que o levou a ser contratado pelos *Diários Associados*, em Belo Horizonte. Trabalhou no *Diário da Tarde* e depois passou a integrar a equipe do *Estado de Minas*, num total de 25 anos de carreira. Ao longo da trajetória, contribuiu com diversas publicações e conquistou prêmios nacionais e internacionais, no Brasil, nos Estados Unidos e na Áustria.

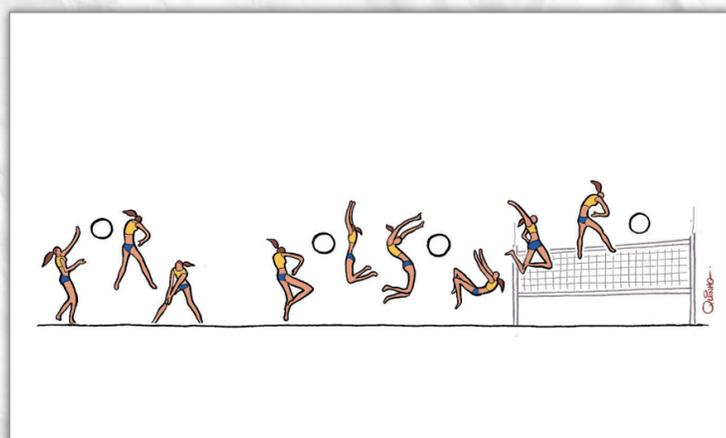
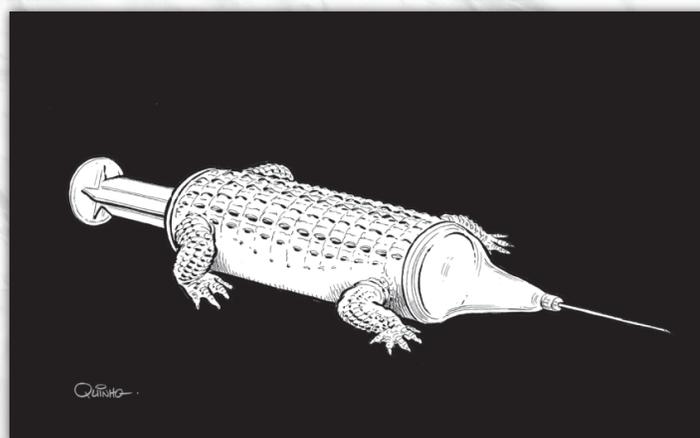
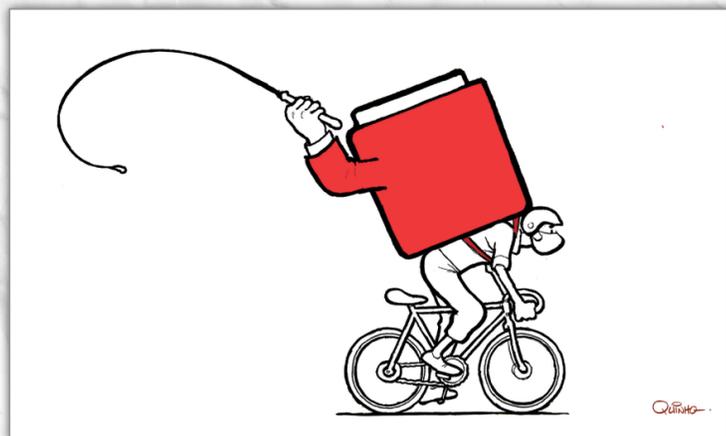
Como todo poeta genial, Quinho tem um heterônimo na vida cotidiana. Uma espécie de identidade secreta. É Marcus Ravelli, o que paga as contas, vai à feira e cuida da casa para que seu duplo encontre tempo para desenhar.



Quinho







Um Instrumento de Apoio à Intervenção dos Socialistas Frente a Crise Capitalista Mundial

O Observatório da Crise é uma iniciativa da Fundação Lauro Campos e Marielle Franco

ACESSE

www.observatoriodacrise.org



PLATAFORMA ON-LINE COLABORATIVA PARA **MAPEAR VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL** NO BRASIL É CRIADA!

acesse:

WWW.OVP-DH.ORG



OVP
-DH OBSERVATÓRIO
DA VIOLÊNCIA
POLICIAL E
DIREITOS
HUMANOS

Início

Sobre

Atividades

Produtos

Denuncie

Este site é dedicado à memória de Luiz Eduardo da Rocha Merlino, assassinado pelo DOI-Codi.

O Observatório da Violência Policial e Direitos Humanos (OVP-DH), linha de pesquisa do Centro de Estudos de História da América Latina (CEHAL PUC-SP), acompanha e mapeia a dinâmica da violência institucional no Brasil



Banco de notícias



Mapas das violações



Denuncie

O OBSERVATÓRIO DA VIOLÊNCIA POLICIAL e DIREITOS HUMANOS (OVP-DH) é um site que acompanha violações cometidas por todos os agentes do Estado brasileiro contra as populações pobres, assim como faz a conexão entre as denúncias recebidas e as redes de proteção, visando justiça e reparação e, conseqüentemente, a diminuição da impunidade.

FUNDAÇÃO
**LAURO CAMPOS E
MARIELLE FRANCO**

OVP
-DH observatório
da violência
policial e
direitos
humanos